



CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM PODER LEGISLATIVO

Miller Borges Castanheira de Carvalho

**NECESSIDADES E COMPETÊNCIAS EM INFORMAÇÃO
PERCEBIDAS PELOS SECRETÁRIOS EXECUTIVOS DAS
COMISSÕES PERMANENTES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Brasília
2019

Miller Borges Castanheira de Carvalho

**NECESSIDADES E COMPETÊNCIAS EM INFORMAÇÃO
PERCEBIDAS PELOS SECRETÁRIOS EXECUTIVOS DAS
COMISSÕES PERMANENTES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre no Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados/Cefor.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Campos da Rocha Miranda

Área de Concentração: Poder Legislativo

Linha de Pesquisa: Gestão Pública no Poder Legislativo

Brasília
2019

Autorização

Autorizo a divulgação do texto completo no sítio da Câmara dos Deputados e a reprodução total ou parcial, exclusivamente, para fins acadêmicos e científicos.

Assinatura: _____

Data: ___/___/___

Carvalho, Miller Borges Castanheira de.

Necessidades e competências em informação percebidas pelos secretários executivos das comissões permanentes da Câmara dos Deputados [manuscrito] / Miller Borges Castanheira de Carvalho. -- 2019.

127 f.

Orientador: Roberto Campos da Rocha Miranda.

Impresso por computador.

Dissertação (mestrado) -- Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), 2019.

1. Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. 2. Comissão permanente, Brasil. 3. Ciência da informação. 4. Gestão da informação. I. Título.

CDU 342.532:02(81)

Bibliotecária: Mariangela B. Lopes – CRB1: 1731



FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: NECESSIDADES E COMPETÊNCIAS EM INFORMAÇÃO PERCEBIDAS PELOS SECRETÁRIOS EXECUTIVOS DAS COMISSÕES PERMANENTES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Autor (a): Miller Borges Castanheira de Carvalho

Área de concentração: Poder Legislativo

Linha de pesquisa: 1 - Gestão Pública no Poder Legislativo


Trabalho de conclusão de curso submetido à Comissão Examinadora designada pela Coordenação do Programa de Pós-graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre** em Poder Legislativo.

Trabalho aprovado em 30 de setembro de 2019.

Dedico todo o esforço que depus neste trabalho especialmente a minha mãe (*in memoriam*), mas também ao meu pai e meus irmãos, sem os quais eu nunca teria chegado a encarar um desafio dessa magnitude.



Prof. Dr. Roberto Campos da Rocha Miranda
Presidente da Banca - Câmara dos Deputados



Prof. Dra. Terezinha Elisabeth da Silva
Membro - Câmara dos Deputados



Prof. Dra. Kelley Cristine Gonçalves Dias Gasque
Membro - Universidade de Brasília

Dedico todo o esforço que depus neste trabalho especialmente a minha mãe (*in memoriam*), mas também ao meu pai e meus irmãos, sem os quais eu nunca teria chegado a encarar um desafio dessa magnitude.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus por me iluminar e proporcionar tranquilidade para seguir em frente com os meus objetivos e não desanimar com as dificuldades enfrentadas ao longo dos últimos anos.

A presente dissertação de mestrado também não poderia chegar ao fim sem o precioso apoio de várias pessoas. Não posso deixar de agradecer de forma especial ao meu orientador, Professor Doutor Roberto Campos da Rocha Miranda, por toda a paciência, dedicação e sentido prático com que sempre me orientou. Resumi-lo a meu orientador é pouco e tenho certeza de que ele sente a importância que teve não só na condução deste percurso, mas também como amigo. Muito obrigado por me ter corrigido e motivado sempre que necessário.

Gostaria de agradecer também às Professoras Doutoras Terezinha Elisabeth da Silva e Kelley Cristine Gonçalves Dias Gasque por aceitarem participar como membras da Banca Examinadora e contribuir com suas importantes orientações.

A todos os meus colegas do Mestrado Profissional em Poder Legislativo, aos colegas da minha unidade de lotação e aos funcionários da Coordenação de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados.

A todos os colegas Secretários que participaram da pesquisa, por dedicaram seu tempo ao responder os questionários e fornecerem os dados que viabilizaram este estudo.

A minha mãe, Maria Auxiliadora de Melo Borges (*in memoriam*) que, onde quer que esteja, nunca deixou de acreditar em minha capacidade. Mãe dedicada, mulher guerreira, que me ensinou o valor das coisas mais simples da vida, me ensinou a batalhar e a respeitar. Ao meu pai, Joaquim Carlos de Carvalho Neto, que, mesmo distante, conseguiu dar o apoio necessário para o meu crescimento. A vocês que lutaram muito durante toda a vida e muitas vezes renunciaram aos seus sonhos para que eu pudesse realizar o meu, partilho a alegria deste momento.

Não poderia também deixar de agradecer a meus amigos e toda minha família, especialmente os meus irmãos, Marcell, Michell e Marlon pelo apoio durante a caminhada da vida. O meu profundo e sentido agradecimento a todas as pessoas que contribuíram de alguma forma para a concretização desta dissertação.

“I look both ways before crossing a one way street. That's how much faith I have left in humanity.”

(Tom Hardy)

Resumo

A presente pesquisa exploratória objetivou avaliar a percepção dos Secretários Executivos das Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados quanto às competências informacionais e às necessidades de informação por meio da utilização dos padrões australianos e neozelandeses de competências em informação. Partiu-se da premissa de que a atividade estudada é baseada fortemente no trato com a informação e tem estreita ligação com o ciclo informacional e, por isso, poderia ser abordada a partir de parâmetros da Ciência da Informação. O suporte teórico para a pesquisa baseou-se em áreas das Ciências da Informação e das Ciências Políticas. O estudo descritivo quali-quantitativo utilizou-se de pesquisa bibliográfica e da aplicação de questionário como métodos de investigação. A exploração inicial de alguns fenômenos informacionais que permeiam o Legislativo e a ampliação da compreensão das Ciências da Informação neste processo é tarefa crucial, isso porque a Câmara dos Deputados é instituição reconhecidamente produtora e consumidora de informação em toda a sua estrutura, e os Secretários executivos, foco do estudo, desempenham papel de relevância no processo legislativo. Os resultados mostram que os Secretários executivos podem ser considerados competentes em informação, pois têm noção das necessidades informacionais, buscam informação de forma satisfatória, avaliam e usam a informação na solução de problemas e apresentam postura crítica sobre as atividades informacionais. Além do mais, têm consciência da estrutura do mundo informacional que os rodeia, conhecem as estruturas de comunicação, têm fontes de informação semelhantes e demonstram certo padrão no trato com a informação. A análise dos resultados também demonstrou um alto grau de concordância dos Secretários Executivos quanto aos padrões utilizados, o que permitiu a exploração da hipótese de que os padrões australianos e neozelandeses utilizados ao longo do estudo subestimam as capacidades do público alvo.

Palavras-Chave: Competência em informação. Necessidade informacional. Secretário executivo. Comissão permanente. Câmara dos Deputados. Padrões de competência em informação. Poder Legislativo.

Abstract

The present exploratory research aimed to identify the perception of the Executive Secretaries of the Standing Committees of the Chamber of Deputies regarding informational competences and information needs through the use of standards well established in the literature. It was based on the premise that the studied activity is strongly based on dealing with information and closely related to the informational cycle and, therefore, could be approached from the parameters of Information Science. The theoretical support for the research is based on areas of Information Sciences and Political Sciences. The qualitative-quantitative descriptive study was carried out using bibliographical research, questionnaire application and interviews as research methods. The initial exploration of some informational phenomenon that permeate the Legislative and the expansion of the understanding of Information Sciences in this process is a crucial task, because the Chamber of Deputies is recognized as an institution that produces and consumes information throughout its whole structure and the secretaries executives, focus of the study, play a role of great relevance in the legislative process. The results showed that executive Secretaries can be considered competent in information, because they have a notion of informational needs, they search for information in a satisfactory way, they evaluate and use information in problem solving and they present a critical posture about informational activities. Moreover, they are aware of the structure of the informational world that surrounds them, know the structures of communication, have similar sources of information, and demonstrate a certain standard in dealing with information. The analysis of the results also demonstrated a high degree of agreement among the Executive Secretaries regarding the standards used, which allowed the exploration of the hypothesis that the Australian and New Zealand standards used during the study underestimate the capabilities of the target public.

Keywords: Information literacy. Informational needs. Officials. Permanent committee. Legislative Power. Information literacy standards. Legislative Branch.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Modelo NEIN	36
Figura 2 – Mapa conceitual dos principais conceitos envolvidos no referencial teórico	49
Figura 3 – Mapa conceitual – Escopo do estudo	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Proposições, Reuniões e Eventos realizados por cada Comissão na 55ª Legislatura (01/01/2015 a 31/12/2018)	56
Tabela 2 – Quantitativo de Servidores em cada Comissão (04/09/2018).....	57
Tabela 3 – Frequências de ocorrências e casos omissos.....	76
Tabela 4 – Frequências de Faixas de Idade da amostra.....	77
Tabela 5 – Frequências de Gênero da amostra	77
Tabela 6 – Escolaridade da amostra	78
Tabela 7 – Estatísticas Descritivas - Comportamento Geral dos Dados	78
Tabela 8 – Fatores verificados com seus respectivos Alfas de Cronbach	81
Tabela 9 – Padrão 1	81
Tabela 10 – Estatísticas de confiabilidade do Fator 1	84
Tabela 11 – Estatísticas de item-total para o Fator 1	84
Tabela 12 – Padrão 2	85
Tabela 13 – Estatísticas de confiabilidade para o Fator 2	87
Tabela 14 – Estatísticas de item-total para o Fator 2.....	88
Tabela 15 – Padrão 3	88
Tabela 16 – Estatísticas de confiabilidade para o Fator 3	91
Tabela 17 – Estatísticas de item-total para o Fator 3.....	91
Tabela 18 – Padrão 4	92
Tabela 19 – Estatísticas de confiabilidade para o Fator 4	94
Tabela 20 – Estatísticas de item-total para o Fator 4.....	94
Tabela 21 – Padrão 5	95

Tabela 22 – Estatísticas de confiabilidade para o Fator 5	97
Tabela 23 – Estatísticas de item-total para o Fator 5.....	97
Tabela 24 – Padrão 6	98
Tabela 25 – Estatísticas de confiabilidade para o Fator 6	100
Tabela 26 – Estatísticas de item-total para o Fator 6.....	100
Tabela 27 – Testes multivariados	101

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Exemplos de tipos de fontes de informação disponíveis para os servidores do Legislativo.....	34
Quadro 2 – Australian and New Zealand Information Literacy Framework (BUNDY, 2004)	43
Quadro 3 – Quadro de análise sobre a convergência dos objetivos e instrumentos.....	66
Quadro 4 – Variáveis construídas para às Comissões Permanentes, adaptadas dos padrões australianos e neozelandeses (BUNDY, 2004) – Foco no Secretário Executivo de Comissões	70
Quadro 5 – Número de questões em cada padrão abordado no questionário	74

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACRL	-	Association of College and Research Libraries
ALA	-	American Library Association
CCT	-	Coordenação de Comissões Temporárias
CEDI	-	Centro de Documentação e Informação
COATA	-	Coordenação de Apoio Técnico-Administrativo
COPER	-	Coordenação de Comissões Permanentes
DECOM	-	Departamento de Comissões
FCS	-	Fatores críticos de sucesso
IL	-	Information Literacy
NEIN	-	Modelo de Necessidades de Informação
NI	-	Necessidades informacionais
RICD	-	Regimento Interno da Câmara dos Deputados
SCONUL	-	Standing Conference of National and University Libraries
TIC	-	Técnica dos incidentes críticos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	PROBLEMÁTICA E JUSTIFICATIVA.....	17
1.2	OBJETIVOS	19
2	REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1	AMBIENTE E FLUXO INFORMACIONAL	24
2.2	GESTÃO DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO.....	27
2.3	TIPOS E FONTES DE INFORMAÇÃO.....	30
2.4	NECESSIDADES INFORMACIONAIS	35
2.5	COMPORTAMENTO E COMPETÊNCIAS INFORMACIONAIS	38
2.6	MAPA CONCEITUAL	49
3	COMISSÕES PERMANENTES	51
3.1	AS COMISSÕES	52
3.2	SECRETÁRIOS EXECUTIVOS.....	58
4	METODOLOGIA	62
4.1	LIMITAÇÕES DO ESTUDO.....	63
4.2	INSTRUMENTO	65
4.3	RELAÇÕES ENTRE OBJETIVOS, TEORIAS E INSTRUMENTO DE PESQUISA.....	65
4.4	VALIDAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS.....	66
5	ANÁLISES E RESULTADOS	76
5.1	ANÁLISE DEMOGRÁFICA	76

5.2 ANÁLISE DA CONFIABILIDADE DOS FATORES	80
5.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS PARA CADA FATOR	81
5.3.1 Reconhece a necessidade de informação e determina a natureza e extensão da informação necessária	81
5.3.2 Encontra informações necessárias de forma eficaz e eficiente.....	85
5.3.3 Avalia criticamente as informações e o processo de busca de informações	88
5.3.4 Gerencia informações coletadas ou gerenciadas	92
5.3.5 Aplica informações prévias e novas para construir novos conceitos ou criar entendimentos	95
5.3.6 Usa informações com compreensão e reconhece questões culturais, éticas, econômicas, jurídicas e sociais que cercam o uso da informação	98
5.4 ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DAS VARIÁVEIS DEMOGRÁFICAS NOS FATORES.....	101
6 DISCUSSÃO DOS OBJETIVOS	104
6.1 OBJETIVO GERAL	104
6.2 OBJETIVO ESPECÍFICO 1	105
6.3 OBJETIVO ESPECÍFICO 2.....	106
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS	111
APÊNDICES.....	121

1 INTRODUÇÃO

A exigência de que servidores públicos e, conseqüentemente, as organizações públicas desempenhem suas atribuições de forma eficaz e eficiente é antiga (BRASIL, 2017b), mas tem se intensificado muito, principalmente em razão dos escândalos de corrupção envolvendo agentes públicos. Entretanto, é necessário ter em mente que, para se alcançar resultados mais satisfatórios, é indispensável um melhor entendimento dos processos envolvidos em cada instituição pública com subsequente aprimoramento dos modelos de gestão. Por conseguinte, explorar as questões informacionais que permeiam o processo legislativo e ampliar a compreensão das ciências da informação neste processo é tarefa crucial.

O Legislativo, como local de consumo e produção de informações, envolve em sua estrutura informacional diversos tipos de usuários da informação, entre eles, os parlamentares, os servidores da instituição e os membros externos que mantêm relação com a organização. Levando-se em consideração que não somente as necessidades cognitivas, mas também a natureza da organização e a personalidade do indivíduo o impulsionam a buscar informações, pode-se imaginar a complexidade do processo informacional no Parlamento, instituição reconhecidamente produtora e consumidora de informação em toda a sua estrutura.

Compreender as variáveis diretamente relacionadas à informação, como seu uso, produção, coleta e distribuição dentro de uma complexa estrutura organizacional é tarefa árdua, mas definitivamente relevante para se entender questões centrais do processo legislativo, em particular e da ciência política, em geral. Assim, por meio de pesquisas no âmbito do legislativo, busca-se entender melhor as demandas das instituições, os processos e procedimentos envolvidos no processo legislativo e a forma adotada pelos servidores de se portarem perante determinadas situações. Sob uma perspectiva de busca por conhecimento, a problemática principal deste estudo perpassa pela compreensão das competências informacionais, bem como da identificação das necessidades informacionais de um grupo específico de servidores da Câmara Federal, a saber, os secretários executivos das comissões permanentes da referida Casa.

A partir de uma revisão de literatura sobre os conceitos e variáveis relativos à informação, juntamente com a aplicação de um instrumento estruturado, pretendeu-se ampliar o entendimento

sobre a percepção das competências em informação desses servidores que atuam como peças-chave no quebra-cabeça do processo legislativo.

1.1 PROBLEMÁTICA E JUSTIFICATIVA

Instigado pelos conceitos de gestão pública e competências informacionais e de seus desdobramentos efetivos no cotidiano das comissões permanentes, destacar-se-á ao longo deste trabalho a atuação dos secretários executivos. A preocupação específica da presente pesquisa dirigiu-se às Comissões técnicas permanentes da Câmara dos Deputados e aos seus respectivos secretários. Entender a atividade dos secretários executivos das Comissões do Poder Legislativo como uma atividade baseada fortemente no trato de informações sugere considerar as competências inerentes ao trabalho com a informação como de grande relevância. Além disso, é necessário ter em mente que os secretários desempenham papel fundamental no processo legislativo, sendo a ponte entre a equipe técnica da comissão e o presidente, parlamentar titular do órgão.

A essa equipe técnica da comissão, servidores do grupo de apoio legislativo, aqui incluídos os secretários executivos, compete, entre outras atribuições, a supervisão, coordenação, orientação e execução de tarefas de apoio ao desenvolvimento de trabalhos legislativos e administrativos, assistência em matéria constitucional, regimental, de técnica legislativa e de procedimentos administrativos, além do fornecimento de subsídios à elaboração de documentos legislativos e administrativos, coleta de dados e informações, sua organização e atualização (BRASIL, 1996). Quanto ao presidente da Comissão cabe, dentre diversas outras atribuições, conforme previsto no artigo 39 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, designar relatores e relatores substitutos e distribuir-lhes a matéria sujeita a parecer, determinar a publicação das atas das reuniões no Diário da Câmara dos Deputados e resolver as questões de ordem ou reclamações suscitadas na Comissão (BRASIL, 2017a).

O cerne da pesquisa é a concepção dos secretários sobre as principais necessidades de suas tarefas diárias, sobre a busca, sobre as fontes e sobre as competências relacionadas à informação, fundamentais para atender essas necessidades. Busca-se, na realidade, verificar por meio de parâmetros já existentes a maneira pela qual a competência em informação é percebida na atividade

Miranda (2007) sustenta que os fundamentos da ciência da informação são caracterizados pela interdisciplinaridade e, assim como em estudo realizado pelo referido autor sobre instituições financeiras, a abordagem adotada na presente pesquisa tem essa mesma perspectiva, buscando aliar a investigação de uma categoria específica a análise de atividades ligadas à informação. A busca e o processamento da informação são importantes em muitas atividades humanas, e a análise das necessidades e dos usos da informação vem se tornando um componente cada vez mais relevante de pesquisa em diversas áreas (MIRANDA, 2006).

Salienta-se que as necessidades e competências em informação de servidores do Poder Legislativo não parecem ter sido objeto de pesquisa acadêmica até o momento. A aparente ausência de estudos sobre tais pontos caracteriza uma lacuna para acadêmicos e gestores, o que a presente pesquisa busca reduzir de forma inicial. Uma pesquisa nesse sentido pode ser relevante para a instituição Câmara dos Deputados, e em especial para o Departamento de Comissões, posto que tal compreensão pode auxiliar inclusive a política de alocação de pessoal do referido departamento. Assim, um mapeamento inicial desses aspectos poderá permitir inclusive a oferta de treinamentos nessa área para a capacitação de servidores que venham a ocupar tais cargos.

Na visão de Miranda (2004), as competências se fazem necessárias aos mais variados profissionais, atividades e organizações e, por isso, procurar identificar dentro nas organizações as atividades relacionadas ao trabalho com informação, porém executadas por profissionais teoricamente não preparados para tal fim, certamente pode permitir avanços nas condições de trabalho, tornando as atividades mais efetivas. A gestão estratégica eficiente de um órgão significativo da estrutura da instituição perpassa pelo entendimento do comportamento informacional de seus colaboradores. Portanto, por meio de uma análise focada na percepção das competências informacionais dos secretários, foi possível o estudo do funcionamento das comissões temáticas da Câmara, abrindo-se oportunidade para avaliação de diversos aspectos da organização e melhor possibilidade de intervenção. Até mesmo porque o poder de autonomia do Parlamento, componente fundamental para o desempenho das atribuições do Legislativo, depende dos procedimentos formais pelos quais o trabalho legislativo é organizado (MÉNY; KNAPP, 1993).

Conforme mencionado anteriormente, considerou-se que o estudo das atribuições e competências dos secretários sob o ponto de vista da Ciência da Informação poderia trazer

contribuições para o desenvolvimento dessa atividade. A utilização de parâmetros e padrões de letramento informacional bem estabelecidos na literatura para o estudo das competências relacionadas à informação também contribuiu para acrescentar conhecimento à pesquisa.

Outro ponto que justificou uma pesquisa nessa linha é que, em geral, os estudos envolvendo o Poder Legislativo e suas instituições são voltados apenas para questões diretamente ligadas aos parlamentares, suas eleições, suas decisões e as relações destes com a sociedade, de tal forma que se mostram reduzidas às literaturas sobre o *staff* parlamentar e sobre o ambiente informacional das instituições legislativas.

A questão principal da pesquisa foi: como são percebidas as necessidades e as competências informacionais dos secretários executivos das comissões permanentes da Câmara dos Deputados, usando-se como base os padrões australianos e neozelandeses de letramento informacional e consideranso-se essa ocupação como uma atividade intensa em informações? Algumas outras indagações acessórias estiveram presentes durante a formulação da problemática acima mencionada, como por exemplo:

- Onde os secretários buscam informações que consideram relevantes para o cargo?
- As características da amostra têm alguma influência em como compreendem os tópicos informacionais?
- Os atuais padrões de competência em informação podem ser utilizados de maneira satisfatória no âmbito do Poder Legislativo?

Por fim, ressalta-se que o intuito deste trabalho foi contribuir não só com os gestores da Câmara dos Deputados, mas também fornecer ao meio acadêmico subsídios para melhor compreensão do comportamento informacional dos servidores do Poder Legislativo em suas atividades laborais.

1.2 OBJETIVOS

O objetivo geral do presente estudo foi avaliar, usando como parâmetro as diretrizes australianas e neozelandesas para a competência em informação, a percepção dos secretários executivos quanto às suas próprias competências informacionais ou, em outras palavras, o modo de lidar com o ciclo informacional, com as tecnologias da informação e com os contextos

informativas das comissões permanentes do Departamento de Comissões da Câmara dos Deputados. Haja vista que essas competências, no ambiente das comissões, podem ser, ainda que implicitamente, vistas como um dos requisitos necessários para o bom desempenho das atribuições dos secretários da Comissão.

Desse propósito geral ocorrem dois objetivos específicos:

- 1- Explorar a percepção dos secretários quanto às necessidades informativas no ambiente das Comissões Permanentes.
- 2- Refletir sobre a aplicabilidade dos padrões existentes para mensurar as competências em informação, especialmente Bundy (2004), no contexto do Poder Legislativo.

Em estudo realizado por Miranda (2007) sobre a atividade informativa no caso da supervisão indireta de instituições financeiras, a autora iniciou a análise das necessidades e das competências informativas pela determinação dos seus fatores críticos de sucesso, ou seja, os fatores considerados vitais para que uma atividade possa atingir seus objetivos. Todavia, apesar das aparentes semelhanças entre os estudos, ressalta-se que a referida autora não fez uso de nenhum dos parâmetros e padrões de competência em informação estabelecidos na literatura (ALA, 2000; SCONUL, 2011; BUNDY, 2004). A autora ressalta ainda que, no citado estudo, foi proposto o mapeamento conjunto de necessidades e competências informativas, por razões tanto teóricas quanto práticas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Inicialmente é necessário distinguir os conceitos de revisão de literatura e referencial teórico. Enquanto uma revisão de literatura seria mais ampla, com menção a trabalhos clássicos sobre o assunto e construções a respeito de como se encontra a atual conjuntura sobre o tema de pesquisa, um referencial teórico é, em geral, mais específico e ligado diretamente ao problema de pesquisa, com informações que possibilitem uma melhor compreensão sobre os aspectos a serem estudados (RODRIGUES, 2007).

A sociedade que se apresenta hoje em constante evolução pode ser entendida como um conjunto de transformações que colocam comunicação e informação como os elementos mais significativos, criando uma realidade nova. Essa nova estruturação é por vezes denominada sociedade em rede, e é, segundo Castells e Cardoso (2005), uma estrutura social baseada em tecnologias de comunicação e em redes digitais que geram, processam e distribuem informação a partir de conhecimento acumulado.

De acordo com Pereira (2013), a sociedade em rede trabalha, na verdade, com uma multiplicidade de culturas, reforçando o compartilhamento do valor da comunicação. Ela se manifesta de diversas formas, conforme a cultura, as instituições e a trajetória histórica de cada sociedade. As organizações em rede são efêmeras e centradas na atualidade e na agilidade.

Nessa sociedade em rede, a informação é um componente inerente a quase tudo que uma organização faz. Ela se propaga em tempo real, em todo lugar. O papel da informação nessa nova estruturação é tão importante que ela é, por vezes, caracterizada como sociedade da informação, tendo em vista que sua base é o informacionalismo. Nesse contexto, o valor da informação é determinante para as organizações preverem, compreenderem e responderem às transformações ambientais. Ademais, várias competências são requeridas não só para a busca e a recuperação da informação, mas também para seu registro, transferência, uso e domínio das tecnologias associadas a ela (CASTELLS, 2002; SILVA; VITORINO, 2016; MIRANDA, 2007).

Gasque (2012) sustenta que a sociedade atual caracteriza-se pela necessidade constante de aprendizagem para se viver, exigindo dos indivíduos um engajamento para se transformar informação em conhecimento e, por esse motivo, apesar de se observar na literatura outras

denominações, a autora prefere utilizar a expressão ‘sociedade da aprendizagem’ para definir o momento atual.

Como alguns dos termos utilizados tendem a remeter a ideias similares, o essencial, nas palavras de Miranda (2006), é que, nesta nova configuração, o usuário deve estar fortemente ajustado ao mundo da informação, de maneira a obter o melhor proveito de seus recursos de trabalho, o que significa desenvolver competências únicas que envolvam esses recursos e que consequentemente oferecerão possibilidades na solução de problemas.

Nas instituições de hoje, a informação representa um ativo de importante valor organizacional, no sentido de prever, compreender e responder às transformações ambientais (BEAL, 2004). Nesse contexto, as instituições legislativas têm a possibilidade de progredir na gestão da informação, usufruindo dos benefícios dessa gigantesca rede para melhorar a qualidade e a circulação da informação, já que as redes, conforme afirma Pereira (2013), favorecem e incentivam o trabalho em equipe.

É notório que o conhecimento vem se tornando um diferencial para as organizações que buscam excelência, e sem ele a utilização do potencial dos sujeitos fica precária, inviabilizando todo o processo de geração de produtos e serviços condizentes com as demandas internas e externas de qualquer instituição (MIRANDA, 2006). Todas essas mudanças sociais, baseadas na estrutura tecnológica e econômica, parecem afetar as relações de trabalho nas mais diversas organizações. Se pensarmos, ademais, na importância da participação, na esfera pública, dos agentes estatais, especificamente os das instituições legislativas, teremos a dimensão das possibilidades que surgem com as redes.

As informações, seus fluxos e suas fontes precisam ser trabalhados para que possam atender às várias finalidades e gerar conhecimento organizacional. A dinâmica da informação é essencial na formação de opinião, e esta é a base do processo de decisão política, tão essencial nas instituições legislativas. É importante frisar que, dentro das instituições legislativas, o agente público político é certamente a categoria mais estudada. O político demanda uma boa quantidade de informações atuais e elaboradas, devido à necessidade de tomar decisões, em tempo hábil, que implicam no destino de recursos técnicos e financeiros da sociedade (NASCIMENTO; WESCHENFELD, 2002). Na verdade, a necessidade de informação dos parlamentares depende da sua área de atuação

e refere-se à origem e finalidade do uso da informação, ao tipo de informação tida como prioritária para o congressista e às fontes mais acessadas por ele (ROCHA, 2003).

Entretanto, vários outros sujeitos presentes nas instituições legislativas também precisam ter suas relações com a informação analisadas. Dentre eles, certamente os secretários executivos das Comissões, principalmente pelo papel relevante que desempenham no processo legislativo, como peças-chave no dia a dia das Comissões e como elo entre a equipe técnica da comissão e o presidente do órgão.

A contribuição substantiva dos secretários, isto é, o modo como eles contribuem para o conteúdo de relatórios, opiniões, debates e outras atividades políticas na comissão, relaciona-se de modo importante com a aquisição, preparação e distribuição de informações a vários atores no processo político (WINZEN, 2011). Assim, é possível presumir que os secretários, como receptores e produtores de informação, se deparam com dificuldades informacionais no processo de tomada de decisão. Conseguir informação útil e substancial, que atenda às necessidades técnicas e políticas não só dos congressistas, mas também de seus subordinados não parece ser tarefa fácil.

Todos os passos são relevantes, porque importa como a secretaria prepara os discursos do presidente e a agenda, bem como o que ela aponta como relevante e quais informações de fundo ela fornece. Em último caso, a decisão de confiar na equipe técnica cabe ao presidente, pois não há nenhuma obrigação formal de fazê-lo. Entretanto, esta discricionariedade é até certo ponto ilusória na prática, pois somente a secretaria da comissão agrega pessoas com conhecimento sobre todos itens que passam por ela (WINZEN, 2011).

Ademais, os secretários e as comissões têm necessidades de informações complexas, pois precisam lidar com uma gama de assuntos. Ao mesmo tempo em que é imprescindível que as informações sejam precisas, oportunas e imparciais, não se pode esquecer que o uso da informação é situacional, ou seja, o meio social e profissional, os tipos de problemas encarados e o modo de resolvê-los determinam em última análise como se dará o uso da informação.

Assim, desvendar as possíveis competências e necessidades de informação pode ser um processo de comunicação confuso e complexo, uma vez que a maior parte das pessoas considera difícil expressar satisfatoriamente a sua própria relação com a informação. Daí então a importância do mapeamento da informação nas organizações a que se refere Beal (2004), que afirma que este

procedimento evita disfunções informacionais, como informações dispersas, informações divergentes ou informações excessivas.

2.1 AMBIENTE E FLUXO INFORMACIONAL

A informação é um ativo valioso de qualquer organização e tem maior valor agregado quando flui com agilidade e sem interrupções, facilitando sua interpretação e utilização estratégica. É importante que ela seja gerenciada por meio de fluxos, que fazem parte de um processo de construção social do conhecimento das instituições. A ausência desses fluxos pode prejudicar o desempenho das organizações (MATTOS, 1998).

De acordo com Barreto (1998), fluxo de informação é uma sequência de eventos desde a geração da informação, por parte do emissor, até sua captação, assimilação e aceitação pelo receptor, gerando saberes coletivos. Em outras palavras, o fluxo é uma sequência visível de ações, que representa gráfica, racional e claramente as rotinas e procedimentos ligados a emittentes e receptores envolvidos (FLORIANI, 2007).

Nos últimos anos surgiu também o conceito de fluxo enxuto de informação, que oferece uma gestão de fluxo informacional com possibilidade de melhoria constante, visando diminuir a perda de conhecimento. O fluxo enxuto é planejado para minimizar desperdícios e etapas supérfluas, reduzir o percurso das informações e otimizar o tempo da tomada de decisão (GREEF; FREITAS, 2012). Esse processo decisório por si só é uma atividade complexa que exige clareza e conhecimento de muitas variáveis possíveis de análise. De forma que é importante visualizar na gestão da informação, por meio de fluxos informacionais, a capacidade de reduzir a incerteza e aumentar a confiabilidade das decisões (FLORIANI, 2007).

Nesse sentido, cumpre citar que o tratamento da informação, qualquer que seja o fluxo, é, na verdade, um conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação e controle da mesma (BRASIL, 2011).

Além do mais, Greef e Freitas (2012), em análise feita sobre diversos estudos, apontam outras variáveis consideráveis no trato de informações, a saber: abrangência, veracidade,

confiabilidade, confidencialidade, existência, contextualização, identidade, ineditismo, originalidade, pertinência, audiência, aceitação, amplitude, apresentação, clareza, concisão, desempenho, detalhamento, frequência, ordem, relevância, precisão, integridade, atualidade e disponibilidade da informação.

A construção de fluxos informacionais, levando-se em conta as variáveis citadas, é imprescindível para subsidiar o processo de tomada de decisão. É preciso reconhecer que as organizações que administram eficientemente a informação têm um recurso fundamental para melhorar a qualidade do processo decisório (VITAL; FLORIANI; VARVAKIS, 2010).

Para que os fluxos sejam construídos com precisão, é necessário que alguns elementos fundamentais sejam analisados, entre eles, as barreiras de acesso, os canais, as fontes, os meios de comunicação para divulgação, a motivação na busca da informação, a qualidade da informação, os serviços e produtos da informação e também os tipos de informação que podem ser produzidas e consumidas (FLORIANI, 2007).

Demonstradas as particularidades dos fluxos informacionais, cabe ressaltar que eles constituem ferramentas de apoio à tomada de decisões nas organizações, pois os interessados têm de agir pautados em informações oportunas e verídicas. Nesta conjuntura, as instituições legislativas têm a informação como um ativo estratégico, tendo em vista que toda informação pode intervir no processo legislativo, a depender do seu uso, transformação e transmissão.

As instituições legislativas podem se beneficiar através de fluxos adequados para que haja melhoria na gestão da informação e otimização das etapas do processo legislativo. Existem oportunidades de desenvolvimento do gerenciamento da informação nesses ambientes, visando à melhoria do trato e da qualidade da informação que será entregue à sociedade. À medida que fluxos de informação são elaborados, eles podem viabilizar o planejamento da realidade organizacional. Portanto, estabelecer fluxos nos ambientes legislativos, onde o processo decisório é complexo e exige clareza, é fundamental.

De acordo com Kunsch (2003), o fluxo informacional pode conter obstáculos que comprometem a troca de informações e podem gerar ineficiência organizacional. Esses problemas informacionais são classificados de acordo com quatro categorias: barreiras pessoais, barreiras administrativas, excesso de informações e, por último, informações incompletas ou parciais.

No tocante às barreiras pessoais, pode-se citar a má vontade dos colegas em compartilhar informações e a existência de profissionais desatualizados ou mal informados. Quanto às barreiras administrativas, tem-se a demora no atendimento, recursos tecnológicos em excesso ou insuficientes, recursos impressos em excesso ou insuficientes, burocracia interna e sistema de informação interno insuficiente. Na categoria de excesso de informações, cita-se apenas a sobrecarga de informações. Quanto à categoria de informações incompletas ou parciais, ela se subdivide em ausência de informações, informações desorganizadas, informações distorcidas, informações fragmentadas e informações de linguagem complexa (KUNSCH, 2003).

Compreender o fluxo informacional é uma tarefa complexa que exige um trabalho árduo. Para essa compreensão, é necessário assumir que as informações utilizadas nas organizações são transmitidas sequencialmente ao longo de canais informacionais que não existem de maneira isolada, mas que interagem e se utilizam uns dos outros para processar e adicionar valor ao conteúdo original da informação. O fluxo informacional está, portanto, diretamente relacionado ao ambiente informacional. Esses canais (fluxos) têm influência no comportamento informacional dos usuários, não só no próprio processo de busca da informação, mas também no seu uso, independentemente do processo-fim a que ela se dispõe (PEREIRA, 2016).

Os ambientes de trabalho são constituídos pelas características físicas e sociais da empresa ou setor no qual um grupo trabalha e que influenciam suas atitudes quanto à informação, seus tipos, estruturas requeridas, sua disponibilidade e, como mencionado anteriormente, seus fluxos. O estilo e a cultura organizacional da instituição, que podem ser entendidos como um conjunto de premissas compartilhadas, também ajudam a moldar as percepções dos indivíduos sobre o papel e a importância da informação (CHOO, 2006).

As organizações têm estruturas específicas, objetivos e restrições compartilhados no que se refere ao trabalho com a informação. A forma pela qual as mensagens fluem dentro da organização, as características e as regularidades desses fluxos, as características da estrutura social na qual os canais de comunicação estão inseridos e a tecnologia envolvida na transmissão de mensagens influenciam na análise do papel da informação em um ambiente organizacional. Em outras palavras, o ambiente de uso da informação pode ser entendido como um conjunto de variáveis que afeta o fluxo e o uso das mensagens (MIRANDA, 2007).

Além disso, existem ambientes organizacionais que envolvem o usuário e que impactam a motivação individual, o uso da informação e seus fluxos, sendo significativo, portanto, entender o modelo da organização que ele trabalha e como ela afeta o comportamento do indivíduo no trato da informação. Ademais, em qualquer ambiente existem diferentes grupos de usuários com características e demandas próprias (WILSON, 2000; MIRANDA, 2007).

Usualmente, as pessoas utilizam-se da informação ou para resolver problemas ou no desenvolvimento de tarefas. Contudo, deve-se ter em mente que o ambiente no qual a informação é encontrada e utilizada é indicativo de seu valor e de sua importância. Quando se trata a informação como subjetivamente construída, preocupa-se em compreender os processos sociais e comportamentais nos quais ela se estrutura. Assim, ao fazer uso da informação, as pessoas estão, na verdade, construindo sentido a respeito do ambiente (CHOO, 2006).

Para se entender a influência do ambiente organizacional no comportamento e nas competências informacionais das pessoas, é necessário um diagnóstico preciso do contexto a ser estudado. O ambiente informacional compreende uma gama de componentes, a saber, as estratégias da informação, política da informação, comportamento e cultura em relação à informação, equipe da informação, processos de gerenciamento da informação, entre outros. O ambiente é, portanto, a parte da estrutura na qual são encontradas as regras e recursos que afetam o comportamento informacional dos envolvidos. Recursos estes que têm grande influência no uso de fontes e canais de informação e, por conseguinte, no resultado (SILVA; VITORINO, 2016; MIRANDA, 2007).

Além dos recursos do ambiente, a complexidade das tarefas e sua relação com as estruturas dos problemas são, na visão de Miranda (2007), alguns dos fatores cruciais a intervir no comportamento dos sujeitos. O autor afirma ainda que parece existir estreita correspondência entre a estrutura cognitiva do usuário, a estruturação dos problemas que ele encara, a dificuldade das tarefas que ele realiza e a definição dos tipos de informação úteis.

2.2 GESTÃO DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

Rezende e Abreu (2011) consideram que as características das organizações atuais, mais voltadas e atentas ao fluxo da informação e do conhecimento, requerem a necessidade de gestão

diária da informação. O grande volume de informação disponível para os usuários do Legislativo tem culminado com a necessidade de práticas de gestão que promovam sua utilização de forma estratégica, tanto internamente quanto externamente. Assim, o gerenciamento da informação tornou-se um instrumento indispensável para auxiliar decisões, por meio de melhorias no fluxo da informação, da análise e da consolidação da informação para os usuários (BERTUCCI, 2003).

A gestão da informação começa com a definição das necessidades informacionais e continua com a coleta, o processamento, o uso e a distribuição. Na realidade, o ciclo informacional é um processo que se inicia ao se detectar uma necessidade informacional, um problema a ser resolvido ou um assunto a ser analisado. Ele se desenvolve pela identificação de quem gera o tipo de informação necessária e das fontes disponíveis (MIRANDA, 2007).

Esses conceitos e entendimentos sobre gestão e informação, principalmente em um ambiente diversificado e em constantes mudanças, como é o caso das instituições legislativas, parecem estar sempre progredindo. Rowley (1999) discute a forma com que as organizações vêm evoluindo em busca de uma cultura voltada para a troca de conhecimento e afirma também que a gestão do conhecimento pode ter diferentes objetivos em diferentes organizações.

Nesse sentido, segundo McGee e Prusak (1994), um modelo que descreva o gerenciamento de informação deve ser genérico porque a informação recebe ênfases diferentes em cada organização e as tarefas dentro do modelo assumem diferentes níveis de importância e valor entre as organizações. O primeiro passo, sugerido por McGee e Prusak (1994), no sentido de gerenciar a informação é a identificação de necessidades e requisitos de informação que, de certa forma, é a etapa inicial da fase de coleta e entrada de informação. No âmbito das instituições legislativas, pode-se interpretar essa fase como o momento de definir o que será relevante para os parlamentares e seus assessores. Tendo em vista que a política é complexa e imprevisível, as necessidades de informação serão, na maior parte das vezes, variadas.

Em decorrência da etapa anterior, surgem outras duas, que frequentemente ocorrem ao mesmo tempo. Uma delas, a classificação e armazenamento da informação, pressupõe, no âmbito legislativo, a determinação de como os congressistas e os assessores poderão ter acesso às informações necessárias. A outra diz respeito ao tratamento e à apresentação da informação, que pode facilitar ou dificultar o acesso ao que eles buscam (MCGEE; PRUSAK, 1994).

O terceiro passo é o desenvolvimento de produtos e serviços de informação, que serão primordiais no gerenciamento da informação. Importante dizer que, nessa etapa, a participação dos usuários finais pode contribuir para o projeto e desenvolvimento dos produtos que eles irão utilizar (MCGEE; PRUSAK, 1994). No quarto e último momento, proposto por McGee e Prusak (1994), antes da análise e uso da informação por parte do usuário final, a tarefa da instituição é sua distribuição e disseminação. No caso do Legislativo, onde fatores políticos interferem a todo o momento, a velocidade de propagação da informação deve alcançar um nível de excelência.

Ainda no sentido de melhor compreender o gerenciamento da informação, é relevante citar um estudo realizado por Davenport; Eccles e Prusak (1992), em que os autores identificaram cinco modelos de gerência da informação dentro de diversas organizações. Um deles, a utopia tecnocrática, se faz presente quando existe forte orientação à abordagem do gerenciamento da informação a partir de uma perspectiva tecnológica, apoiando-se fortemente em novas tecnologias (MCGEE; PRUSAK, 1994).

O segundo estilo, denominado anarquia, representa uma completa ausência de gerência da informação, que deixa a cargo dos indivíduos obterem e gerenciarem sua própria informação. Os autores afirmam que a instalação da anarquia não é uma escolha desejável, e que, quando se percebe uma gerência nesse sentido, deve-se rapidamente transformá-lo em um modelo mais organizado (MCGEE; PRUSAK, 1994). Já no modelo chamado de feudalismo, o gerenciamento da informação se dá por unidades funcionais, que definem suas próprias necessidades de informação e repassam apenas informação limitada à instituição em geral (MCGEE; PRUSAK, 1994). Este é o modelo praticado com maior frequência na maioria das instituições, inclusive as legislativas, onde muitas vezes o gerenciamento é realizado a nível de setores ou de departamentos e não há integração das informações da organização.

Outro estilo de gerência da informação identificado por Davenport; Eccles e Prusak (1992) é a monarquia, na qual a classificação da informação e a definição de seu fluxo por meio da organização são feitas pelos líderes, que podem ou não partilhar de boa vontade a informação após coletá-la. Nesse caso, o poder sobre o gerenciamento da informação é centralizado e a autonomia dos departamentos em relação às políticas de informação é reduzida. Por último, ainda de acordo tem-se o federalismo, que apresenta uma abordagem de gerenciamento da informação baseada no consenso e na negociação de elementos de informação-chave e no fluxo da informação para a

organização. Instituições que adotam esse modelo possuem uma liderança central forte e uma mentalidade que estimula a cooperação e o aprendizado.

O passo primordial para gerenciar as informações de maneira eficiente e realista é reconhecer explicitamente esses modelos existentes e, posteriormente, escolher um único estado desejado. Manter vários modelos na mesma organização é confuso e consome recursos desnecessários. Depois que um modelo é selecionado, uma instituição pode gerenciar as políticas diárias de informação (DAVENPORT; ECCLES; PRUSAK, 1992).

Da mesma forma que a gestão da informação, a gestão do conhecimento em ambientes organizacionais se constitui em alicerce do processo decisório, do planejamento e das estratégias de ação. Se por um lado tem-se a gestão da informação relacionada aos fluxos formais objetivando apoiar o desenvolvimento das atividades cotidianas e o processo decisório no ambiente, por outro a gestão do conhecimento relaciona-se aos fluxos informais visando trabalhar a cultura e a comunicação organizacional a fim de contribuir na transformação do conhecimento gerado pelos indivíduos em informação (VALENTIM, 2008).

Quanto à relação competência informacional e gestão do conhecimento, Melo e Araújo (2007) sustentam que uma alicerça a outra, pois se inter-relacionam frequentemente. Para eles, a gestão do conhecimento está embasada em habilidades para lidar com a informação, ou seja, em competência informacional. Portanto, as habilidades para formar essas competências são, na verdade, suportes da gestão do conhecimento.

2.3 TIPOS E FONTES DE INFORMAÇÃO

Para que esse processo de gestão alcance um nível satisfatório, os agentes das instituições legislativas precisam ter conhecimento dos tipos e dos fundamentos da informação presentes no dia a dia da organização.

A informação pode ser considerada um reforço daquilo que é conhecido, a liberdade de escolha ao selecionar uma mensagem, o insumo do qual se extrai um conhecimento, pode ser trocada com o mundo exterior e não apenas recebida passivamente, além disso, pode ser compreendida em termos de seus efeitos no receptor e simplesmente conceituada como fator

relevante para redução da incerteza em determinada situação. A informação, quando agregada ao termo competência, pode ganhar um significado considerável, tornando-se um processo contínuo de internalização de conhecimentos (MCGARRY, 1999).

Nesse sentido, alguns tipos de informação são primordiais no contexto das organizações legislativas. Apesar de ser em regra utilizada como um termo mais amplo, genérico e que abarca alguns outros tipos de informação, a informação legislativa, poder ser entendida como o resultado do processo legislativo nas três esferas de governo, sendo produto de vários tipos de proposições legislativas.

Um outro tipo de informação primordial no âmbito do Poder Legislativo é a informação cidadã ou para a democracia que, nas palavras de Miranda et. al. (2013), é aquela que possibilita que a sociedade participe das decisões, sendo acessada na maioria das vezes por documentos e outros suportes disponibilizados pelos órgãos do Poder Legislativo.

Além destas, pode-se mencionar as informações eleitoral, parlamentar e política. A eleitoral diz respeito às ações dos políticos e partidos em relação ao eleitor (BATISTA, 2003); a informação parlamentar abarca as escolhas e as políticas adotadas por um governo, de forma que se possa criticar e sugerir alternativas às necessidades da população (MILLER; PELIZZO; STAPENHURST, 2004) e a política é, na visão de Reichenstein (2009), compreendida como a informação fornecida para atingir um grupo, com a intenção de influenciar a opinião deste, sendo primordial na determinação da preferência política.

Em comum, o fato de todas elas estarem direta ou indiretamente relacionadas às necessidades e resultados do Legislativo. Por outro lado, existe uma série de variáveis específicas a cada uma delas, visto que as fontes, os canais, o tratamento, as barreiras de acesso, a percepção e o nível de compartilhamento das informações, nos ambientes interno e externo da organização, se apresentam de forma completamente diferente. O uso de vários contextos informacionais pode indicar um ambiente complexo ou com problemas de difícil compreensão, que necessita de vários tipos de informação. Os tipos de informação necessários, os fluxos e as fontes de informação encontrados nele também são importantes caracterizadores do ambiente (MIRANDA, 2007).

Como Calazans (2006) afirma que a informação estratégica está relacionada à possibilidade de tomadas de decisão fundamentadas, informação correta, em tempo hábil e no local adequado,

pode-se constatar então que as informações legislativa, parlamentar, política, eleitoral e cidadã são estratégicas para o Legislativo.

Partindo-se desses pressupostos, é possível perceber a significativa correlação entre a proposição de políticas públicas e a necessidade de informação parlamentar, entre o resultado de tais políticas e informação legislativa e, ademais, que os fatores exógenos podem ser interpretados como determinantes para a informação política.

Além da compreensão dos tipos de informação, faz-se mister também explorar as fontes de informação. Nesse sentido, Kaye (1995) propôs uma classificação para as fontes de informação, dividindo-as por formato, *status* e localização. Quanto ao formato, o autor sugere que elas sejam classificadas como oral ou documental, textual ou em formato multimídia, em papel ou eletrônica. Quanto ao *status*, as fontes de informação foram consideradas como pessoais ou impessoais, formais ou informais e abertas ou secretas. Por último, quanto à localização, elas podem ser divididas em internas ou externas.

As externas, no caso do Congresso Nacional, são aquelas fora da tradição administrativa do Poder Legislativo, agentes do setor público, agentes do setor privado e agentes internacionais. Entre os canais de informação externos mais comuns aos parlamentares estão a mídia, os órgãos públicos e a sociedade. As preferências da sociedade constituem valiosa fonte informativa de subsídio à atuação parlamentar, pois versam sobre os mais variados temas, refletindo a pluralidade de interesses e problemas que afetam a vida dos cidadãos e sobre os quais os representantes devem decidir (PRATA, 2009). Assim, as informações que a instituição parlamentar recebe ou capta junto à sociedade são, portanto, um importante ativo para o desenvolvimento das atividades de uma casa legislativa, pois traduzem uma parte significativa das demandas e preferências dos cidadãos. Em contrapartida, o Legislativo também é um fornecedor de informações à sociedade, as quais sinalizam uma parte significativa dos resultados do processo legislativo.

Por sua vez, as fontes internas são aquelas disponíveis para os legisladores e seus funcionários dentro do meio da instituição ou aquelas especialmente criadas para fornecer apoio informativo ao legislativo. Dentre outras, as assessorias, os centros de informação e documentação, as comissões, as lideranças partidárias, os próprios legisladores e os arquivos (DUTRA, 1990).

Quanto às fontes informais de informação, na maioria das vezes elas não são publicadas e geralmente são externas. Elas agregam valor à inteligência e podem ser obtidas por meio dos

contatos pessoais, por meios telefônicos, em congressos, exposições, reuniões e entrevistas. Os lobbies e os grupos de pressão também são considerados fontes informais. Já as fontes formais são geralmente de domínio público, sendo facilmente encontradas em bibliotecas, bases de dados e em revistas especializadas (LEONE, 2006).

De toda forma, é importante ter em mente que uma gama de variáveis influencia a seleção e o uso dessas fontes de informação. Nesse sentido, Kaye (1995) sustenta que os resultados de inúmeras pesquisas demonstram claramente que os indivíduos que buscam informações frequentemente preferem contatos e fontes pessoais e informais a documentos publicados e fontes formais em geral, isso porque um conhecido ou colega experiente fornecerá não apenas os fatos solicitados, mas também conselhos. Choo (2006) afirma também que vários indivíduos preferem fontes locais e de fácil acesso, ainda que não sejam, necessariamente, as melhores. O autor afirma que, para grande parte desses usuários, a acessibilidade tem mais valor que a própria qualidade da informação.

A figura abaixo, adaptada de Kaye (1995), traz alguns exemplos de fontes de informação disponíveis para os servidores do Legislativo, como as mencionadas anteriormente. A figura plota a dimensão formal e informal contra a externa e interna, para formar quatro quadrantes. Essa organização pode ser considerada útil como uma estrutura para facilitar a visualização da complexa rede de fontes disponíveis para o pesquisador de informações. Ademais, serve para sustentar o fato de que as fontes de informação não estão restritas àquelas normalmente consideradas sob esse rótulo, mas na verdade variam em um campo muito amplo.

Quadro 1 - Exemplos de tipos de fontes de informação disponíveis para os servidores do Legislativo.

	Informal	Formal
Externas	Conselheiros pessoais Associação profissionais Contatos sociais e familiares Grupos organizados Repórteres	Publicações Rádio Televisão Internet Bibliotecas Constituição Federal Revistas e jornais
Internas	Colegas de trabalho Superiores Subordinados Parlamentares Assessores	Relatórios Memorandos Instruções normativas Regimento Interno da Câmara Códigos e regulamentos Sistemas de Informática da Câmara (Sileg, Edoc, Sigesp) CEDI

Fonte: Adptado de Kaye (1995, p. 14).

Miranda (2007) ressalta que as particularidades das fontes formais e informais de informação têm poder de influenciar a ocorrência e a necessidade, afetando o discernimento das barreiras à informação e as formas pelas quais as necessidades podem ser trabalhadas. Em suma, aprender sobre as práticas de trabalho, construir uma identidade como colaborador e evoluir de um principiante para um especialista (desenvolvimentos relacionados à competência em informação) requer acesso a informações de uma série de fontes que são únicas e que caracterizam o contexto laboral envolvido (LLOYD, 2005).

2.4 NECESSIDADES INFORMACIONAIS

Os conceitos de necessidade, demanda e uso da informação são vinculados aos valores da sociedade, expectativa de satisfação, disponibilidade e acessibilidade. Logo, torna-se complexo estabelecer relações entre as necessidades, as demandas e os usos da informação (FIGUEIREDO, 1983).

As necessidades de informação surgem do reconhecimento dos indivíduos da existência de brechas no conhecimento e na capacidade de dar sentido à sua vivência. Todavia, nem sempre essa necessidade é consciente e bem definida. Os pesquisadores em formação, aqueles que ainda não são considerados competentes em informação, ao se depararem com a necessidade de informação, valem-se dos canais e fontes, sem considerarem previamente o tipo de informação necessária ou as estratégias mais apropriadas para encontrá-la. As competências para buscar informação envolvem conhecimentos e experiências que possibilitam encontrar informação relevante e pertinente. A consciência sobre a necessidade de informação e a identificação prévia de como e onde encontrá-la são fases determinantes do método de busca (GASQUE, 2012).

Nas palavras de Miranda (2007):

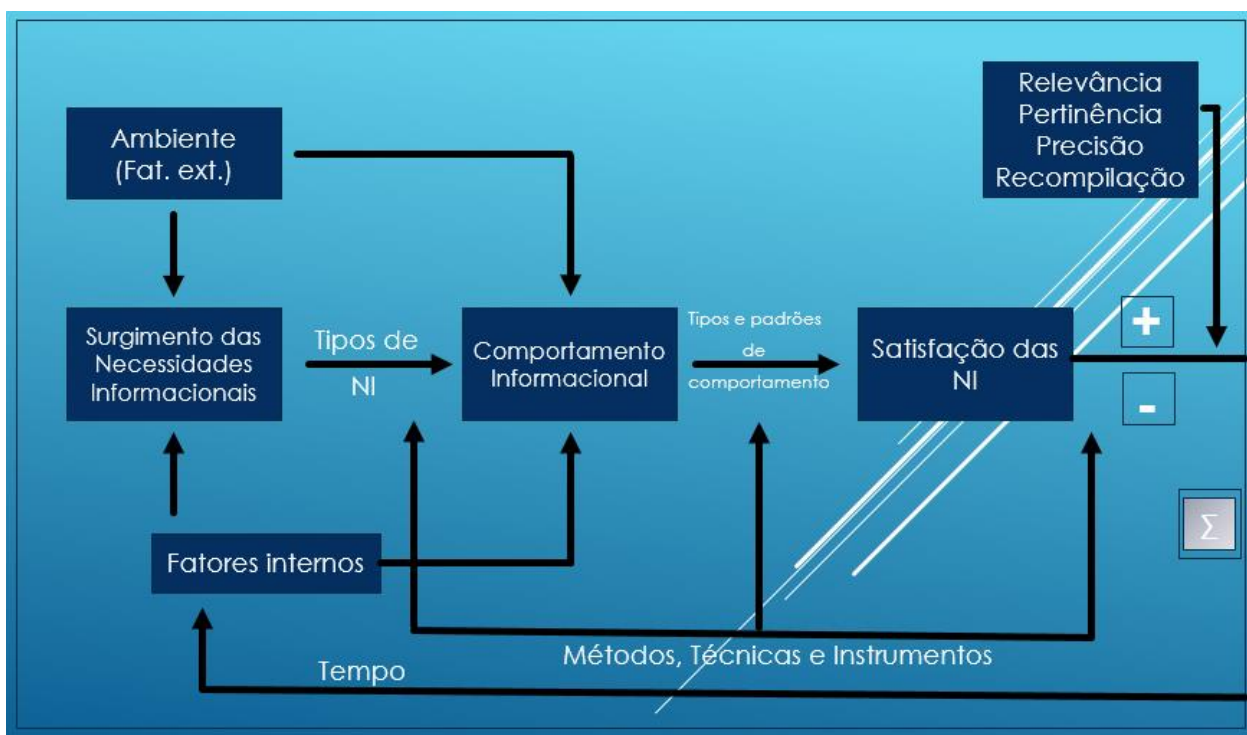
As necessidades informacionais são uma carência de informações e/ou conhecimentos sobre um fenômeno, objeto, acontecimento, ação ou feito. São produzidas por fatores externos e internos, que provocam um estado de anomalia motivando um comportamento para sua satisfação. Insuficiências de informação e conhecimentos geram uma necessidade informacional, que surge quando a pessoa as reconhece (MIRANDA, 2007, p.44).

Existem diferenças entre os elementos que integram os mais variados conceitos de necessidade informacional na literatura, entretanto, Silveira e Oddone (2007) acreditam que ao menos duas variáveis podem ser identificadas com segurança por estarem presentes na maioria deles. Em primeiro lugar, há sempre implícito um motivo ou propósito. E a segunda variável é a sua natureza de processo cognitivo, que diferenciaria as necessidades informacionais das fisiológicas.

Dentre estes conceitos e modelos propostos na literatura sobre NI, ressalta-se o Modelo de Necessidades de Informação (NEIN) proposto por Calva Gonzáles (2004), conforme retratado na

figura 1. Este modelo inclui três frases principais: o surgimento, o comportamento de busca, e a satisfação das necessidades. Além disso, afirma que a investigação das NI deve incluir a análise das características psicológicas e cognitivas do indivíduo, vinculadas à atividade que ele realiza, todo o meio ambiente que o circunda, e sua influência sobre ele (CALVA GONZÁLES, 2004).

Figura 1 – Modelo NEIN.



Fonte: Calva Gonzáles (2004).

No citado modelo, os fatores externos são os elementos ou feitos que se encontram fora do sujeito. São fatores que combinam com os internos de tal maneira que da combinação surgem as necessidades de informação. Assim, não se pode afirmar que somente os fatores externos promovem o aparecimento das necessidades (CALVA GONZÁLES, 2004).

Apesar de as NI surgirem por uma carência de informação e/ou conhecimento, é interessante ter em mente que nem toda falta de informação significa, inevitavelmente, uma necessidade de informação. O anseio por uma informação também não é razão suficiente para dizer que existe uma necessidade de informação, assim como o fato de possuir a informação não elimina a necessidade dela. Nesse sentido, Derr (1983) assegura que dois requisitos devem estar presentes

para que se possa dizer que há necessidade de informação: presença de uma finalidade para a informação e que a informação em questão contribua para alcançar este propósito.

Em termos semelhantes, Miranda (2007) afirma também que nem toda necessidade se transforma obrigatoriamente em um exercício de busca. Ao se deparar com uma necessidade informacional, é indispensável que o usuário reduza as insuficiências de conhecimento, e formule claramente as questões necessárias que solucionem os problemas existentes, adquirindo competências particulares. Assim, o desenvolvimento de competências em informação é uma forma de se preencher a lacuna existente entre uma necessidade de informação e o seu atendimento, levando-se em consideração que mecanismos de ativação direcionam a pessoa para buscar informação, de acordo com uma gama de variáveis. Transformar informação em conhecimento e formar habilidades apropriadas para o trabalho com ela é conectar o pensamento e a ação.

A necessidade da informação está diretamente relacionada com o seu contexto e com o ambiente em que o usuário se encontra, pois estes são elementos sem os quais não se pode estabelecer um bom diagnóstico. Em estudos sobre as necessidades de informação, deve-se levar em conta a estrutura, as tarefas, a tecnologia e as pessoas, ambas relacionadas, e não se pode esquecer de que a mudança de um fator altera todos os outros pois, dependendo das necessidades e dos objetivos existentes, as fontes de informação, a organização e o uso da informação serão diferentes (MIRANDA, 2007).

Por fim, considerando-se que o secretário executivo, o usuário da informação foco da presente pesquisa, está inserido em um ambiente organizacional complexo, deve-se buscar entender as necessidades informacionais dentro do contexto da organização e das atividades desenvolvidas. Nesse sentido, embora as necessidades informacionais sejam motivadas por uma necessidade individual e vivida em ambientes diferentes, como no caso das comissões permanentes, ela é passível de compartilhamento e conseqüentemente de pontuação de similaridades de comportamento no processo de busca informacional. Influenciadas principalmente por fatores pessoais, as necessidades informacionais apresentam características mais gerais quando analisadas por grupos de usuários, uma vez que as particularidades e o contexto de cada grupo podem determinar certo padrão (SILVEIRA; ODDONE, 2007).

2.5 COMPORTAMENTO E COMPETÊNCIAS INFORMACIONAIS

Enquanto as pesquisas sobre competência em informação se orientam para características que qualificam os processos de busca e uso da informação, os estudos focados no comportamento informacional, por seu turno, descrevem etapas do processo de busca da informação a partir de necessidades informacionais identificadas, incluindo ações de busca, fornecimento e uso da informação (LINS; LEITE, 2008).

O comportamento informacional, um conceito mais amplo, é a totalidade de condutas em relação aos canais de informação, incluindo a busca passiva e ativa e o uso de informação. Um modelo de estudo de comportamento informacional deve se iniciar com o entendimento da organização em que o usuário trabalha e com a compreensão de como isso afeta o comportamento individual de busca de informação (MIRANDA, 2006).

Como em qualquer ambiente informacional, o comportamento informacional de parlamentares e servidores do Legislativo está diretamente relacionado ao seu ambiente de trabalho. Apesar de os dois atores terem, por vezes, necessidades diferentes de informação, tendo em vista que desempenham papéis distintos no processo legislativo, muitas vezes as fontes informacionais são similares.

Em pesquisa realizada por Gumieiro (2013) quanto ao comportamento informacional dos consultores legislativos da Câmara dos Deputados, foi constatado que esses usuários se apoiam consideravelmente em fontes eletrônicas para a realização de seus trabalhos. Verificou-se ainda que a maior parte dos consultores buscam sozinhos a informação. Já em nível micro, percebeu-se que há certa heterogeneidade entre as áreas da consultoria em razão, principalmente, da existência das diferenças disciplinares. Diversos trabalhos publicados na literatura apontam que as características das áreas do conhecimento levam os pesquisadores a se comportarem de forma diferenciada, tanto no momento da busca quanto no momento da divulgação da informação.

Fato é que em uma situação profissional, é imprescindível ter informação pertinente que possibilite ao indivíduo situar-se no meio e agir. Até mesmo porque transmitir uma informação não é uma tarefa simples, sendo necessário dar atenção às condições que devem ser reunidas, o que desenvolveria certas competências específicas ligadas ao trabalho com a informação, as denominadas competências informacionais. Essas competências estão ligadas fortemente às

tecnologias, ao ciclo e à análise da informação. São competências que atravessam processos gerenciais e processos técnicos (ZARIFIAN, 2003).

Com relação às referidas competências, existiu um aumento significativo de pesquisas nesta área nos últimos anos em diversos campos de aplicação e em distintas áreas de conhecimento. As primeiras pesquisas sobre competência em informação surgiram nos Estados Unidos, na década de 1970, com a expressão *information literacy*, entretanto o assunto intensificou-se principalmente nas últimas duas décadas (DUDZIAK, 2010). De lá para cá muitas foram as expressões utilizadas para se tentar traduzir o termo inicial sem que a literatura tenha chegado a um consenso sobre as melhores opções. Essa dificuldade reflete de certa forma a natureza emergente deste tópico (GASQUE, 2010).

Gasque (2012) pontua que no Brasil os estudos sobre letramento informacional emergem no início do século XXI e que a literatura mostra o uso do termo *information literacy* e as diversas traduções que têm sido utilizadas pelos estudos: letramento informacional, alfabetização informacional, habilidade informacional, competência em informação e competência informacional, para se referir à mesma ideia. Apesar das diversas possibilidades na tradução do termo, optou-se aqui por usar preferencialmente a expressão ‘competência em informação’, a mesma que autores como Dudziak (2003), Campello (2005) e Arduini (2013) também demonstraram alguma preferência. A adoção da tradução do conceito como competência em informação parece ser a melhor escolha na visão de Dudziak (2010), por ter significado mais abrangente, além de maior aceitabilidade e valorização tanto na área educacional quanto nos círculos profissionais.

Ainda que haja controvérsias quanto à posição a seguir, cabe mencionar que o termo *information literacy* também foi alvo de críticas quando de seu surgimento. Autores como McCrank (1991) e Foster (1993) afirmaram que a expressão é vaga, frágil e não tem um significado muito bem definido ou válido. Além disso, Dudziak (2008) cita que não obstante os significativos avanços nos últimos anos, ainda persistem alguns obstáculos que dificultam a disseminação do termo como, por exemplo, a falta de compreensão do conceito, abrangência não uniforme, institucionalização precária, carência de estudos teóricos, metodológicos e mais abrangentes, entre outros.

Apesar da discordância sobre a expressão correta a ser utilizada, Dudziak (2003) ressalta que o termo original, *information literacy*, vai muito além da soma dos conceitos de informação e letramento, sendo um conceito mais complexo. As competências em informação são descritas pela *American Library Association* como um conjunto de habilidades que permite ao sujeito reconhecer quando uma informação é relevante, assim como localizá-la, avaliá-la e utilizá-la de forma eficiente (ALA, 1989).

Entre as diversas definições do termo, é válido mencionar a escolhida por Tirado (2010), o qual afirma que a competência em informação é considerada como o processo de ensino e aprendizagem, em que se desenvolvem habilidades, atitudes e conhecimento, de modo que seja possível identificar necessidades informacionais, bem como localizar, recuperar, organizar, avaliar, produzir e propagar a informação.

Miranda (2006) sustenta que existe uma convergência entre os autores da área na consideração da competência como um conjunto de recursos que compreende basicamente três coisas: conhecimentos, habilidades e atitudes. Em outras palavras, para o autor, a competência informacional pode ser definida basicamente em torno de três dimensões: relacionadas ao saber (conhecimentos), saber-fazer (habilidades) e saber-agir (atitudes).

Faz-se mister mencionar ainda que, em estudo recente sobre a contribuição de Kelley Gasque para o discurso da competência informacional no Brasil, Aguiar (2017) cita que uma nova perspectiva sobre o estudo se iniciou. Nessa nova fase, entende-se que o letramento informacional é o processo e a competência em informação é o produto desse letramento.

De qualquer forma, a despeito da ampla gama de definições sobre as expressões, é notória a importância do tema no atual contexto das organizações. Para Dudziak (2010), pessoas competentes em informação estão habituadas com as mídias de informação, abarcando jornais, internet, televisão, entre outras. Além disso, têm consciência da estrutura do mundo informacional e conhecem as estruturas de comunicação.

Nesse sentido, Miranda (2006) afirma que o desenvolvimento de competências específicas relacionadas ao trabalho informacional pode fazer parte de um esforço para permitir ao usuário os recursos necessários para lidar com a informação e para resolver seus problemas informacionais. Na realidade, as dimensões da competência informacional englobam conhecimentos sobre a arquitetura e o ciclo da informação, a obtenção de produtos e serviços de informação, a seleção de

fontes e tecnologias adequadas de informação para solucionar problemas específicos, compreensão de contextos e avaliação do custo-benefício da busca e uso da informação.

Alguns elementos influenciam a busca por informação, a saber, a importância de satisfazer uma necessidade, a penalidade proporcionada por agir na ausência de uma informação completa e a disponibilidade de fontes de informação. Além dos elementos cognitivos e emocionais envolvidos, vale ressaltar que a dimensão situacional também interfere no comportamento dos usuários. A dimensão cognitiva se refere ao histórico e à estrutura do usuário da informação. A dimensão situacional diz respeito às crenças que integram a cultura do indivíduo e do seu ambiente social e profissional, as características do próprio ambiente, a estrutura dos problemas existentes, entre outros. A dimensão emocional remete ao histórico individual em termos da progressão dos pensamentos, sentimentos e percepções vivenciados em diversos momentos, que conduziram as estratégias e as decisões na busca e no uso da informação (MIRANDA, 2006).

De toda forma, é importante ressaltar que, como nos afirma Doyle (1994), um sujeito competente em informação sabe que informação precisa é fundamental para a tomada de decisão acertada. Além disso, tem noção da própria necessidade de informação, busca informação de forma satisfatória, acessa, organiza, avalia e usa a informação na solução de problemas. Na mesma linha, Gasque (2013) sustenta que os indivíduos competentes em informação dominam estratégias de busca e de uso da informação mais eficientemente, bem como dispõe de postura mais crítica sobre as atividades informacionais, podendo apresentar sentimentos de segurança, confiança e otimismo.

Com os avanços do debate sobre o termo *information literacy*, surgiram em alguns países, como Inglaterra, Estados Unidos e Austrália, o desenvolvimento de padrões, diretrizes, princípios e modelos para a educação em alfabetização informacional (SCONUL, 1999; ALA, 2000; BUNDY, 2004). A definição britânica que foi revisada, elaborada pela Conferência Permanente de Bibliotecas Nacionais e Universitárias (SCONUL, 2011), apresenta sete pilares para a competência em informação, mas, ao contrário do modelo dos EUA, sugere uma progressão do básico para o mais sofisticado nível de habilidade. Essas habilidades descrevem a capacidade de:

- Identificar uma necessidade pessoal de informação;
- Avaliar o conhecimento atual e identificar lacunas;
- Construir estratégias para localizar informações e dados;
- Localizar e acessar as informações e dados de que precisam;

- Rever o processo de pesquisa e comparar e avaliar informações e dados;
- Organizar informações profissional e eticamente;
- Aplicar o conhecimento adquirido, apresentando os resultados de suas pesquisas, sintetizando informações e dados antigos para criar conhecimentos e divulgá-los de várias formas.

Quanto às definições americanas, a *American Library Association* (ALA, 2000) descreve a pessoa competente em informação como aquela que é capaz de executar com êxito cinco ações principais:

- Determinar a extensão da informação necessária;
- Acessar a informação necessária de forma eficaz e eficiente;
- Avaliar a informação e suas fontes criticamente;
- Incorporar a informação selecionada em uma base de conhecimento;
- Usar as informações de forma eficaz para atingir fins específicos.

Já os parâmetros sobre *literacy information* da Austrália e Nova Zelândia (BUNDY, 2004), baseiam-se em quatro princípios amplos sobre *literacy information*:

- Envolve-se em aprendizagem independente por meio da construção de novos significados, compreensão e conhecimento;
- Obtem satisfação pessoal ao usar informações sabiamente;
- Individual e coletivamente procura e usa informações para tomada de decisão e resolução de problemas, a fim de abordar questões pessoais, profissionais e sociais;
- Demonstra responsabilidade social por meio do compromisso com a aprendizagem ao longo da vida e participação da comunidade.

Desses quatro princípios derivam-se seis padrões principais, que parecem de certa forma mais gerais e abrangentes e, por isso, foram escolhidos como base para o estudo em tela. Esses padrões (BUNDY, 2004) identificam uma pessoa competente em informação, em resumo, como aquela que:

- Reconhece a necessidade de informação e determina a natureza e extensão da informação;
- Encontra informações necessárias de forma eficaz e eficiente;

- Avalia criticamente as informações e o processo de busca de informações;
- Gerencia informações coletadas ou geradas;
- Aplica informações anteriores e novas para construir conceitos ou criar entendimentos;
- Usa informações com compreensão e reconhece questões culturais, éticas, econômicas, legais e sociais que envolvem o uso de informações.

Segundo Bundy (2004), a diretriz australiana/neozelandesa é derivada e adaptada da americana e inclui padrões e resultados de aprendizagem que consistem nas características, atributos, processos, conhecimentos e habilidades associadas à pessoa competente em informação. Os detalhes presentes nesse referencial estão listados no quadro abaixo:

Quadro 2: *Australian and New Zealand Information Literacy Framework*

Padrão	Compreende	Capacidades
<p>Padrão 1</p> <p>Reconhece a necessidade de informação e determina a natureza e extensão da informação necessária</p>	<p>Definição e articulação da necessidade de informação</p>	Explorar fontes gerais de informação para aumentar a familiaridade com o tópico
		Identificar os principais conceitos e termos para formular e focalizar questões
		Definir ou modificar as informações necessárias para alcançar um foco gerenciável
		Conferir com outros para identificar um tópico de pesquisa ou outra necessidade de informação
	<p>Compreensão do propósito, escopo e adequação de uma variedade de fontes de informação</p>	Compreender como a informação é organizada e divulgada, reconhecendo o contexto do tópico na disciplina
		Diferenciar entre valores, a variedade de fontes potenciais de informação
		Identificar o objetivo pretendido e o público de recursos potenciais
		Diferenciar entre fontes primárias e secundárias, reconhecendo como seu uso e importância variam com cada disciplina

	Reavaliação da natureza e da extensão da necessidade de informação	Rever as informações iniciais necessárias para esclarecer ou refinar a questão
		Articular e usar critérios para tomar decisões e escolhas de informação
	Uso de diversas fontes de informação para informar decisões	Entender que diferentes fontes apresentarão diferentes perspectivas
		Usar uma variedade de fontes para entender os problemas
Padrão 2 Encontra informações necessárias de forma eficaz e eficiente	Seleção dos métodos ou ferramentas mais apropriadas para encontrar informações	Usar informações para tomada de decisão e resolução de problemas
		Identificar métodos investigativos apropriados, por exemplo, experimentos de laboratório, simulação, trabalho de campo, etc.
		Investigar benefícios e aplicabilidade de vários métodos investigativos
		Investigar o escopo, conteúdo e organização das ferramentas de acesso à informação
	Construção e implementação de estratégias de busca eficazes	Consultar bibliotecários e outros profissionais da informação para ajudar a identificar ferramentas de acesso à informação
		Desenvolver um plano de busca adequado ao método investigativo
		Identificar palavras-chave, sinônimos e termos relacionados para as informações necessárias
		Selecionar vocabulário controlado adequado ou uma classificação específica para a disciplina ou ferramentas de acesso à informação
		Construir e implementar uma estratégia de busca usando comandos apropriados
	Implementar a pesquisa usando metodologia investigativa apropriada para a disciplina	
	Usar várias ferramentas de acesso a informações para recuperar informações em vários formatos	

	Obtenção de informações usando métodos apropriados	Usar serviços apropriados para recuperar as informações necessárias, por exemplo, entrega de documentos, recursos da comunidade, especialistas, etc.
		Usar pesquisas, cartas, entrevistas e outras formas de pesquisa para recuperar informações primárias
	Manter-se atualizado com as fontes de informação, tecnologias da informação, ferramentas de acesso à informação e métodos de investigação	Manter consciência das mudanças na tecnologia da informação e comunicação
		Usar serviços de alerta ou conscientização atual
		Assinar listas e grupos de discussão
		Habitualmente navegar em fontes impressas e eletrônicas
Padrão 3 Avalia criticamente as informações e o processo de busca de informações	Avaliação da utilidade e relevância da informação obtida	Avaliar a quantidade, a qualidade e a relevância dos resultados da pesquisa para determinar se ferramentas de acesso a informações alternativas ou métodos de investigação devem ser utilizados
		Identificar as lacunas nas informações recuperadas e determinar se a estratégia de pesquisa deve ser revisada
		Repetir a pesquisa usando a estratégia revisada conforme necessário
	Definição e aplicação de critérios para avaliação de informações	Examinar e comparar informações de várias fontes para avaliar a confiabilidade, a validade, a precisão, a autoridade, o ponto de vista ou o viés
		Analisar a estrutura e lógica de argumentos ou métodos de apoio
		Reconhecer e questionar o preconceito, o engano ou a manipulação
		Reconhecer o contexto cultural, físico ou outro no qual a informação foi criada e compreender o impacto do contexto na interpretação da informação
		Reconhecer e compreender os próprios preconceitos e contexto cultural

	<p>Reflexão sobre o processo de busca de informações e revisão das estratégias de busca conforme necessário</p>	<p>Determinar se a necessidade original da informação foi satisfeita ou se é necessária informação adicional</p> <p>Revisar a estratégia de busca</p> <p>Analisar as ferramentas de acesso à informação usadas e se expandir para incluir outras</p> <p>Reconhecer que o processo de busca de informações é evolutivo e não-linear</p>
<p>Padrão 4</p> <p>Gerencia informações coletadas ou geradas</p>	<p>Registro de informações e suas fontes</p>	<p>Organizar o conteúdo de uma maneira que suporte os propósitos e o formato do produto</p> <p>Diferenciar os tipos de fontes citadas, compreender os elementos e corrigir o estilo de citação para uma ampla gama de recursos</p> <p>Registrar todas as informações de citação pertinentes para futura referência e recuperação</p>
<p>Padrão 5</p> <p>Aplica informações prévias e novas para construir novos</p>	<p>Organização de informação (ordenamento, classificação e armazenamento)</p> <p>Comparação e integração de novos entendimentos com conhecimento prévio para determinar o valor agregado, contradições ou outras características únicas da informação</p>	<p>Compilar referências no formato bibliográfico requerido</p> <p>Criar um sistema para organizar e gerenciar as informações obtidas</p> <p>Determinar se a informação satisfaz a pesquisa ou outra necessidade de informação e se a informação contradiz ou verifica informações usadas de outras fontes</p> <p>Reconhecer inter-relações entre conceitos e tirar conclusões baseadas em informações coletadas</p> <p>Selecionar informações que fornecem evidências para o tópico</p> <p>Compreender que a informação e o conhecimento em qualquer disciplina são, em parte, uma construção social e está sujeita a mudanças como resultado de um diálogo e pesquisa contínuos</p> <p>Estender a síntese inicial em um nível mais alto de abstração para construir novas hipóteses</p>

<p>conceitos ou criar novos entendimentos</p>	<p>Comunicação efetiva de conhecimento e novos entendimentos</p>	<p>Escolher um meio de comunicação e formato que melhor suporte os propósitos do produto e o público-alvo</p>
		<p>Usar uma variedade de aplicativos de tecnologia da informação apropriados para criar o produto</p>
		<p>Incorporar princípios de design e comunicação adequados ao meio ambiente</p>
		<p>Comunicar de forma clara e em um estilo para apoiar os propósitos do público-alvo</p>
<p>Padrão 6</p> <p>Usa informações com compreensão e reconhece questões culturais, éticas, econômicas, jurídicas e sociais que cercam o uso da informação.</p>	<p>Reconhecimento de questões culturais, éticas e socioeconômicas relacionadas ao acesso e uso de informações</p>	<p>Identificar e articular questões relacionadas à privacidade e segurança nos ambientes impresso e eletrônico</p>
		<p>Identificar e compreender questões relacionadas à censura e liberdade de expressão</p>
		<p>Compreender e respeitar as perspectivas indígenas e multiculturais de usar a informação</p>
	<p>Reconhecimento de que a informação é sustentada por valores e crenças</p>	<p>Identificar se existem valores diferentes que sustentam novas informações ou se a informação tem implicações para os valores e crenças pessoais</p>
		<p>Aplicar raciocínio para determinar se deve incorporar ou rejeitar os pontos de vista encontrados</p>
		<p>Manter um conjunto internamente coerente de valores informados pelo conhecimento e experiência</p>
	<p>Estar em conformidade com as convenções e etiqueta relacionadas ao acesso e uso de informações</p>	<p>Demonstrar uma compreensão do que constitui o plágio e reconhecer corretamente as idéias dos outros</p>
		<p>Participar de discussões eletrônicas seguindo práticas aceitas</p>
		<p>Compreender negociações justas no que diz respeito à aquisição e disseminação de materiais educacionais e de pesquisa</p>
		<p>Respeitar os direitos de acesso de todos os usuários e não danifica os recursos de informação</p>

	Obtenção, armazenamento e disseminação de texto, dados, imagens ou sons legalmente	Obter, armazenar e divulgar texto, dados, imagens ou sons de maneira legal
		Demonstrar uma compreensão da propriedade intelectual, direitos autorais e uso justo de material protegido por direitos autorais

Fonte: Bundy (2004).

Apesar do estudo em tela fazer a opção pelo uso das diretrizes australianas e neozelandesas, utilizando-as como parâmetro, não se pode deixar de citar que Arduini (2013), em uma pesquisa que mapeou publicações sobre a competência em informação no local de trabalho, menciona que diversos estudos não usaram nenhuma dessas abordagens para seu embasamento, em especial aqueles que abordam a relação da competência em informação com o desempenho de função, como é o caso do estudo em tela. O autor afirma que uma possível causa para essa ausência é o fato de que os modelos existentes não são hábeis para contemplar as especificidades do desempenho de funções no local de trabalho, como, por exemplo, as interferências no local de trabalho e a necessidade de urgência na tomada de decisão. Ademais, diferentemente do contexto universitário, no ambiente de trabalho não existe a figura de um mediador para reforçar o desenvolvimento do usuário.

No mesmo ensaio, Arduini (2013) também analisou algumas publicações que se utilizaram dos padrões existentes para diagnóstico de competências em informação em ambientes de trabalho e percebeu que foram constatadas grandes discrepâncias. Apesar das descrições dos padrões, notou-se algumas divergências entre os trabalhos estudados, de cunho teórico, e os relatos de experiência analisados.

No presente estudo, as competências em informação em análise são específicas de um cargo e estão conectadas a uma capacidade de realizar uma tarefa intensiva em informação em um ambiente organizacional específico e complexo do Poder Legislativo. Assim, as necessidades e as competências informacionais dos secretários executivos das comissões permanentes foram mapeadas relacionando-se suas ocorrências em situações rotineiras, ainda que a simples existência de conhecimentos e atitudes não queira necessariamente implicar em uso efetivo das competências.

Na realidade, compreender a natureza do panorama da informação no local de trabalho, envolver-se com uma variedade de fontes textuais e não textuais de informação, com as práticas sociais do ambiente informacional, bem como aprender como acessar e navegar pelos caminhos e limites que levam às fontes de informação, são atividades fundamentais no processo de letramento informacional (Lloyd, 2005).

2.6 MAPA CONCEITUAL

Os principais conceitos e tópicos que margeiam as questões relativas às competências e necessidades informacionais e que constam no referencial teórico estão retratados no mapa conceitual abaixo (Figura 2).

Figura 2 – Mapa Conceitual dos principais conceitos envolvidos no Referencial Teórico.



Fonte: Elaboração própria.

Por outro lado, o mapa abaixo (Figura 3), delimita apenas os tópicos que fazem parte do escopo do estudo em tela, reforçando:

- Os conceitos de competência em informação e necessidades informacionais;
- Os Secretários Executivos, os usuários da informação, no centro do mapa, pois é justamente a percepção deles quanto às suas próprias NI e competências em informação o objeto do estudo.
- O ambiente informacional em que os Secretários se encontram, ou seja, o Departamento de Comissões e as Comissões Permanentes.
- O Modelo NEIN, de Calva González (2004), que apresenta três fases principais: o surgimento, a manifestação por meio do comportamento informativo e a satisfação das necessidades, salientando que as NI não podem estar separadas do contexto e do ambiente, que são essenciais para o seu diagnóstico.
- Os seis padrões principais que sustentam a aquisição, o entendimento e a aplicação da *literacy information* por um indivíduo. Sem se esquecer, entretanto, de que cada um desses seis padrões compreende ainda uma gama de resultados e capacidades esperadas do sujeito competente em informação, conforme visto no Quadro 1.

Figura 3 – Mapa Conceitual: escopo do estudo.



Fonte: Elaboração própria

3 COMISSÕES PERMANENTES

Ao Departamento de Comissões (DECOM) compete prestar apoio administrativo e assessoramento técnico, regimental e constitucional às Comissões Permanentes e Temporárias da Câmara dos Deputados, bem como às Comissões Mistas, de caráter permanente, do Congresso Nacional (Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e Representação Brasileira no Parlamento do MERCOSUL), localizadas na Casa. Ademais, cabe ao DECOM controlar a tramitação das proposições submetidas ao exame das Comissões, por meio de sistema informatizado, possibilitando o acesso público ao seu banco de dados, via Internet (BRASIL, 2013).

O Departamento de Comissões é dividido atualmente em três grandes coordenações, a saber, a Coordenação de Comissões Permanentes (COPER), a Coordenação de Comissões Temporárias (CCT) e a Coordenação de Apoio Técnico-Administrativo (COATA). De acordo com as informações disponibilizadas no endereço eletrônico da Câmara dos Deputados, são atribuições da COPER: coordenar os trabalhos das vinte e cinco comissões Técnicas Permanentes e propiciar a articulação dessas Comissões com outros órgãos, sempre que se fizer necessário. À CCT compete coordenar os trabalhos das Comissões Temporárias, sejam elas Especiais, Parlamentares de Inquérito ou Externas, bem como tomar providências administrativas necessárias ao bom funcionamento desses órgãos. Por fim, cabe à COATA fornecer apoio administrativo ao Departamento, em matéria de pessoal, patrimônio, entrada e saída de documentos, bem como gerenciar a utilização dos plenários do Anexo II e, ainda, elaborar previsão orçamentária de viagens e eventos referentes à atividade legislativa das Comissões (BRASIL, 2013).

Enquanto a Coordenação de Comissões Temporárias conta com 19 Secretários Executivos que se revezam na supervisão e no gerenciamento das atuais 138 Comissões Temporárias (40 Externas e 98 Especiais) em funcionamento em julho de 2018, a Coordenação de Comissões Permanentes conta com 25 Secretários Executivos para a gestão das 25 Comissões Técnicas Permanentes. Apesar de possuírem a mesma nomenclatura, as atribuições dos Secretários das Comissões Temporárias e das Comissões Permanentes apresentam diferenças principalmente em razão das estruturas à disposição de cada um deles e do número de comissões pelas quais são responsáveis.

O Art. 58 da Constituição Federal afirma que:

Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

§ 1º Na constituição das Mesas e de cada comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa.

§ 2º Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

I - discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do regimento, a competência do plenário, salvo se houver recurso de um décimo dos membros da casa;

II - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

III - convocar Ministros de Estado para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições;

IV - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

V - solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VI - apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer (BRASIL, 2017b).

As comissões permanentes contemplam as áreas de atividades de interesse da sociedade e são, de acordo com art. 22 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2017a), órgãos de caráter técnico especializado, integrantes da estrutura institucional, agentes do processo legislativo, que têm por finalidade apreciar os assuntos ou proposições submetidos ao seu exame, assim como exercer a fiscalização orçamentária da União, no âmbito dos respectivos campos temáticos (BRUSCO, 2006).

As 25 Comissões Permanentes (listadas abaixo) e seus respectivos campos temáticos e áreas de atividade estão elencadas no art. 32 do RICD. (BRASIL, 2017a). Além das Comissões Permanentes, objeto de pesquisa deste estudo, também fazem parte da estrutura do Departamento de Comissões dois outros órgãos colegiados, a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul e a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

3.1 AS COMISSÕES

- Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento rurais
- Finanças e Tributação
- Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

- Fiscalização Financeira e Controle
- Constituição e Justiça e de Cidadania
- Integração Nacional, Desenvolv. Regional e da Amazônia
- Cultura
- Legislação Participativa
- Defesa do Consumidor
- Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
- Defesa dos Direitos da Mulher
- Minas e Energia
- Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência
- Relações Exteriores e de Defesa Nacional
- Defesa dos Direitos das Pessoas Idosa
- Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado
- Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços
- Seguridade Social e Família
- Desenvolvimento Urbano
- Trabalho, de Administração e Serviço Público
- Direitos Humanos e Minorias
- Turismo
- Educação
- Viação e Transportes
- Esporte

Cada uma das 25 comissões tem em sua estrutura uma secretaria responsável por, de acordo com o Ato da Mesa da Câmara dos Deputados nº 126 de 2013:

- prestar apoio administrativo aos trabalhos da Comissão;
- prestar assessoramento técnico-regimental ao Presidente e demais membros do Colegiado;
- coordenar as atividades relativas ao processo de tramitação de proposição na Comissão;
- coordenar o registro, em sistema informatizado, de informações relativas às ações legislativas;
- gerenciar e otimizar a utilização de recursos de pessoal e material necessários às atividades da Comissão;
- verificar os requisitos regimentais para realização dos eventos e registrar o uso dos limites orçamentários utilizados pela Comissão, fixados no Ato da Mesa nº 33, de 2012;
- exercer as demais atribuições previstas no Regimento Interno da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2013).

As demais atribuições a que se refere o mencionado Ato estão previstas no Art. 62 do RICD da Câmara dos Deputados:

Art. 62. Cada Comissão terá uma secretaria incumbida dos serviços de apoio administrativo.

Parágrafo único. Incluem-se nos serviços de secretaria:

- I - apoio aos trabalhos e redação da ata das reuniões;
- II - a organização do protocolo de entrada e saída de matéria;
- III - a sinopse dos trabalhos, com o andamento de todas as proposições em curso na Comissão;
- IV - o fornecimento ao Presidente da Comissão, no último dia de cada mês, de informações sucintas sobre o andamento das proposições;
- V - a organização dos processos legislativos na forma dos autos judiciais, com a numeração das páginas por ordem cronológica, rubricadas pelo Secretário da Comissão onde foram incluídas;
- VI - a entrega do processo referente a cada proposição ao Relator, até o dia seguinte à distribuição;
- VII - o acompanhamento sistemático da distribuição de proposições aos Relatores e Relatores substitutos e dos prazos regimentais, mantendo o Presidente constantemente informado a respeito;
- VIII - o encaminhamento, ao órgão incumbido da sinopse, de cópia da ata das reuniões com as respectivas distribuições;
- IX - a organização de súmula da jurisprudência dominante da Comissão, quanto aos assuntos mais relevantes, sob orientação de seu Presidente;
- X - o desempenho de outros encargos determinados pelo Presidente (BRASIL, 2017a).

Winzen (2011) afirma que uma das funções das secretarias das comissões no Parlamento Europeu é fornecer serviços administrativos básicos, como reservar plenários, cuidar das correspondências, entre outras e, embora essas funções não sejam sensíveis do ponto de vista político, uma comissão não poderia funcionar sem elas.

Para Diniz (1998), em alguns países as comissões constituem parte significativa dos processos decisórios e da carreira dos parlamentares, oferecendo-lhes oportunidades para exercer influência sobre as decisões políticas. Na mesma linha, Santos (2014) pontua que, apesar de o Executivo possuir mais informações que as Comissões e o conjunto do Parlamento em geral, o sistema de comissões permanentes do Legislativo possui, sim, papel informativo relevante no processo decisório em torno de políticas públicas.

No legislativo, a qualidade da informação é vital para o desenvolvimento das ações parlamentares e tramitação das matérias, já que estas ações refletem mudanças na economia, na

política, no processo produtivo e nas relações de trabalho (BORGES, 1995). Trata-se de um local onde se exige na maioria das vezes urgência na tomada de decisão, uso de informações relevantes, e compartilhamento de conhecimentos. Neste contexto, as comissões técnicas são responsáveis pela realização de estudos mais aprofundados sobre as proposições em pauta, avaliando sua adequação constitucional, legal, orçamentária e seu mérito (MIRANDA; CINNANTI; TOSTES, 2015). Leone (2006) sustenta, ainda, que elas são importantes porque funcionam como geradoras, mediadoras e disseminadoras de informação.

Na mesma linha, Santos (2014) pontua que o legislativo pode adquirir informação para reduzir as incertezas e que, como mencionado anteriormente, na dinâmica da política brasileira, dois atores são fundamentais na função de agentes informacionais: o Executivo e o sistema de comissões técnicas do próprio legislativo. O autor sustenta ainda que o papel informacional das comissões será mais forte quanto maiores forem as divergências entre o Executivo e o Legislativo, e quanto maior for a oposição em determinada comissão.

Por outro lado, Pereira e Mueller (2000) acreditam que as comissões técnicas do Legislativo não têm poder para fazer valer suas preferências, sendo apenas atores secundários no processo legislativo. O problema, na visão dos autores, é que o funcionamento do sistema de comissões está subordinado ao Executivo, que geralmente impõe, mediante dispositivos institucionais, as suas preferências.

Apesar de considerarem que as comissões técnicas do Legislativo têm grau de importância diferentes no processo informacional durante a elaboração de políticas públicas, os autores mencionados (SANTOS, 2014; PEREIRA; MUELLER, 2000) concordam, em certa medida, que as comissões têm sim seu papel na redução das incertezas e que influenciam na tomada de decisões. É sobre este aspecto informacional e sobre a atuação dos secretários que reside o estudo em tela.

Leone (2006) reafirmou o papel informativo das comissões parlamentares em estudo realizado na Câmara Municipal de Salvador, ao concluir que as comissões desempenham função vital no fluxo de informações, pois são elas que analisam e discutem as matérias, realizam audiências públicas e emitem parecer, funcionando assim como verdadeiras fontes de informação e de disseminação.

Ressalta-se que o entendimento quanto ao funcionamento de uma comissão temática não pode ser dissociado do que preconizam os princípios perseguidos na gestão pública. Entretanto,

estabelecer as características das comissões da Câmara é trabalho árduo, dado o caráter heterogêneo de funcionamento de cada uma delas, que carregam traços peculiares e adotam práticas diferenciadas de acordo com suas necessidades. Ter consciência da heterogeneidade das Comissões é necessário, na medida em que suas diferenças certamente exercem influência na percepção e na forma de atuação dos secretários.

A Tabela 1 mostra o total de proposições, requerimentos, eventos e reuniões de cada uma das vinte e cinco comissões permanentes durante a 55ª Legislatura (2015/2018) e reflete um pouco das diferenças entre elas (BRASIL, 2018a). Além dessas variáveis, as comissões ainda contam com espaços físicos distintos e um quadro de pessoal, conforme demonstrado na Tabela 2, com quantitativos completamente díspares (BRASIL, 2018b). Com todos esses fatores em jogo, é de se esperar que os secretários apresentem comportamentos, necessidades e experiências diferentes.

Tabela 1 – Proposições, Reuniões e Eventos realizados por cada Comissão na 55ª Legislatura (01/01/2015 a 31/12/2018).

Comissão	Total de Proposições Apreciadas	Total de Requerimentos	Total de Reuniões e Eventos
Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural	318	571	300
Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	607	297	215
Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	2390	201	328
Comissão de Cultura	406	165	181
Comissão de Defesa do Consumidor	500	229	167
Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher	131	140	142
Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa	340	101	111
Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência	222	195	171
Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços	554	177	209
Comissão de Desenvolvimento Urbano	288	231	273
Comissão de Direitos Humanos e Minorias	17	286	210
Comissão de Educação	378	469	341
Comissão de Finanças e Tributação	973	361	231
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle	46	522	199
Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia	152	234	164
Comissão de Legislação Participativa	173	223	224

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	284	275	231
Comissão de Minas e Energia	171	211	141
Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	297	276	200
Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado	336	205	175
Comissão de Seguridade Social e Família	780	777	414
Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público	879	369	264
Comissão de Turismo	27	216	112
Comissão de Viação e Transportes	643	316	252
Comissão do Esporte	98	249	279
Total das Permanentes	11010	7296	5534

Fonte: Sistema Gerencial do Departamento de Comissões (BRASIL, 2018a).

Tabela 2 – Quantitativo de Servidores em cada Comissão (04/09/2018).

Comissão	Quantidade de CNE	Quantidade de Efetivos	Total de Servidores
Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural	2	7	9
Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	0	7	7
Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	3	17	20
Comissão de Cultura	1	5	6
Comissão de Defesa do Consumidor	1	8	9
Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher	2	5	7
Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa	2	5	7
Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência	1	5	6
Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços	3	6	9
Comissão de Desenvolvimento Urbano	4	6	10
Comissão de Direitos Humanos e Minorias	5	9	14
Comissão de Educação	0	6	6
Comissão de Finanças e Tributação	4	7	11
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle	2	5	7
Comissão de Integração Nacional, Desenv. Regional e da Amazônia	1	7	8
Comissão de Legislação Participativa	2	7	9
Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	2	4	6
Comissão de Minas e Energia	1	7	8
Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	4	8	12

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado	1	5	6
Comissão de Seguridade Social e Família	2	8	10
Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público	3	9	12
Comissão de Turismo	0	4	4
Comissão de Viação e Transportes	0	6	6
Comissão do Esporte	0	7	7

Fonte: DW Recursos Humanos/Sistema Sigesp (BRASIL, 2018b).

É preciso ter em mente, ainda, que as comissões técnicas são apenas uma das origens das informações do Legislativo. Em fase de coleta para a produção do conhecimento, as informações podem estar disponíveis em diversas fontes internas e externas, formais ou informais (LEONE, 2006).

3.2 SECRETÁRIOS EXECUTIVOS

O usuário da informação deve ser entendido tanto como cliente de um serviço de informação como um especialista que utiliza bases de dados a fim de recuperar informações que o capacite a desenvolver suas atividades de trabalho. Esse cliente tem vivências e percepções próprias que devem ser levadas em consideração pelos gestores da informação. Nesse contexto, ressalta-se que cada participante de uma dada comunidade de usuários pode ter significados subjetivos que são únicos, mas, ao mesmo tempo, têm significados compartilhados que tornam a interação e a comunicação possíveis (FERREIRA, 1995).

Miranda (2007) acredita que um profissional de informação é, antes de mais nada, um mediador da informação, com conhecimentos, habilidades e atitudes adequados para lidar com a informação, agregando valor à informação que repassa à organização. Seu objetivo é favorecer ou facilitar o acesso à informação. Com base nesses aspectos, o perfil do profissional de informação pode ser usado como referência para se analisar os secretários em questão, partindo-se do pressuposto de que boa parte das atribuições realizadas por estes colaboradores são informacionais.

O desenvolvimento de competências informacionais tende a tornar mais eficientes as atribuições de qualquer profissional no tocante às tarefas ligadas à informação, especialmente em

atividades intensivas em informação. As competências informacionais podem ser desenvolvidas em todos os profissionais nos mais diversos cargos na era do conhecimento (MIRANDA, 2004).

É de se supor que o cargo de secretário executivo reivindique domínio de conhecimentos informacionais mais aprofundados, que vão bem além de conhecimentos cotidianos. Ao se deparar com um ambiente informacional de grande especificidade, são exigidas do servidor diversas habilidades e competências informacionais.

Pela necessidade de contextualizar e dar importância ao conhecimento local da informação, de trabalhar em temas multidisciplinares e em equipe, de usar tecnologia de informação, de atualizar e modificar competências pessoais e de agir com consciência pública, pode-se presumir a complexidade das competências informacionais necessárias para o bom desempenho das atividades de secretário executivo de comissões permanentes.

É importante que os detedores de tais cargos processem a informação e não apenas tenham acesso a ela. Além do mais, neste momento em que se trabalha cada vez mais com sistemas tecnológicos, que evoluem de forma dinâmica, é primordial praticar formas diferenciadas e flexíveis de gestão da informação.

Na verdade, um dos papéis de um profissional da informação é o de estabelecer conexão entre aqueles que têm informação e aqueles que precisam dela. A tecnologia é parte deste processo, entretanto, nenhuma tecnologia pode decidir qual informação deve transitar pela rede, e qual precisa ser guardada. Há a necessidade de seres humanos para essas atividades, bem como para definir como conseguir, resumir, interpretar, entender determinadas informações, saber como as pessoas usam e valorizam a informação, como a buscam, como compartilham e como trabalham com ela (DAVENPORT; PRUSAK, 1996).

Enquanto muito tem sido estudado sobre a influência dos parlamentares, pouco se sabe a respeito do papel dos atores não eleitos. Embora a literatura indique que os servidores estão envolvidos no processo legislativo, muitas questões sobre suas atuações permanecem abertas. Em estudo sobre o parlamento europeu, Winzen (2011) pontua que a centralidade das comissões no parlamento europeu sugere que os secretários executivos são um ponto inicial adequado para se estudar o papel dos atores não eleitos na instituição, mesmo que pouco seja conhecido a respeito do papel destes agentes. Ademais, embora suponha-se que estejam envolvidos em atividades

relevantes para os resultados políticos, os detalhes dessas atividades, sua ligação com os parlamentares e com outros atores do parlamento permanecem relativamente obscuros.

No mesmo estudo, o autor afirma que é possível diferenciar dois tipos de atividades nas quais os funcionários da instituição estão envolvidos. Por um lado, administram o processo político das comissões parlamentares, incluindo a estruturação de agendas ou a organização de reuniões. Por outro lado, eles também lidam com o conteúdo substantivo do processo político, principalmente fornecendo informações e conhecimento especializado. Ressaltando-se que em cada caso, no entanto, operam sob óbvias restrições hierárquicas (WINZEN, 2011).

Na realidade, o secretário executivo é o responsável por uma série de atividades. Cabe a eles, de acordo com o disposto no Ato da Mesa da Câmara dos Deputados nº 45 de 1996:

- I - secretariar as reuniões e assessorar o Presidente na condução dos trabalhos;
- II - assessorar o Presidente da Comissão na elaboração da pauta das reuniões;
- III - coordenar o processo de tramitação das proposições na Comissão;
- IV - apurar a frequência dos membros da Comissão;
- V - coordenar os trabalhos de recebimento e organização de emendas e de destaques;
- VI - efetuar a conferência de autógrafos para efeito de quorum regimental;
- VII - reduzir a termo as decisões da Comissão e redigir atas, pareceres da Comissão, termos de reunião e outros documentos;
- VIII - encaminhar aos órgãos competentes as informações necessárias aos registros das ações legislativas decorrentes dos trabalhos das Comissões;
- IX - dar ciência aos deputados da data em que a proposição de sua autoria será incluída em pauta;
- X - encaminhar ao órgão competente as proposições para fins de publicação;
- XI - encaminhar ao Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação os documentos necessários à fidelidade da tradução taquigráfica dos trabalhos da Comissão;
- XII - promover a organização dos processos na forma dos autos judiciais;
- XIII - encaminhar aos membros da Comissão os processos que lhes forem distribuídos;
- XIV - adotar as providências necessárias à realização de reuniões e demais eventos promovidos pela Comissão e efetuar os respectivos registros;
- XV - organizar súmula da jurisprudência dominante na Comissão;
- XVI - manter contatos prévios com as autoridades e/ou depoentes a serem ouvidos pela Comissão;
- XVII - adotar as providências necessárias à condução coercitiva de depoentes às reuniões, quando for o caso;
- XVIII - supervisionar os trabalhos administrativos da Comissão;
- XIX - prestar informações relativas às atividades desenvolvidas pela Comissão;
- XX - indicar servidores da Comissão para secretariar Subcomissões;
- XXI - exercer as atribuições comuns aos Chefes de Serviço de Administração e aos Chefes de Seção;

XXII - desempenhar outras atividades pertinentes determinadas pelo Presidente da Comissão (BRASIL, 1996).

Os responsáveis pelas comissões são também importantes em relação à gestão da agenda da comissão e ao processo de elaboração de relatórios. Nas palavras de um parlamentar entrevistado no estudo sobre o parlamento europeu, um presidente não poderia presidir uma comissão sem a participação do secretário. Em suma, o gerenciamento de processos envolve muitas atividades técnicas, como organizar reuniões e preparar a agenda do colegiado. No entanto, também coloca os secretários em uma posição central entre vários atores, permitindo-lhes identificar pontos de vista concorrentes e fazer sugestões para o curso das negociações (WINZEN, 2011).

Algumas tarefas executadas pelos secretários exigem uma mistura de avaliações técnicas e políticas. Por um lado, pode-se dizer que eles apenas contribuem com experiência técnica, regendo as regras formais que precisam ser respeitadas. Por outro lado, ao influenciar o momento dos debates e o convite dos palestrantes, eles podem afetar o impacto e o contexto da formulação de políticas públicas. Os presidentes das comissões podem, em princípio, mudar as propostas do secretariado sempre que desejarem, mas também é verdade que estes secretários gozam de alguma discricção na elaboração de propostas e na elaboração da agenda (WINZEN, 2011).

Miranda (2006) chama a atenção para um aspecto interessante da competência individual e que deve ser levado em consideração ao se analisar os resultados deste trabalho. A visão da pessoa sobre si mesma pode influenciar sua percepção com relação às suas competências, tendo em vista que pesquisas mostraram que a percepção das pessoas sobre sua própria competência é independente dos resultados reais obtidos em testes de conhecimento. Em outras palavras, pode-se presumir que quando uma pessoa não tem conhecimento suficiente para avaliar seus resultados, ela, normalmente, os avalia mal, porque lhe faltam habilidades cognitivas necessárias para fazer uma avaliação correta.

4 METODOLOGIA

Miranda (2007) considera que as metodologias qualitativas parecem mais assertivas para a natureza do objeto das ciências de informação, particularmente apropriadas para o estudo das necessidades informacionais quando o intuito for o de entender as necessidades que pressionam indivíduos em direção a um comportamento de busca de informação e o de compreender o significado da informação na vida dos usuários. A autora afirma ainda que, com relação ao tema competências, as pesquisas também costumam ser classificadas como qualitativas, tratando-se, em grande maioria, de estudos de caso que consideram determinadas empresas e determinados tipos de profissionais, como é o caso do estudo em tela.

Entretanto, a Ciência Política comparada mais recente tem estimulado, na visão de Rezende (2011), trabalhos que se valem de mais de uma metodologia, especialmente integrando trabalhos quantitativos e qualitativos, análise estatística e estudos de caso e outras possibilidades disponíveis aos cientistas políticos. Trata-se, este trabalho, portanto, de uma pesquisa quali-quantitativa, exploratória e descritiva. O estudo é também considerado um *small-n*, um desenho de pesquisa muito comum nas Ciências Políticas, em razão da sua reduzida amostra e da análise em profundidade típica destes estudos.

Pesquisa quali-quantitativa é aquela que envolve métodos quantitativos e qualitativos para a obtenção de uma análise mais profunda do assunto da pesquisa. Em geral, se a pesquisa for qualitativa e houver a necessidade de resultados estatísticos para o alcance dos objetivos, a pesquisa será essencialmente quali-quantitativa, devido a sua característica mista. Os modelos quali-quantitativos são, na verdade, uma evolução dos modelos meramente qualitativos ou quantitativos. De acordo com Ensslin e Vianna (2008), ao analisar quando utilizar o método quali-quantitativo, identifica-se que há certo acordo quanto à sua utilidade em estudos exploratórios, aqueles em que se tem pouco conhecimento sobre o problema investigado e suas fronteiras, como é o caso do estudo em tela.

Quanto à pesquisa exploratória, ela é, segundo Santos (1991), o contato inicial com o tema a ser analisado, com os sujeitos a serem investigados e com as fontes secundárias disponíveis. Nesse caso, para o referido autor, o pesquisador deve ter uma atitude de receptividade às informações e dados da realidade social, além de uma postura flexível e não formalizada. No mesmo sentido, Sampieri, Collado e Lucio (1991) afirmam que os estudos exploratórios servem

para aumentar o grau de familiaridade com fenômenos relativamente desconhecidos, examinar um tema ou problema de investigação que tenha sido pouco estudado anteriormente, obter informações sobre a possibilidade de levar adiante uma investigação mais completa sobre um contexto particular da vida real ou estabelecer prioridades para investigações posteriores.

No tocante às pesquisas descritivas, elas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinado fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. Uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário, conjunto de questões respondidas pelo pesquisado ou a observação sistêmica, observação das etapas de determinado processo (GIL, 2002).

Quanto ao instrumento utilizado para explorar as questões principais do trabalho, o questionário foi elaborado tentando abarcar, sem exceder um limite razoável de questões, os tópicos informacionais com os quais os secretários executivos se deparam no dia a dia da Comissão. A primeira parte do questionário possibilitou a coleta dos dados demográficos da amostra de pesquisa, enquanto as partes subsequentes, divididas em seis subpartes, asseguraram a coleta de dados relativos aos padrões de competência em informação descritos por Bundy (2004), adaptados para a realidade do Departamento de Comissões.

4.1 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Os atores responsáveis pelo funcionamento da Câmara dos Deputados são os agentes públicos, aqui incluídos os servidores nomeados após aprovação em concurso de provas, ou provas e títulos, aqueles de livre nomeação e exoneração e os colaboradores terceirizados. Pela natureza do trabalho e para a compreensão do problema proposto, a pesquisa delimitou o papel institucional dos secretários executivos das comissões permanentes, traçando uma representação dos seus dados demográficos, excluindo-se da amostra da pesquisa outras categorias funcionais presentes na Casa Legislativa, bem como os secretários executivos das comissões temporárias.

Definir o usuário da informação é uma tarefa complexa, porque cada indivíduo é único, com diferentes percepções da realidade. A interação do usuário com a informação envolve diversos aspectos, dentre os quais, as necessidades de informação e as formas de busca. Por isso, é preciso ter em mente que conhecer o usuário da informação e suas demandas é essencial para gestão

informacional, pois qualquer serviço de informação deve ser modelado de acordo com as necessidades de seu usuário.

Para Miranda (2007), o estudo do usuário da informação deve partir do pressuposto de que a quantidade de informação que se recebe não está diretamente ligada ao número de páginas lidas. É, antes de mais nada, função dos processos mentais de compreensão e de integração de dados à estrutura pessoal de conhecimento, o que coloca em evidência a perspectiva cognitiva do usuário.

Ademais, estudar o usuário da informação é investigar se o que o indivíduo precisa em matéria de informação e se suas necessidades de informação estão sendo satisfeitas de maneira adequada. Assim, conhecer o usuário em questão é a base da orientação dos serviços de informação, considerando suas demandas específicas, suas necessidades e seus padrões de comportamento na busca e no uso da informação (FIGUEIREDO, 1979).

Os secretários e as comissões em questão foram considerados em suas singularidades, porque as necessidades de informação e as competências são, sobretudo, individuais. Assim, o intuito foi enxergar a atividade de secretariado de uma comissão permanente por meio de parâmetros informacionais e fornecer novas formas de compreensão dessa atividade, proporcionando-lhe perspectivas ainda pouco exploradas. Sendo eles as peças-chave das comissões, muitas vezes responsáveis por fornecerem significados aos dados e às situações para criar informações e conhecimentos, foi a relação deles com a informação o foco do estudo.

Quanto ao número de pessoas, como se trata de dados eminentemente qualitativos, o que orientou a pesquisa foi a qualidade da amostra e não a quantidade de elementos que a compõe. Apesar disso, a pesquisa utilizou-se da técnica de pesquisa quantitativa, por meio da qual se busca traduzir opiniões e informações em números, a fim de posteriormente analisá-los. Para Cooper e Schindler (2003, p. 130), os estudos estatísticos “tentam captar as características de uma população ao fazer inferências das características de uma amostra”.

Importante ressaltar ainda que a reduzida amostra, foco desta pesquisa, justifica-se em razão do número de comissões permanentes da Câmara dos Deputados e, conseqüentemente, a mesma quantidade de secretários executivos em atividade. Quanto ao corte temporal, optou-se por usar como amostra somente aqueles secretários em exercício em fevereiro de 2019, descartando-se qualquer outro critério de elegibilidade para se compor a amostra.

4.2 INSTRUMENTO

Miranda (2007) cita que os estudos das competências e necessidades informacionais envolvem o entendimento das experiências das pessoas, o que, em geral, pode ser alcançado por meio de entrevistas qualitativas e observação para compreender o papel e o valor que a informação tem para elas em sua atividade. Afirma, ainda, que a auto-percepção das pessoas não deve ser o único indicador a ser avaliado quando da identificação de suas competências. Quanto a essa observação, cabe ressaltar que, devido ao número de sujeitos da pesquisa e ao fato de eles desenvolverem suas atividades em 25 ambientes diferentes, torna-se dispendioso para uma dissertação de mestrado a tentativa de realizar uma observação sistemática em todas as Comissões Permanentes. Tratou-se, portanto, apesar do obstáculo, de conhecer e compreender, por meio da visão dos próprios servidores da instituição, questões relacionadas à competência em informação no contexto das comissões permanentes da Câmara dos Deputados e a implicação dessa variável no processo legislativo.

Cientes da limitação deste estudo, mesmo com a impossibilidade de se conhecer a realidade em toda a sua complexidade, acredita-se que foi possível gerar um conhecimento válido sobre ela. Como Miranda (2007) cita em seu estudo sobre a identificação de necessidades de informação e sua relação com competências informacionais, no caso da supervisão indireta de instituições financeiras no Brasil, que esse processo é uma construção teórica subjetiva e interpretativa, mesmo baseada em dados provindos dos sujeitos e do ambiente de pesquisa.

Assim, utilizando um questionário estruturado e adaptado, buscou-se o levantamento de dados e informações fundamentais para o alcance dos objetivos propostos. A aplicação de um questionário detalhado propiciou o recolhimento de dados sobre os pontos centrais desta pesquisa, de forma a identificar as percepções dos secretários quanto às competências e necessidades informacionais.

4.3 RELAÇÕES ENTRE OBJETIVOS, TEORIAS E INSTRUMENTO DE PESQUISA

Os instrumentos de coleta de dados foram construídos a partir do referencial teórico, tendo como base os objetivos de pesquisa, de forma que houvesse uma convergência entre os três, conforme condensado no Quadro 3:

Quadro 3 – Quadro de análise sobre a convergência dos objetivos e instrumentos.

Objetivos	Referencial Teórico	Instrumento
<p>Geral Avaliar a percepção dos secretários quanto às competências em informação no desempenho de suas atividades com base nos padrões estabelecidos na Austrália e na Nova Zelândia.</p>	<p>Zarifian (2003) Bundy (2004) Miranda (2006) Miranda (2007) Dudziak (2010) Gasque (2010) Gasque (2013)</p>	<p>Questionário (Questões 1 a 50)</p>
<p>Específico 1 Avaliar a percepção dos secretários quanto às necessidades informacionais no ambiente das Comissões Permanentes.</p>	<p>Figueiredo (1983) González (2006) Miranda (2007)</p>	<p>Questionário (Questões 1 a 22)</p>
<p>Específico 2 Refletir sobre a aplicabilidade dos padrões existentes para mensurar as competências em informação, no contexto do Poder Legislativo.</p>	<p>Bruce (1999) Ala (2000) Bundy (2004) Lloyd (2005) Miranda (2007) Sconul (2011) Arduini (2013)</p>	<p>Com base nos resultados do estudo e de pesquisa bibliográfica</p>

Fonte: Elaboração própria.

4.4 VALIDAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS

O questionário foi submetido a um pré-teste inicial, por meio de uma avaliação preliminar com cinco indivíduos, a saber, uma secretária executiva de comissão permanente do Senado Federal, duas atuais secretárias executivas de comissões temporárias e dois ex-secretários, estes últimos com passagens tanto por comissão permanente quanto por comissão temporária. A primeira versão foi testada com cinco indivíduos não pertencentes ao grupo de profissionais estudados para que analisassem o nível de compreensão das questões contidas e sua percepção quanto à possibilidade de alcance dos objetivos, em outras palavras, para o aperfeiçoamento das ferramentas. Apesar de pertencerem a grupos distintos, no caso dos indivíduos que desempenham

suas funções nas comissões temporárias, acredita-se que existam semelhanças nas atribuições dos cargos, razão pela qual optou-se por utilizar o referido grupo no pré-teste dos instrumentos deste trabalho.

Os entrevistados foram selecionados de maneira aleatória, não atendendo a nenhum critério previamente estabelecido. Primeiramente, houve a realização de um contato prévio para aferição da disponibilidade dos referidos sujeitos na contribuição da pesquisa. Em um segundo momento, fez-se a distribuição do questionário e das perguntas da entrevista, juntamente com uma descrição sobre o pré-teste, a qual informava quais os aspectos deveriam ser considerados na análise. Dentre estes aspectos, ressalta-se a clareza e precisão dos termos, a quantidade de perguntas, a forma das perguntas, a ordem das perguntas e a introdução dos instrumentos, aspectos esses considerados essenciais por Gil (2002) quando da aplicação de um pré-teste.

Na terceira fase da validação dos instrumentos, foi realizada uma entrevista gravada com cada um dos indivíduos separadamente para apuração das devolutivas. Nessa entrevista, ainda seguindo os passos descritos por Gil (2002), procurou-se apurar quais as dificuldades encontradas para responder o questionário, quais perguntas provocaram constrangimentos, quais termos pareciam confusos e quais as sugestões poderiam ser dadas para aperfeiçoamento dos instrumentos. Em resumo, pode-se afirmar que:

- Todos os respondentes afirmaram que, de uma maneira geral, o questionário estava bem estruturado e de fácil compreensão;
- Todos afirmaram que o tempo de resposta do questionário não ultrapassou 10 minutos, não provocando cansaço ou impaciência durante o preenchimento;
- Dois entrevistados afirmaram que a questão 38 do questionário apresentava um termo um pouco desconhecido (*journaling*) e não era tão clara como as demais;
- Um dos respondentes sugeriu que fosse dada uma explicação prévia sobre a escala Likert na página de introdução do questionário;

- Um dos indivíduos afirmou não acreditar que a escala Likert seja tão efetiva, apresentando-se muito subjetiva e sugerindo a utilização de uma escala tipo Likert de 3 pontos;
- Um dos sujeitos recomendou a exclusão ou alteração da questão presente nos dados demográficos sobre “a consciência da importância da gestão da informação e da gestão do conhecimento” em razão da possibilidade de os termos não serem de conhecimento de toda a futura amostra de pesquisa;
- Um dos entrevistados sugeriu alteração na ordem das questões iniciais sobre dados gerais, bem como a alteração da escala de tempo das questões, de meses para anos;
- Um dos respondentes sugeriu que a questão 20 fosse desmembrada ou que a expressão “terceiros” deixasse claro a quais elementos estava se referindo;
- Um dos indivíduos recomendou a inclusão de pelo menos uma questão relativa à transmissão da informação para jornalistas e grupos de pressão;
- Um dos sujeitos indicou falta de clareza na questão 13 do questionário, aconselhando alterações no intuito de clarear a pergunta;
- Um dos entrevistados afirmou que o conceito de assimetria da informação, presente nas questões 23 e 48, carece de maiores detalhamentos;
- Um dos sujeitos afirmou que a questão 36 era muito vaga e poderia ser excluída;
- Um dos entrevistados recomendou a inclusão de uma questão sobre a troca de informações com o diretor da coordenação de comissões;
- Um dos indivíduos sugeriu a exclusão da expressão “dia a dia” no enunciado da questão 17;

- Um dos respondentes afirmou que a questão 40 estava relativamente vaga e poderia ser aprimorada;
- Um dos respondentes recomendou a exclusão do termo “redes” da questão 47;
- Um dos entrevistados aconselhou a divisão da questão 56 em duas questões distintas devido à inclusão de tópicos distintos no mesmo enunciado;
- Um dos indivíduos levantou questionamentos quanto à questão 42 e a possibilidade de constrangimento de algum sujeito da amostra;
- Um dos indivíduos sugeriu alterações nas questões 14 e 18 do questionário, visando diminuir as possíveis confusões que poderiam vir a ser causadas;
- Um dos entrevistados considerou que a questão 3 da entrevista estruturada estava muito vaga e recomendou a exclusão dela;
- Um dos indivíduos sugeriu alterações nas questões 4, 5, 7 e 10 da entrevista estruturada, com cortes de palavras e elaboração de novas redações.

Em termos gerais, a aplicação do pré-teste mostrou-se bastante produtiva para a otimização dos instrumentos. Gil (2002) afirma que só após o pré-teste é que os instrumentos se tornam aptos para o levantamento e reforça que essa fase está focada na avaliação dos instrumentos, visando o seu aprimoramento para que possam mensurar exatamente aquilo que pretendem.

Com exceção, principalmente, das sugestões de alteração da escala Likert para uma escala tipo Likert de 3 pontos e da exclusão da questão 3 da entrevista, a quase totalidade das recomendações e modificações sugeridas foi acatada, fossem elas de alteração, clareamento ou exclusão de termos anteriormente utilizados. Ressalta-se a preferência por manter a escala Likert em razão da maior gama de possibilidades ofertadas aos sujeitos de pesquisa para expressão de suas percepções.

Em um quarto momento, as questões pré-definidas após o pré-teste foram linkadas (conforme Quadro 3) com os seis padrões de Competência Informacional desenvolvidos na

Austrália e Nova Zelândia (BUNDY, 2004). Os padrões australianos e neozelandeses foram escolhidos como base para a proposta em questão, muito em virtude de sua aparente abrangência.

Quadro 4 – Variáveis construídas para as Comissões Permanentes, adaptadas dos padrões australianos e neozelandeses (BUNDY, 2004) – Foco no Secretário Executivo de Comissões.

Padrão	Compreende	Variáveis	
Padrão 1 Reconhece a necessidade de informação e determina a natureza e extensão da informação necessária	Definição e articulação da necessidade de informação	1. É desejável que eu tenha conhecimento dos normativos técnicos internos da Casa 2. É desejável que eu tenha conhecimento da Legislação Brasileira de uma forma geral	
	Compreensão do propósito, escopo e adequação de uma variedade de fontes de informação	3. Na maioria das vezes consigo prever as consequências de falhas informacionais 4. Adquirir informações sobre o conteúdo dos pareceres apresentados na Comissão é importante 5. As informações de viés político são fundamentais 6. As informações de viés técnico são fundamentais	
	Reavaliação da natureza e da extensão da necessidade de informação	7. Ter conhecimento sobre a agenda do Presidente da Comissão na Câmara é importante 8. Receber informações sobre os pedidos de pauta e relatoria é fundamental 9. Ter conhecimento das negociações políticas sobre os cargos da Comissão é importante	
	Uso de diversas fontes de informação para informar decisões	10. Ter conhecimento sobre as proposições em pauta na Comissão é importante 11. Ter conhecimento de notícias sobre a Comissão vinculadas na mídia é relevante 12. Ter conhecimento sobre as deliberações do Plenário da Câmara é importante	
	Padrão 2 Encontra informações necessárias de forma eficaz e eficiente	Seleção dos métodos ou ferramentas mais apropriadas para encontrar informações	13. Um bom intercâmbio de informações com as outras Comissões facilita meu trabalho 14. Sistemas de informação que atendam às demandas da Comissão (SILEG/EDOC) são ótimas fontes de informação
		Construção e implementação de estratégias de busca eficazes	15. Um bom intercâmbio de informações com outros órgãos da Casa (Consultoria Legislativa, SGM, entre outros) facilita meu trabalho 16. A internet é uma fonte de informação relevante
		Obtenção de informações usando métodos apropriados	17. O CEDI e/ou a biblioteca física da Câmara dos Deputados são grandes fontes de informação relevante 18. A televisão e o jornal são grandes fontes de informação relevante
		Manter-se atualizado com as fontes de informação, tecnologias da informação, ferramentas	19. A troca informal de informação com outros secretários de comissões permanentes facilita meu trabalho 20. A troca informal de informações com os secretários das comissões temporárias facilita meu trabalho

Padrão	Compreende	Variáveis
	de acesso à informação e métodos de investigação	<p>21. O diretor da Coordenação de Comissões Permanentes e a Diretora do Departamento de Comissões são fontes importantes de informação</p> <p>22. A comunicação informal com terceiros (cidadãos, jornalistas, grupos de apoio, etc.) é grande fonte de informação</p>
<p>Padrão 3</p> <p>Avalia criticamente as informações e o processo de busca de informações</p>	<p>Avaliação da utilidade e relevância da informação obtida</p> <p>Definição e aplicação de critérios para avaliação de informações</p> <p>Reflexão sobre o processo de busca de informações e revisão das estratégias de busca conforme necessário</p>	<p>23. Posso fontes de informação confiáveis, sejam elas internas ou externas</p> <p>24. Constantemente enfrento problemas devido a falhas informacionais</p> <p>25. Tenho consciência de que a Comissão é ao mesmo tempo grande consumidora e produtora de informação</p> <p>26. Acredito que a troca de informações com o presidente da Comissão flui de forma positiva</p> <p>27. O ambiente informacional da Comissão é muito complexo</p> <p>28. O fluxo informacional durante as reuniões deliberativas da Comissão é adequado</p> <p>29. Os recursos informacionais que disponho são suficientes para realização das minhas atribuições</p> <p>30. A troca de informações com os servidores da Comissão flui de forma positiva</p> <p>31. Ter informação rápida e precisa é fundamental para atender as demandas do Presidente da Comissão</p> <p>32. Ter um bom conhecimento das ferramentas tecnológicas disponíveis é essencial</p>
<p>Padrão 4</p> <p>Gerencia informações coletadas ou geradas</p>	<p>Registro de informações e suas fontes</p> <p>Organização de informação (ordenamento, classificação e armazenamento)</p>	<p>33. Posso gerir com qualidade as informações produzidas e geradas na Comissão</p> <p>34. Acredito que o fluxo informacional da comissão funciona de forma satisfatória</p> <p>35. Em geral conheço bem todas as proposições que são pautadas na Comissão</p> <p>36. Tenho facilidade em gerir as informações que considero importantes para a Comissão, inclusive as sigilosas</p> <p>37. Tenho facilidade em gerir as informações políticas presentes no dia a dia da Comissão</p> <p>38. Sou hábil na reprodução e/ou transmissão precisa das informações geradas no âmbito da Comissão para terceiros (jornalistas, cidadãos, grupos de apoio)</p>
<p>Padrão 5</p> <p>Aplica informações prévias e novas para construir</p>	<p>Comparação e integração de novos entendimentos com conhecimento prévio para determinar o valor agregado, contradições ou outras características únicas da informação</p>	<p>39. Mantenho um caderno de anotações, onde registro fatos, dados e insights que me auxiliam na tomada de decisões</p> <p>40. Meu conhecimento sobre tecnologia de informação é alto o suficiente para buscar praticamente toda informação necessária</p> <p>41. Uso minha capacidade intuitiva para construção de insights e novos entendimentos</p>

Padrão	Compreende	Variáveis
novos conceitos ou criar novos entendimentos	Comunicação efetiva de conhecimento e novos entendimentos	42. Procuo me manter atualizado com conhecimentos e informações que sejam relevantes no âmbito da Comissão
		43. Um grande desafio é transformar informação disponível em informação útil
		44. Sou proativo na criação e disseminação de conhecimento
Padrão 6 Usa informações com compreensão e reconhece questões culturais, éticas, econômicas, jurídicas e sociais que cercam o uso da informação.	Reconhecimento de questões culturais, éticas e socioeconômicas relacionadas ao acesso e uso de informações	45. Tenho capacidade de fornecer informação com qualidade e tempestividade
		46. Adoto uma postura crítica na construção do conhecimento
	Reconhecimento de que a informação é sustentada por valores e crenças	47. Tenho capacidade de me expressar de forma clara e objetiva
		48. Tenho habilidade para ouvir, processar e compreender o contexto das informações que recebo
		49. Argumento com coerência usando feedbacks de forma adequada
Estar em conformidade com as convenções e etiqueta relacionadas ao acesso e uso de informações	50. Tenho ciência dos limites éticos e legais sobre a disseminação das informações produzidas no âmbito da Comissão	
Obtenção, armazenamento e disseminação de texto, dados, imagens ou sons legalmente		

Fonte: Elaboração própria

Nesse sentido, mesmo as diretrizes desenvolvidas pela *Association of College and Research Libraries* (ACRL, 2008) com tópicos e padrões de *information literacy* para as ciências políticas e disciplinas relacionadas, incluindo administração pública, lei, justiça criminal e educação cívica não pareceram, na visão deste autor, mais úteis para uso como padrão ouro neste estudo, justamente por terem sido desenvolvidas especificamente para estudantes de ciências políticas, o que distancia do público alvo da amostra desta pesquisa.

Na sequência, 10 questões foram descartadas, pois, apesar de se referirem ao ambiente informacional das Comissões, não foi identificada grande correlação com os padrões estabelecidos como critério de pesquisa. Importante mencionar que a elaboração do questionário utilizou também

como embasamento o conhecimento prévio do autor sobre a realidade dos secretários executivos e das comissões permanentes do Departamento de Comissões, local onde atuou por mais de 4 anos.

Na última etapa antes do início da coleta de dados, o questionário foi submetido a um segundo pré-teste, já em meio eletrônico, por meio de uma avaliação com uma nova amostra, composta por quatro indivíduos não pertencentes ao grupo de profissionais estudados. Esse segundo grupo foi composto por duas atuais secretárias executivas de comissões temporárias e dois ex-secretários, estes últimos com passagens por comissões permanentes e temporárias.

Conforme esperado, especialmente em virtude dos aperfeiçoamentos realizados nas demais etapas, esse pré-teste apresentou um número bem menor de devolutivas que o anterior. Os quatro indivíduos concordaram que o questionário aborda de forma adequada a matéria objeto do estudo e ademais:

- Um dos pré-testados sugeriu alterações visando dirimir potenciais dúvidas na questão 4 do Bloco I do questionário;
- Um dos indivíduos aconselhou a exclusão ou da palavra “grande” ou da palavra “relevante” nas questões que contavam com os dois termos juntos;
- Um dos participantes recomendou a inclusão de uma questão sobre o conhecimento da agenda dos relatores das principais matérias distribuídas à Comissão;
- Um dos participantes sugeriu a inclusão de um questionamento em relação ao Diretor do Decom como fonte de informação;
- Um dos colaboradores recomendou algum questionamento em relação à eventual informação sigilosa que a Comissão deva gerir.

A primeira sugestão relativa à questão 4 foi aceita e ela foi modificada visando maior objetividade. Quanto à segunda sugestão, a palavra “grande” foi excluída de três questões, mantendo-se apenas a palavra “relevante”. A recomendação quanto aos relatores das principais matérias não foi acatada, pois o questionário já abarca um questionamento quanto aos pareceres desses relatores. As últimas duas sugestões foram acatadas parcialmente, tendo em vista que houve

inclusão em relação ao Diretor do Decom na questão 21 do Bloco II, bem como a inclusão do termo “informação sigilosa” na questão 36 do Bloco IV.

A versão final do questionário, constante do Apêndice, contém 50 questões segundo a divisão que se segue (Quadro 5) e foi enviada por meio eletrônico por meio da *Survey Monkey*. A *Survey Monkey* é uma plataforma on-line que permite a coleta de dados, análise e transferência dos dados diretamente para programas de análise estatística.

Quadro 5 – Número de questões em cada padrão abordado no questionário.

Abordagem	Quantidade de questões	Questões
Caracterização dos participantes	8 questões	Parte introdutória do questionário
Padrão 1 Reconhece a necessidade de informação e determina a natureza e extensão da informação necessária	12 questões	Questões de 1 a 12
Padrão 2 Encontra informações necessárias de forma eficaz e eficiente	10 questões	Questões de 13 a 22
Padrão 3 Avalia criticamente as informações e o processo de busca de informações	10 questões	Questões de 23 a 32
Padrão 4 Gerencia informações coletadas ou geradas	6 questões	Questões de 33 a 38
Padrão 5 Aplica informações prévias e novas para construir novos conceitos ou criar entendimentos	6 questões	Questões de 39 a 44
Padrão 6 Usa informações com compreensão e reconhece questões culturais, éticas, econômicas, jurídicas e sociais que cercam o uso da informação.	6 questões	Questões de 45 a 50

Fonte: Elaboração própria.

Finalmente, estabeleceu-se como regra, para análise dos resultados de cada uma das cinquenta variáveis, o seguinte critério:

- a) Caso a soma das opções - concordo e concordo totalmente – alcançasse 50% ou mais, considerar-se-ia a variável como relevante do ponto de vista da percepção dos Secretários Executivos.
- b) Caso a soma das opções – concordo e concordo totalmente – não atingisse pelo menos 50%, considerar-se-ia a variável como não relevante para a visão dos respondentes.

A partir daí, para se analisar o padrão como um conjunto e não apenas as variáveis individualmente, estabeleceu-se um segundo critério:

- a) Caso houvesse 50% ou mais das variáveis dentro de cada padrão caracterizadas como relevante do ponto de vista dos Secretários, considerar-se-ia aquela variável como pertinente.
- b) Caso menos da metade das variáveis fossem caracterizadas como não relevantes, considerar-se-ia o padrão como não pertinente.

5 ANÁLISES E RESULTADOS

A presente pesquisa foi respondida por 23 dos 25 Secretários Executivos das Comissões Permanentes (todos titulares de funções de confiança da Câmara dos Deputados nível FC-3), o que representa 92% do total de questionários enviados.

Cabe ressaltar novamente que, os dados que foram extraídos da plataforma *Survey Monkey* e, em seguida, transferidos para o programa SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), versão 22, para tratamento estatístico, refletem a auto-percepção geral dos secretários quanto as variáveis propostas. Foram realizados testes e análises para validação do instrumento de medida, análises multivariadas, testes de amostras independentes, análise de covariância múltipla e estatísticas descritivas.

5.1 ANÁLISE DEMOGRÁFICA

No intuito de realizar uma análise preliminar dos dados, a Tabela 3 a seguir mostra a descrição das variáveis “Faixa de idade”, “Gênero” e “Escolaridade” com seus respectivos casos omissos e frequências de ocorrências.

Tabela 3 – Frequências de ocorrências e casos omissos.

		Faixa de idade	Gênero	Escolaridade
<i>N</i>	Válido	23	23	23
	Omisso	0	0	0

Fonte: Dados da pesquisa

A Tabela 3 apresenta 23 casos válidos. Para as variáveis “Faixa de idade”, “Gênero” e “Escolaridade”, nenhum caso omissos foi constatado. Foram descritas as três variáveis demográficas no intuito de apresentar exploratoriamente a consistência dos dados coletados.

A Tabela 4, abaixo, apresenta a variável “faixa de idade”. Foram constatados 5 respondentes para a faixa de idade “31 e 41 anos”, representando 21,7% do total. Para a faixa de idade “41 a 50 anos”, foram 8 respondentes, que representam 34,8% do total. Quanto a faixa de idade “51 a 60 anos”, foram 9 respondentes, que representam 39,1% do total e, para a opção “mais de 60 anos”, foi constatado um único respondente, representando 4,3% do total.

Tabela 4 – Frequências de Faixas de Idade da amostra.

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Válido	31 a 40 anos	5	21,7	21,7	21,7
	41 a 50 anos	8	34,8	34,8	56,5
	51 a 60 anos	9	39,1	39,1	95,7
	Mais de 60 anos	1	4,3	4,3	100,0
	Total	23	100,0	100,0	

Fonte: Dados da pesquisa

A Tabela 5, a seguir, detalha a variável “Gênero” quanto à sua frequência. Foram 11 respondentes do gênero masculino, o que representa 47,8% do total e 12 respondentes do gênero feminino, o que representa 52,2% do total.

Tabela 5 – Frequências de Gênero da amostra.

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Válido	Masculino	11	47,8	47,8	47,8
	Feminino	12	52,2	52,2	100,0
	Total	23	100,0	100,0	

Fonte: Dados da pesquisa

Quanto à variável “Escolaridade”, descrita na Tabela 6, foram encontrados 2 respondentes que possuem nível superior, o que representa 8,7% do total. Respondentes com especialização ou similar representam 56,5% do total ou 13 respondentes. Foram identificados ainda 7 respondentes com mestrado, representando 30,4% do total e apenas um respondente possui doutorado, representando 4,3% do total.

Tabela 6 – Escolaridade da amostra.

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Válido	Nível Superior	2	8,7	8,7	8,7
	Especialização ou similar	13	56,5	56,5	65,2
	Mestrado	7	30,4	30,4	95,7
	Doutorado	1	4,3	4,3	100,0
	Total	23	100,0	100,0	

Fonte: Dados da pesquisa

Analisando as variáveis estudadas para a amostra utilizada, as maiores médias encontradas foram as variáveis “Tempo no cargo atual - Secretário Executivo (em meses)” (27), “Tempo de serviço no Departamento de Comissões (em anos)” (16) e “Tempo de serviço na Câmara dos Deputados (em anos)” (16), enquanto as menores médias identificadas foram identificadas nas variáveis “Aplica informações anteriores e novas para construir conceitos ou criar entendimentos” (3,97), “Avalia criticamente as informações e o processo de busca de informações” (4,03) e “Gerencia informação coletadas ou geradas” (4,11), conforme os dados na Tabela 7.

Tabela 7 – Estatísticas Descritivas - Comportamento Geral dos Dados.

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Experiência prévia como Secretário de Comissão Permanente além da atual	23	1,00	2,00	1,73	,44

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Experiência prévia como Secretário de Comissão Temporária	23	1,00	2,00	1,04	,20
Tempo de serviço na Câmara dos Deputados (em anos)	23	3,00	29,00	16,00	8,49
Tempo de serviço no Departamento de Comissões (em anos)	23	1,00	18,00	16,56	36,51
Tempo no cargo atual - Secretário Executivo (em meses)	23	1,00	66,00	27,34	19,34
Reconhece a necessidade de informação e determina a natureza e extensão da informação	23	3,42	5,00	4,35	,37
Encontra informações necessárias de forma eficaz e eficiente	23	3,90	5,00	4,43	,35089
Avalia criticamente as informações e o processo de busca de informações	23	3,40	4,90	4,03	,38
Gerencia informação coletadas ou geradas	23	2,83	5,00	4,11	,50
Aplica informações anteriores e novas para construir conceitos ou criar entendimentos	23	3,33	4,83	3,97	,43
Usa informação com compreensão e reconhece questões culturais, éticas, econômicas e legais que	23	3,50	5,00	4,32	,40

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
envolvem o uso de informações					
N válido (listwise)	23				

Fonte: Dados da pesquisa

5.2 ANÁLISE DA CONFIABILIDADE DOS FATORES

Um questionário devidamente elaborado deve levar em consideração dois aspectos muito importantes: sua validade e sua confiabilidade. Enquanto a validade reflete o grau com que a escala utilizada no questionário efetivamente mede o objeto para o qual ela foi criada para medir, a confiabilidade se define como o grau com que as medições estão isentas de erros aleatórios (PINTO; CHAVEZ, 2012).

De acordo com Trochim (2003), a consistência interna refere-se ao grau com que os itens do questionário estão correlacionados entre si e com o resultado geral da pesquisa, o que representa uma mensuração da sua confiabilidade. Para avaliar a confiabilidade dos fatores da escala (considerando-se cada um dos seis blocos como um fator), foi utilizado o Alfa de Cronbach (α) como recomendado por Marôco (2011) e George e Mallery (2003), que sugerem que $\alpha > 0,90$ = excelente; $\alpha > 0,80$ = bom; $\alpha > 0,70$ = aceitável; $\alpha > 0,60$ = questionável; $\alpha > 0,50$ = pobre; $\alpha < 0,50$ = inaceitável.

O coeficiente alfa foi descrito em 1951 por Lee Joseph Cronbach (CRONBACH, 1951). Para Streiner (2003), o alfa de Cronbach é a média das correlações entre os itens que fazem parte de um instrumento, uma propriedade peculiar do padrão de resposta da população estudada e não uma característica da escala por si só. O Alfa de Cronbach é uma medida comumente utilizada de confiabilidade (ou seja, a avaliação da consistência interna dos questionários) para um conjunto de dois ou mais indicadores de construto (BLAND; ALTMAN, 1997). Os valores de α variam de 0 a 1,0; como mencionado anteriormente, quanto mais próximo de 1, maior confiabilidade entre os indicadores. De uma forma geral, o Coeficiente α de Cronbach mede a correlação entre as respostas

em um questionário por meio da análise do perfil das respostas dadas pelos respondentes (HORA, MONTEIRO; ARICA, 2010).

A Tabela 8 apresenta, de forma resumida, os fatores verificados com seus respectivos alfas de Cronbach para cada um dos seis fatores estabelecidos (seis blocos):

Tabela 8 – Fatores verificados com seus respectivos Alfas de Cronbach.

Fator	Alfa de Cronbach	N de itens
1	0,778	12
2	0,727	10
3	0,728	10
4	0,846	6
5	0,374	6
6	0,808	6

Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se que, com exceção do fator 5, os demais fatores possuem alfas de cronbach adequados conforme Marôco (2010) e George e Mallery (2003), que indicam que 0,70 é aceitável. O fator 5 indica ajuste inaceitável, sugerindo a não confiabilidade do fator.

5.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS PARA CADA FATOR

5.3.1 Reconhece a necessidade de informação e determina a natureza e extensão da informação necessária

Tabela 9 – Padrão 1.

	DISCORDO TOTALMENTE	DISCORDO	NÃO CONCORDO NEM DISCORDO	CONCORDO	CONCORDO TOTALMENTE	TOTAL	MÉDIA PONDERADA
1. É desejável que eu tenha	0,00% 0	0,00% 0	0,00% 0	47,83% 11	52,17% 12	23	4,52

	DISCORDO TOTALMENTE	DISCORDO	NÃO CONCORDO NEM DISCORDO	CONCORDO	CONCORDO TOTALMENTE	TOTAL	MÉDIA PONDERADA
conhecimento dos normativos técnicos internos da Casa							
2. É desejável que eu tenha conhecimento da Legislação Brasileira de uma forma geral	0,00% 0	0,00% 0	8,70% 2	69,57% 16	21,74% 5	23	4,13
3. Na maioria das vezes consigo prever as consequências de falhas informacionais	0,00% 0	0,00% 0	8,70% 2	69,57% 16	21,74% 5	23	4,13
4. Adquirir informações sobre o conteúdo dos pareceres apresentados na Comissão é importante	0,00% 0	0,00% 0	8,70% 2	47,83% 11	43,48% 10	23	4,35
5. As informações de viés político são fundamentais	0,00% 0	4,35% 1	13,04% 3	34,78% 8	47,83% 11	23	4,26
6. As informações de viés técnico são fundamentais	0,00% 0	0,00% 0	4,35% 1	47,83% 11	47,83% 11	23	4,43
7. Ter conhecimento sobre a agenda do Presidente da Comissão na Câmara é importante	4,35% 1	0,00% 0	13,04% 3	26,09% 6	56,52% 13	23	4,30
8. Receber informações sobre os pedidos de pauta e relatoria é fundamental	0,00% 0	0,00% 0	0,00% 0	30,43% 7	69,57% 16	23	4,70

	DISCORDO TOTALMENTE	DISCORDO	NÃO CONCORDO NEM DISCORDO	CONCORDO	CONCORDO TOTALMENTE	TOTAL	MÉDIA PONDERADA
9. Ter conhecimento das negociações políticas sobre os cargos da Comissão é importante	8,70% 2	4,35% 1	26,09% 6	34,78% 8	26,09% 6	23	3,65
10. Ter conhecimento sobre as proposições em pauta na Comissão é importante	0,00% 0	0,00% 0	0,00% 0	17,39% 4	82,61% 19	23	4,83
11. Ter conhecimento de notícias sobre a Comissão vinculadas na mídia é relevante	0,00% 0	0,00% 0	0,00% 0	34,78% 8	65,22% 15	23	4,65
12. Ter conhecimento sobre as deliberações do Plenário da Câmara é importante	0,00% 0	0,00% 0	8,70% 2	52,17% 12	39,13% 9	23	4,30

Fonte: Dados da pesquisa

Resultados apresentados percentualmente na parte de cima e em valores absolutos logo abaixo.

A análise das variáveis que compõem o padrão 1, segundo os critérios estabelecidos na metodologia, mostraram que para todas elas alcançou-se o valor estabelecido de 50% ou mais de concordância (“concordo” + “concordo totalmente”) por parte da amostra. Os valores variaram entre 60,87% (variável 9) e 100% (variáveis 1,8, 10 e 11).

Cumprе ressaltar que a variável 9, “ter conhecimento das negociações políticas sobre os cargos da Comissão é importante”, apesar de haver alcançado mais de 50% de concordância, apresentou uma discrepância bem maior que as demais. A principal hipótese levantada é a de que os servidores ocupantes de cargos de natureza especial, em alguns casos, não ficam lotados na Comissão, apesar de o cargo pertencer ao órgão. Assim, é possível que os Secretários que não

concordaram com essa variável não considerem importante ter conhecimento das negociações políticas sobre estes cargos.

Como todas as doze variáveis estabelecidas para o padrão 1 foram percebidas pelos secretários como importantes, o segundo critério estabelecido constatou que o padrão é pertinente na percepção dos Secretários. Dessa forma, verificou-se que a amostra concorda com as variáveis estabelecidas e que elas estão em linha com o primeiro padrão, qual seja, “reconhece a necessidade de informação e determinar a natureza e a extensão da informação necessária”. Ademais, considerando-se a estatística de confiabilidade, conforme recomenda Marôco (2011), observa-se que, para as variáveis 1 a 12 (bloco 1 de questões), o alfa encontrado, conforme visto anteriormente, é de 0,778 (Tabela 10). Esse resultado mostra um alfa considerado aceitável.

Tabela 10 – Estatísticas de confiabilidade do Fator 1.

Alfa de Cronbach	N de itens
,778	12

Fonte: Dados da pesquisa.

Para confirmar a robustez dos itens, a tabela 11, a seguir, apresenta os resultados do Alfa para o fator 1, excluindo os itens um a um.

Tabela 11 – Estatísticas de item-total para o Fator 1.

	Média de escala se o item for excluído	Variância de escala se o item for excluído	Correlação de item total corrigida	Alfa de Cronbach se o item for excluído
VAR00001	47,73	18,47	,375	,767
VAR00002	48,13	18,84	,260	,776
VAR00003	48,13	19,39	,143	,785
VAR00004	47,91	16,71	,613	,743
VAR00005	48,00	15,18	,661	,731
VAR00006	47,82	17,33	,551	,751

	Média de escala se o item for excluído	Variância de escala se o item for excluído	Correlação de item total corrigida	Alfa de Cronbach se o item for excluído
VAR00007	47,95	15,86	,429	,767
VAR00008	47,56	18,98	,287	,774
VAR00009	48,60	15,06	,421	,777
VAR00010	47,43	18,16	,626	,755
VAR00011	47,60	18,06	,502	,759
VAR00012	47,95	17,58	,449	,760

Fonte: Dados da pesquisa

Como mostra a Tabela 11, em que a confiabilidade é testada se o item for excluído, apenas a variável 3 aumenta a confiabilidade em caso de exclusão. Se o item 3 for excluído, o alfa de Cronbach é de 0,785 e, mesmo com a exclusão do item, o fator não mudou de patamar na classificação de aceitabilidade.

Em linhas gerais, isso significa dizer que a exclusão da variável de número 3 do primeiro bloco de questões (fator 1) tornaria os dados ligeiramente mais coerentes internamente. Ou, em outras palavras, que a referida variável é uma variável *outlier*, uma observação que apresenta um afastamento das demais

5.3.2 Encontra informações necessárias de forma eficaz e eficiente

Tabela 12 – Padrão 2.

	DISCORDO TOTALMENTE	DISCORDO	NÃO CONCORDO NEM DISCORDO	CONCORDO	CONCORDO TOTALMENTE	TOTAL	MÉDIA PONDERADA
13. Um bom intercâmbio de informações com as outras Comissões facilita meu trabalho	0,00% 0	0,00% 0	0,00% 0	39,13% 9	60,87% 14	23	4,61

	DISCORDO TOTALMENTE	DISCORDO	NÃO CONCORDO NEM DISCORDO	CONCORDO	CONCORDO TOTALMENTE	TOTAL	MÉDIA PONDERADA
14. Sistemas de informação que atendam às demandas da Comissão (SILEG/EDOC) são ótimas fontes de informação	0,00% 0	0,00% 0	0,00% 0	39,13% 9	60,87% 14	23	4,61
15. Um bom intercâmbio de informações com outros órgãos da Casa (Consultoria Legislativa, SGM, etc) facilita meu trabalho	0,00% 0	0,00% 0	0,00% 0	21,74% 5	78,26% 18	23	4,78
16. A internet é uma fonte de informação relevante	0,00% 0	0,00% 0	0,00% 0	21,74% 5	78,26% 18	23	4,78
17. O CEDI e/ou a biblioteca física da Câmara dos Deputados são fontes de informação relevantes	0,00% 0	8,70% 2	13,04% 3	43,48% 10	34,78% 8	23	4,04
18. A televisão e o jornal são fontes de informação relevantes	4,35% 1	0,00% 0	13,04% 3	52,17% 12	30,43% 7	23	4,04
19. A troca informal de informação com outros secretários de comissões permanentes facilita meu trabalho	0,00% 0	0,00% 0	4,35% 1	39,13% 9	56,52% 13	23	4,52
20. A troca informal de informações com os secretários das comissões temporárias facilita meu trabalho	0,00% 0	0,00% 0	21,74% 5	47,83% 11	30,43% 7	23	4,09
21. O(a) diretor(a) da Coordenação de Comissões Permanentes e o(a) diretor (a) do Departamento de Comissões são fontes	0,00% 0	0,00% 0	4,35% 1	30,43% 7	65,22% 15	23	4,61

	DISCORDO TOTALMENTE	DISCORDO	NÃO CONCORDO NEM DISCORDO	CONCORDO	CONCORDO TOTALMENTE	TOTAL	MÉDIA PONDERADA
importantes de informação							
22. A comunicação informal com terceiros (cidadãos, jornalistas, grupos de apoio, etc.) é grande fonte de informação	0,00% 0	0,00% 0	13,04% 3	52,17% 12	34,78% 8	23	4,22

Fonte: Dados da pesquisa.

Resultados apresentados percentualmente na parte de cima e em valores absolutos logo abaixo.

A análise das variáveis que compõem o padrão 2, Tabela 12, segundo os critérios estabelecidos, mostrou que para todas elas alcançou-se o valor estabelecido de 50% ou mais de concordância (“concordo” + “concordo totalmente”) por parte dos Secretários. Os valores variaram entre 78,26% (variáveis 17 e 20) e 100% (variáveis 13, 14, 15 e 16).

Como todas as dez variáveis estabelecidas para o padrão 2 foram percebidas pelos secretários como importantes, o segundo critério estabelecido constatou que o segundo padrão também é pertinente na percepção dos Secretários. Entende-se, portanto, que os Secretários concordam com as variáveis estabelecidas e que elas estão em linha com o segundo padrão, qual seja, “encontrar informações necessárias de forma eficaz e eficiente”.

Considerando novamente a estatística de confiabilidade, observa-se que, para as variáveis 13 a 22 (segundo bloco ou fator 2), o alfa encontrado é de 0,727. Esse resultado mostra um alfa considerado aceitável (MARÔCO, 2011).

Tabela 13 – Estatísticas de confiabilidade para o Fator 2.

Alfa de Cronbach	N de itens
,727	10

Fonte: Dados da pesquisa

Como percebe-se, com base na Tabela 14, em que a confiabilidade é testada se o item for excluído, apenas as variáveis 17 e 21 aumentam a confiabilidade em caso de exclusão. O alfa de

Cronbach se o item 17 for excluído é de 0,773 e, se o item 21 for excluído, é de 0,739 e, mesmo com a exclusão do item, o fator não mudou de patamar na classificação de aceitabilidade.

Tabela 14 – Estatísticas de item-total para o fator 2.

	Média de escala se o item for excluído	Variância de escala se o item for excluído	Correlação de item total corrigida	Alfa de Cronbach se o item for excluído
VAR00013	39,69	10,22	,577	,684
VAR00014	39,69	11,22	,252	,723
VAR00015	39,52	10,89	,444	,704
VAR00016	39,52	10,89	,444	,704
VAR00017	40,26	10,83	,100	,773
VAR00018	40,26	9,02	,436	,702
VAR00019	39,78	9,90	,551	,681
VAR00020	40,21	8,81	,680	,650
VAR00021	39,69	11,40	,145	,739
VAR00022	40,08	9,53	,561	,676

Fonte: Dados da pesquisa.

5.3.3 Avalia criticamente as informações e o processo de busca de informações

Tabela 15 – Padrão 3.

	DISCORDO TOTALMENTE	DISCORDO	NÃO CONCORDO NEM DISCORDO	CONCORDO	CONCORDO TOTALMENTE	TOTAL	MÉDIA PONDERADA
23. Possui fontes de informação confiáveis,	0,00% 0	0,00% 0	17,39% 4	56,52% 13	26,09% 6	23	4,09

	DISCORDO TOTALMENTE	DISCORDO	NÃO CONCORDO NEM DISCORDO	CONCORDO	CONCORDO TOTALMENTE	TOTAL	MÉDIA PONDERADA
sejam elas internas ou externas							
24. Constantemente enfrento problemas devido a falhas informacionais	8,70% 2	60,87% 14	13,04% 3	17,39% 4	0,00% 0	23	2,39
25. Tenho consciência de que a Comissão é ao mesmo tempo grande consumidora e produtora de informação	0,00% 0	0,00% 0	4,35% 1	43,48% 10	52,17% 12	23	4,48
26. Acredito que a troca de informações com o presidente da Comissão flui de forma positiva	0,00% 0	0,00% 0	13,04% 3	39,13% 9	47,83% 11	23	4,35
27. O ambiente informacional da Comissão é muito complexo	0,00% 0	30,43% 7	34,78% 8	21,74% 5	13,04% 3	23	3,17
28. O fluxo informacional durante as reuniões deliberativas da Comissão é adequado	0,00% 0	8,70% 2	8,70% 2	65,22% 15	17,39% 4	23	3,91
29. Os recursos informacionais que disponho são suficientes para realização das minhas atribuições	0,00% 0	4,35% 1	17,39% 4	52,17% 12	26,09% 6	23	4,00
30. A troca de informações com os servidores da	0,00% 0	0,00% 0	4,35% 1	26,09% 6	69,57% 16	23	4,65

	DISCORDO TOTALMENTE	DISCORDO	NÃO CONCORDO NEM DISCORDO	CONCORDO	CONCORDO TOTALMENTE	TOTAL	MÉDIA PONDERADA
Comissão flui de forma positiva							
31. Ter informação rápida e precisa é fundamental para atender as demandas do Presidente da Comissão	0,00% 0	0,00% 0	0,00% 0	17,39% 4	82,61% 19	23	4,83
32. Ter um bom conhecimento das ferramentas tecnológicas disponíveis é essencial	0,00% 0	0,00% 0	0,00% 0	52,17% 12	47,83% 11	23	4,48

Fonte: Dados da pesquisa.

Resultados apresentados percentualmente na parte de cima e em valores absolutos logo abaixo.

A análise das variáveis que compõem o padrão 3, segundo os critérios estabelecidos, mostrou que duas dentre as dez variáveis não alcançaram 50% de concordância. A variável 24, “constantemente enfrento problemas devido a falhas informacionais” alcançou apenas 17,39% e nenhum dos respondentes optou pela opção “concordo totalmente”. A variável 27, “o ambiente informacional da comissão é muito complexo” alcançou 34,78%, distante, portanto, dos 50% estabelecidos como linha de corte. No geral, os valores das variáveis deste padrão variaram de um mínimo de 17,39% (variável 24) até 100% (variáveis 31 e 32).

Quanto à variável 24, a principal hipótese é a de que, devido ao alto grau de qualificação dos Secretários, eles não se deparam frequentemente com problemas devido a falhas informacionais, se antecipando a possíveis adversidades e construindo soluções. Quanto aos resultados envolvendo a variável 27, acreditamos que os Secretários não percebem o ambiente como muito complexo, já que boa parte das atividades desenvolvidas são tarefas de secretaria, atividades eminentemente administrativas.

Apesar de duas das dez variáveis não alcançarem os critérios previamente estabelecidos, a maioria das variáveis foi percebida pelos secretários como importante. Assim, de acordo com a

segunda regra proposta (50% ou mais das variáveis atingissem 50% das opções “concordo” e “concordo totalmente”), constatou-se que o terceiro padrão também foi pertinente na percepção dos Secretários. Entende-se, portanto, que a amostra de pesquisa concorda com as variáveis estabelecidas e que elas estão em linha com o terceiro padrão, qual seja, “avalia criticamente as informações e o processo de busca de informações”.

A análise de confiabilidade do fator também foi realizada conforme recomenda Marôco (2011), observou-se que, para as variáveis 23 a 30 (fator 3), o alfa encontrado é de 0,728. Esse resultado mostra um alfa considerado aceitável.

Tabela 16 – Estatísticas de confiabilidade para o Fator 3.

Alfa de Cronbach	N de itens
,728	10

Fonte: Dados da pesquisa

Para confirmar a robustez dos itens, a Tabela 17, abaixo, testa novamente o fator excluindo os itens um a um.

Tabela 17 – Estatísticas de item-total para o fator 3.

	Média de escala se o item for excluído	Variância de escala se o item for excluído	Correlação de item total corrigida	Alfa de Cronbach se o item for excluído
VAR00023	36,26	12,74	,371	,708
VAR00024	37,95	13,58	,088	,763
VAR00025	35,86	11,84	,678	,668
VAR00026	36,00	13,18	,245	,728
VAR00027	37,17	10,78	,461	,697
VAR00028	36,43	11,25	,579	,672

VAR00029	36,34	11,05	,617	,664
VAR00030	35,69	12,85	,433	,702
VAR00031	35,52	14,62	,064	,739
VAR00032	35,86	12,93	,481	,698

Fonte: Dados da pesquisa

Como mostra a Tabela 17, onde a confiabilidade é testada se o item for excluído, apenas as variáveis 24 e 31 aumentam a confiabilidade em caso de exclusão. O alfa de Cronbach se o item 24 for excluído é de 0,763 e, se o item 31 for excluído, é de 0,739 e, mesmo com a exclusão de um desses itens, o fator não mudou de patamar na classificação de aceitabilidade.

5.3.4 Gerencia informações coletadas ou gerenciadas

Tabela 18 – Padrão 4.

	DISCORDO TOTALMENTE	DISCORDO	NÃO CONCORDO NEM DISCORDO	CONCORDO	CONCORDO TOTALMENTE	TOTAL	MÉDIA PONDE RADA
33. Posso gerir com qualidade as informações produzidas e geradas na Comissão	0,00% 0	4,35% 1	4,35% 1	69,57% 16	21,74% 5	23	4,0 9
34. Acredito que o fluxo informacional da comissão funciona de forma satisfatória	0,00% 0	4,35% 1	4,35% 1	78,26% 18	13,04% 3	23	4,0 0
35. Em geral conheço bem todas as proposições que são pautadas na Comissão	0,00% 0	0,00% 0	13,04% 3	65,22% 15	21,74% 5	23	4,0 9

	DISCORDO TOTALMENTE	DISCORDO	NÃO CONCORDO NEM DISCORDO	CONCORDO	CONCORDO TOTALMENTE	TOTAL	MÉDIA PONDE RADA
36. Tenho facilidade em gerir as informações que considero importantes para a Comissão, inclusive as sigilosas	0,00% 0	0,00% 0	17,39% 4	52,17% 12	30,43% 7	23	4,1 3
37. Tenho facilidade em gerir as informações políticas presentes no dia a dia da Comissão	0,00% 0	0,00% 0	8,70% 2	56,52% 13	34,78% 8	23	4,2 6
38. Sou hábil na reprodução e/ou transmissão precisa das informações geradas no âmbito da Comissão para terceiros (jornalistas, cidadãos, grupos de apoio)	0,00% 0	4,35% 1	13,04% 3	47,83% 11	34,78% 8	23	4,1 3

Fonte: Dados da pesquisa

Resultados apresentados percentualmente na parte de cima e em valores absolutos logo abaixo.

A análise das variáveis que compõem o padrão 4, segundo os critérios estabelecidos, mostrou que todas as seis variáveis alcançaram o valor estabelecido de 50% ou mais de concordância (“concordo” + “concordo totalmente”) por parte dos Secretários. Os valores variaram entre 82,60% (variáveis 36 e 38) e 91,3% (variáveis 33, 34 e 37). Nenhuma das seis variáveis alcançou 100% na soma das opções “concordo” e “concordo totalmente”.

Além do mais, nenhuma das seis variáveis apresentou maior número de “concordo totalmente” do que de “concordo”, o que pode indicar uma busca por excelência por parte dos Secretários quanto ao gerenciamento de informações. Ou seja, eles acreditam que são hábeis em gerir determinadas informações, mas ainda existe espaço para um aperfeiçoamento.

Como todas as dez variáveis estabelecidas para o padrão 4 foram percebidas pelos secretários como importantes, o segundo critério estabelecido constatou que o padrão 4 também é pertinente na percepção dos Secretários.

Entende-se, portanto, que a amostra concorda com as variáveis estabelecidas e que elas estão em linha com o quarto padrão, qual seja, “gerencia informações coletadas ou gerenciadas”.

Considerando mais uma vez a estatística de confiabilidade, observa-se que, para as variáveis 33 a 38 (quarto bloco ou fator 4), o alfa encontrado é de 0,846. Esse resultado mostra um alfa considerado bom (MARÔCO, 2011).

Tabela 19 – Estatísticas de confiabilidade para o Fator 4.

Alfa de Cronbach	N de itens
,846	6

Fonte: Dados da pesquisa

Como mostra a Tabela 20, em que a confiabilidade é testada se o item for excluído, apenas a variável 35 aumenta a confiabilidade em caso de exclusão. O alfa de Cronbach se o item 35 for excluído é de 0,903 e, com a exclusão do item, o fator mudaria na classificação de aceitabilidade e passaria a ser considerado excelente. Neste caso específico, cumpre ressaltar que a exclusão da questão 35 melhoraria substancialmente a consistência interna do instrumento.

Tabela 20 – Estatísticas de item-total para o Fator 4.

	Média de escala se o item for excluído	Variância de escala se o item for excluído	Correlação de item total corrigida	Alfa de Cronbach se o item for excluído
VAR00033	20,60	5,88	,863	,772

VAR00034	20,69	6,58	,705	,807
VAR00035	20,60	8,43	,099	,903
VAR00036	20,56	6,16	,720	,801
VAR00037	20,43	6,16	,839	,781
VAR00038	20,56	5,98	,623	,826

Fonte: Dados da pesquisa

5.3.5 Aplica informações prévias e novas para construir novos conceitos ou criar entendimentos

Tabela 21 – Padrão 5.

	DISCORDO TOTALMENTE	DISCORDO	NÃO CONCORDO NEM DISCORDO	CONCORDO	CONCORDO TOTALMENTE	TOTAL	MÉDIA PONDERADA
39. Mantenho um caderno de anotações, onde registro fatos, dados e insights que me auxiliam na tomada de decisões	0,00% 0	17,39% 4	13,04% 3	39,13% 9	30,43% 7	23	3,83
40. Meu conhecimento sobre tecnologia de informação é alto o suficiente para buscar praticamente toda informação necessária	0,00% 0	30,43% 7	21,74% 5	34,78% 8	13,04% 3	23	3,30
41. Uso minha capacidade intuitiva para construção de <i>insights</i> e	0,00% 0	4,35% 1	13,04% 3	60,87% 14	21,74% 5	23	4,00

	DISCORDO TOTALMENTE	DISCORDO	NÃO CONCORDO NEM DISCORDO	CONCORDO	CONCORDO TOTALMENTE	TOTAL	MÉDIA PONDERADA
novos entendimentos							
42. Procuo me manter atualizado com conhecimentos e informações que sejam relevantes no âmbito da Comissão	0,00% 0	4,35% 1	0,00% 0	47,83% 11	47,83% 11	23	4,39
43. Um grande desafio é transformar informação disponível em informação útil	4,35% 1	4,35% 1	4,35% 1	60,87% 14	26,09% 6	23	4,00
44. Sou proativo na criação e disseminação de conhecimento	0,00% 0	0,00% 0	4,35% 1	56,52% 13	39,13% 9	23	4,35

Fonte: Dados da pesquisa

Resultados apresentados percentualmente na parte de cima e em valores absolutos logo abaixo.

A análise das variáveis que compõem o padrão 5, segundo os critérios previamente estabelecidos, mostrou que apenas uma das variáveis não alcançou 50% de concordância. A variável 40, “meu conhecimento sobre tecnologia de informação é alto o suficiente para buscar praticamente toda informação necessária”, alcançou 47,82%.

Aqui, cabe destacar que os conceitos de letramento informacional e competência em informação estão diretamente relacionados com o modo de lidar com as tecnologias da informação. Tal achado pode indicar a necessidade de uma maior capacitação para o uso das tecnologias, ampliando as capacidades dos Secretários. Abre-se então uma janela de oportunidades para a instituição disponibilizar uma maior oferta de treinamentos nessa área, que poderia produzir bons resultados não apenas para os Secretários, mas também para outros colaboradores da instituição.

Os valores das variáveis deste padrão variaram de um mínimo de 47,82% (variável 40) até 95,66% (variáveis 42 e 44). Como apenas uma das variáveis não alcançou o critério estabelecido, de acordo com a segunda regra proposta (50% ou mais das variáveis atingissem 50% das opções “concordo” e “concordo totalmente”), constatou-se que o quinto padrão também foi pertinente na percepção dos Secretários.

Entende-se, portanto, que os Secretários executivos concordam com as variáveis estabelecidas para o quinto padrão, qual seja, “aplica informações prévias e novas para construir novos conceitos ou criar entendimento”.

Considerando a estatística de confiabilidade, conforme recomenda Marôco (2011), observa-se que, para as variáveis 39 a 44, o alfa encontrado é de 0,374. Esse resultado mostra um alfa considerado inaceitável. Assim, os resultados para o este fator (quinto bloco de questões) mostraram-se substancialmente inferiores aos demais, sugerindo um possível agrupamento de itens de dimensões diferentes, sem unicidade. Outrossim, é possível que a baixa confiabilidade encontrada seja decorrente da falta não só de um conceito comum de gestão do conhecimento, mas também de práticas e ferramentas de gestão por parte dos Secretários. Este achado é importante, especialmente para estudos futuros, pois indica uma necessidade de revisão das variáveis que compõem este fator.

Tabela 22 – Estatísticas de confiabilidade para o Fator 5.

Alfa de Cronbach	N de itens
,374	6

Fonte: Dados da pesquisa.

Para confirmar a robustez dos itens, a Tabela 23, a seguir, testa novamente o fator excluindo os itens um a um.

Tabela 23 – Estatísticas de item-total para o fator 5.

	Média de escala se o item for excluído	Variância de escala se o item for excluído	Correlação de item total corrigida	Alfa de Cronbach se o item for excluído
--	--	--	------------------------------------	---

VAR00039	20,04	4,86	,138	,367
VAR00040	20,56	4,07	,340	,190
VAR00041	19,86	5,11	,299	,264
VAR00042	19,47	4,98	,358	,232
VAR00043	19,86	6,66	-,185	,560
VAR00044	19,52	5,53	,298	,288

Fonte: Dados da pesquisa

Como mostra a Tabela 23, em que a confiabilidade é testada se o item for excluído, apenas a variável 43 aumenta a confiabilidade em caso de exclusão. O alfa de Cronbach se o item 43 for excluído é de 0,560 e, com a exclusão do item, o fator mudou de classificação de inaceitável para pobre. Nesse sentido, como a confiabilidade aumenta consideravelmente com a exclusão do item 43, sua eliminação deveria ser fortemente considerada em uma possível nova aplicação do questionário.

5.3.6 Usa informações com compreensão e reconhece questões culturais, éticas, econômicas, jurídicas e sociais que cercam o uso da informação

Tabela 24 – Padrão 6.

	DISCORDO TOTALMENTE	DISCORDO	NÃO CONCORDO NEM DISCORDO	CONCORDO	CONCORDO TOTALMENTE	TOTAL	MÉDIA PONDERA DA
45. Tenho capacidade de fornecer informação com qualidade e tempestividade	0,00% 0	0,00% 0	8,70% 2	65,22% 15	26,09% 6	23	4,17
46. Adoto uma postura crítica na construção do conhecimento	0,00% 0	0,00% 0	8,70% 2	69,57% 16	21,74% 5	23	4,13

	DISCORDO TOTALMENTE	DISCORDO	NÃO CONCORDO NEM DISCORDO	CONCORDO	CONCORDO TOTALMENTE	TOTAL	MÉDIA PONDERA DA
47. Tenho capacidade de me expressar de forma clara e objetiva	0,00% 0	4,35% 1	0,00% 0	56,52% 13	39,13% 9	23	4,30
48. Tenho habilidade para ouvir, processar e compreender o contexto das informações que recebo	0,00% 0	0,00% 0	0,00% 0	56,52% 13	43,48% 10	23	4,43
49. Argumento com coerência usando feedbacks de forma adequada	0,00% 0	0,00% 0	4,35% 1	65,22% 15	30,43% 7	23	4,26
50. Tenho ciência dos limites éticos e legais sobre a disseminação das informações produzidas no âmbito da Comissão	0,00% 0	0,00% 0	0,00% 0	34,78% 8	65,22% 15	23	4,65

Fonte: Dados da pesquisa

Resultados apresentados percentualmente na parte de cima e em valores absolutos logo abaixo.

A análise das variáveis que compõem o padrão 2, segundo os critérios estabelecidos, mostrou que para todas elas alcançou-se o valor estabelecido de 50% ou mais de concordância (“concordo” + “concordo totalmente”) por parte dos Secretários. Os valores variaram entre 91,30% (variáveis 45 e 46) e 100% (variáveis 48 e 50).

Como todas as seis variáveis estabelecidas para o padrão 6 foram percebidas pelos secretários como importantes, o segundo critério estabelecido constatou que esse padrão também é pertinente na percepção dos Secretários. Os Secretários concordam, portanto, com as variáveis estabelecidas e que elas estão em linha com o último padrão, qual seja, “usa informações com

compreensão e reconhece questões culturais, éticas, econômicas, jurídicas e sociais que cercam o uso da informação”. Esse padrão reflete que os Secretários têm uma boa percepção sobre o domínio que eles possuem do contexto informacional, reconhecendo questões importantes no uso da informação e utilizando as informações com compreensão.

Novamente, considerando a estatística de confiabilidade, conforme recomenda Marôco (2011), observa-se que, para as variáveis 45 a 50 (sexto bloco ou fator 6), o alfa encontrado é de 0,808. Esse resultado mostra um alfa considerado bom.

Tabela 25 – Estatísticas de confiabilidade para o Fator 6.

Alfa de Cronbach	N de itens
,808	6

Fonte: Dados da pesquisa.

Para confirmar a robustez dos itens, a Tabela 26, a seguir, testa novamente o fator excluindo os itens um a um.

Tabela 26 – Estatísticas de item-total para o Fator 6.

	Média de escala se o item for excluído	Variância de escala se o item for excluído	Correlação de item total corrigida	Alfa de Cronbach se o item for excluído
VAR00045	21,78	4,45	,444	,806
VAR00046	21,82	4,60	,407	,812
VAR00047	21,65	3,51	,705	,745
VAR00048	21,52	4,17	,693	,754
VAR00049	21,69	4,13	,654	,760
VAR00050	21,30	4,49	,547	,784

Fonte: Dados da pesquisa

Como mostra a Tabela 26, em que a confiabilidade é testada se o item for excluído, apenas a variável 46 aumenta a confiabilidade em caso de exclusão. O alfa de Cronbach se o item 35 for excluído é de 0,812 e, mesmo com a exclusão do item, o fator não mudou de patamar na classificação de aceitabilidade.

5.4 ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DAS VARIÁVEIS DEMOGRÁFICAS NOS FATORES

Com a finalidade de verificar a existência de influência das variáveis demográficas nos fatores utilizados, foram seguidas as recomendações de Hair *et. al.* (2009) e realizou-se uma análise de covariância múltipla (MANCOVA).

Cumprе ressaltar que, na Tabela 27, a variável “intercepto” diz respeito ao valor calculado para cada um dos fatores sem influência das demais variáveis, em outras palavras, seria a variável pura. As demais siglas constantes da tabela, “RecInf”, “EncontrInf”, “AvaliaCritic”, “GerenciaINFO”, “APLICinfor” e “UsaInfocCOMPREEN” dizem respeito aos fatores de 1 a 6, respectivamente.

Tabela 27 – Testes multivariados^a

	Efeito	Sig.	Eta parcial quadrado	Noncent. Parâmetro	Poder observado ^c
Intercepto	Rastreio de Pillai	,068	,720	23,087	,649
	Lambda de Wilks	,068	,720	23,087	,649
	Rastreio de Hotelling	,068	,720	23,087	,649
	Maior raiz de Roy	,068	,720	23,087	,649
RecInf	Rastreio de Pillai	,923	,237	2,799	,106
	Lambda de Wilks	,923	,237	2,799	,106

	Efeito	Sig.	Eta parcial quadrado	Noncent. Parâmetro	Poder observado^c
EncontrINF	Rastreio de Hotelling	,923	,237	2,799	,106
	Maior raiz de Roy	,923	,237	2,799	,106
	Rastreio de Pillai	,731	,362	5,108	,163
	Lambda de Wilks	,731	,362	5,108	,163
	Rastreio de Hotelling	,731	,362	5,108	,163
AvaliaCrite	Maior raiz de Roy	,731	,362	5,108	,163
	Rastreio de Pillai	,591	,428	6,736	,207
	Lambda de Wilks	,591	,428	6,736	,207
	Rastreio de Hotelling	,591	,428	6,736	,207
	Maior raiz de Roy	,591	,428	6,736	,207
GerenciaINFO	Rastreio de Pillai	,286	,567	11,804	,352
	Lambda de Wilks	,286	,567	11,804	,352
	Rastreio de Hotelling	,286	,567	11,804	,352
	Maior raiz de Roy	,286	,567	11,804	,352
	Rastreio de Pillai	,258	,582	12,543	,374
APLICinfor	Lambda de Wilks	,258	,582	12,543	,374
	Rastreio de Hotelling	,258	,582	12,543	,374
	Maior raiz de Roy	,258	,582	12,543	,374
	Rastreio de Pillai	,657	,398	5,946	,185
	Lambda de Wilks	,657	,398	5,946	,185
UsaInfocCOMPREEN					

Efeito	Sig.	Eta parcial quadrado	Noncent. Parâmetro	Poder observado ^c
Rastreio de Hotelling	,657	,398	5,946	,185
Maior raiz de Roy	,657	,398	5,946	,185

Fonte: Dados da pesquisa

a. Design: Intercepto + RecInf + EncontrINF + AvaliaCritc + GerenciaINFO + APLICinfor + UsaInfocCOMPREEN

b. Estatística exata

c. Calculado usando alfa = ,05

A Tabela 27 mostra a análise de covariância múltipla (MANCOVA). Em nenhum dos casos testados foi encontrado um sig <0,05 e nenhum poder observado >0,9, demonstrando então que nenhuma variável demográfica testada apresentou significância em relação aos fatores testados.

Em resumo, a MANCOVA testou se qualquer das variáveis demográficas (características do grupo) influenciou em algum dos seis padrões, constatando-se que eles não influenciaram nenhum dos fatores estudados. Ressalta-se que, para se constatar influência, seria necessário um sig. abaixo de 0,05 e um poder observado acima de 0,90, resultados que não foram demonstrados em nenhuma delas.

6 DISCUSSÃO DOS OBJETIVOS

6.1 OBJETIVO GERAL

Não foi escopo deste estudo afirmar se os Secretários executivos são ou não competentes em informação. Primeiramente, porque as limitações da pesquisa elencadas anteriormente impediriam o alcance de tal objetivo. Em segundo lugar, porque não se acredita que seja possível realizar uma análise objetiva para se chegar a um resultado tão conclusivo sobre tais competências de profissionais extremamente qualificados como os aqui estudados apenas por meio da análise da auto-percepção da amostra. Posto isto, buscou-se avaliar, por meio de um questionário, a percepção dos secretários executivos quanto às suas competências informacionais, usando como parâmetro as diretrizes australianas e neozelandesas. Diretrizes essas apoiadas nos seis padrões descritos anteriormente.

Dentre todas as variáveis (50) elencadas nos padrões de 1 a 6, apenas 3 não alcançaram o critério estabelecido (50% ou mais de respostas “concordo” e “concordo totalmente”). Ainda assim, de acordo com o segundo critério estabelecido (50% das variáveis de cada padrão), nenhum dos padrões deixou de alcançar o patamar necessário, o que nos indica que os Secretários executivos têm consciência da estrutura do mundo informacional que os rodeia, conhecem as estruturas de comunicação, têm fontes de informação semelhantes e demonstram certo padrão no trato com a informação.

Os resultados apresentaram ainda 12 variáveis (1, 8, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 31, 32, 48 e 50) com 100% de concordância (“concordo” + “concordo totalmente”). Os Secretários foram unânimes em considerar que os seguintes pontos são fundamentais no trato com a informação: ter conhecimento técnico dos normativos da Câmara, ter informações sobre pedidos de pauta, ter conhecimento sobre proposições em pauta, ter conhecimento de notícias sobre a comunicação na mídia, realizar intercâmbio de informações com outras comissões, utilizar sistemas como fontes de informação, realizar intercâmbio com outros órgãos da instituição, utilizar a internet como fonte de informação relevante, ter informação rápida para atender as demandas do Presidente da Comissão, ter conhecimento das ferramentas tecnológicas disponíveis, possuir habilidade para ouvir e processar o contexto das informações e ter ciência dos limites éticos e legais sobre a disseminação das informações.

Importante mencionar, mais uma vez, que a confiabilidade do instrumento foi medida por meio de testes, que apontaram que apenas o fator 5 (“Aplica informações prévias e novas para construir novos conceitos ou criar entendimentos”) não apresentou um alfa de Cronbach aceitável e, portanto, não demonstrou um nível de confiabilidade bom para a pesquisa, sugerindo a necessidade de ajustes.

De toda forma, concluímos, com base nos resultados obtidos quanto às variáveis propostas, que os Secretários Executivos podem ter a percepção de que são competentes em informação, pois indicam: ter noção das necessidades informacionais, buscar informação de forma satisfatória, ter consciência da importância das fontes de informação, avaliar e usar a informação na solução de problemas e apresentar postura crítica sobre as atividades informacionais.

6.2 OBJETIVO ESPECÍFICO 1

O primeiro objetivo específico era explorar a percepção dos secretários quanto às necessidades informacionais no ambiente das Comissões Permanentes. Nesse sentido, as questões constantes dos blocos I (Reconhece a necessidade de informação e determina a natureza e extensão da informação) e II (Encontra informações necessárias de forma eficaz e eficiente), variáveis 1 a 22, estavam diretamente relacionadas a este objetivo.

O primeiro padrão, “reconhecer a necessidade de informação e determinar a natureza e a extensão da informação necessária”, abarcou doze variáveis importantes sobre a percepção dos secretários quanto ao reconhecimento de alguns pontos como relevantes ou não nas questões informacionais. Já o segundo padrão, “encontrar informações necessárias de forma eficaz e eficiente”, continha variáveis diretamente relacionadas à percepção sobre as fontes e o intercâmbio de informações, pontos importantes quando se trata de necessidades informacionais.

Todas as vinte e duas variáveis descritas nos padrões 1 e 2 alcançaram o critério estabelecido (50% ou mais de respostas “concordo” e “concordo totalmente”), o que nos permite concluir que embora vivenciadas em ambientes diferentes, como no caso das comissões permanentes, a percepção dos Secretários executivos se apresentaram de forma similar, o que indica a existência de um certo padrão.

Ademais, 8 das 22 variáveis atingiram 100% de concordância na percepção da amostra (“concordo” + “concordo totalmente”). Os Secretários foram unânimes quanto à importância de: ter conhecimento técnico dos normativos da Câmara, ter informações sobre pedidos de pauta, ter conhecimento sobre proposições em pauta, ter conhecimento de notícias sobre a comunicação na mídia, intercâmbio de informações com outras comissões, sistemas como fontes de informação, intercâmbio com outros órgãos da instituição e internet como fonte de informação relevante.

Assim, se, como visto anteriormente, os pesquisadores em formação, aqueles que ainda não são considerados competentes em informação, ao se depararem com a necessidade de informação, valem-se dos canais e fontes, sem considerar previamente o tipo de informação necessária ou as estratégias mais apropriadas para encontrá-la, esse definitivamente não parece ser o caso dos secretários executivos foco deste estudo.

Se, por um lado, o instrumento não permite afirmar com certeza qual a percepção dos Secretários sobre as necessidades de informação, por outro possibilita notar uma convergência na concordância das variáveis propostas (1 a 22), indicando a existência de uma consciência sobre as necessidades de informação e sobre as fontes de informação no âmbito das comissões permanentes da Câmara dos Deputados.

6.3 OBJETIVO ESPECÍFICO 2

Quanto à aplicabilidade das diretrizes australianas e neozelandesas (BUNDY, 2004), para mensurar as competências em informação no contexto do Poder Legislativo, notou-se um obstáculo quanto a esta diretriz, bem como das outras mencionadas ao longo da pesquisa, já que todas são voltadas para o ambiente educacional e que as experiências educacionais de competência em informação têm se mostrado como única opção do conhecimento sobre o que é a *information literacy*. Outras vozes ou experiências, como aquelas no ambiente de trabalho ou na comunidade, acabam sendo silenciadas (LLOYD, 2005).

O propósito das competências em informação no local de trabalho é conectar as fontes de informação e aprender a navegar pelos caminhos. A maneira como se pensa o letramento informacional depende dos contextos nos quais se interage, da maneira como a informação está localizada nesses contextos e dos métodos que usamos para explorar o fenômeno. Assim como há

muitas faces do letramento informacional, há também muitas formas de compreender, experimentar e conceituar o fenômeno (LLOYD, 2005).

Isso reforça a ideia defendida por Bruce (1999) de que estudar a competência em informação no local de trabalho merece cuidados. A realidade de um ambiente laboral é totalmente distinta da encontrada em escolas, universidades e bibliotecas, a inconstância é um dos principais fatores a se considerar ao tentar transpor, para colaboradores, modelos de competência em informação desenvolvidos para alunos de ensino formal, sejam eles de ensino básico, técnico ou superior, como os desenvolvidos pela ALA (2000), Sconul (1999) ou Bundy (2004).

Não se pode negar que os padrões são importantes nas compreensões sobre a *information literacy*, mas eles não nos parecem definitivamente essenciais, dado que a contextualização de ações é o fato primordial para o sucesso da implementação de programas voltados à competência em informação. Neste sentido, conhecer o público alvo, suas necessidades e motivações deve ser prioritário. A informação não é vista como descoberta, mas como um fenômeno construído, que só é útil quando permite que uma pessoa conheça o contexto e suas práticas de maneira significativa (LLOYD, 2005).

A análise dos resultados nos permitiu observar um alto grau de concordância dos Secretários Executivos quanto aos padrões utilizados, o que permite admitir a hipótese de que os padrões utilizados subestimam a capacidade do público alvo. Esses resultados podem ter sido alcançados devido a diversos fatores, mas não se pode privar de mencionar questões relacionadas ao ambiente (contexto) restrito e especializado a que estão inseridos, a alta posição hierárquica e ao alto nível de discernimento e conhecimento da amostra em questão.

Outrossim, não podemos nos furtar de ponderar que as competências em informação utilizadas como base na pesquisa: reconhecer a necessidade de informação e determinar a natureza e extensão da informação; encontrar informações necessárias de forma eficaz e eficiente; avaliar criticamente as informações e o processo de busca de informações; gerenciar informações coletadas ou geradas; aplicar informações anteriores e novas para construir conceitos ou criar entendimentos e usar informação com compreensão reconhecendo questões culturais, éticas, econômicas e legais que envolvem o uso de informações, são habilidades que, no geral, estão sendo ampliadas durante a fase estudantil, mas que, espera-se, já estejam bem desenvolvidas em servidores do Poder Legislativo.

Dessa forma, apesar da utilização dos padrões de competência em informação australianos e neozelandeses como base ao longo deste estudo, consideramos que eles não apresentam uma aplicabilidade ideal para o estudo do público em tela, especialmente porque a amostra da pesquisa é composta por servidores públicos altamente qualificados, enquanto os referidos padrões foram desenvolvidos para estudantes.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou identificar e analisar, no âmbito do Poder Legislativo, aspectos relevantes relacionados à informação, partindo-se da premissa de que o perfil da atividade de secretário executivo de comissão técnica permanente está ligado ao ciclo da informação. Como a dinâmica da informação é essencial na formação de opinião, e esta é a base do processo de decisão política, fundamental nas instituições legislativas, a análise da percepção de um relevante sujeito do processo legislativo permite produzir contribuições significativas para toda a instituição.

Assim, vislumbrou-se a possibilidade de iniciar a compreensão do ciclo informacional a que está exposto um secretário executivo e, conseqüentemente, explorar o entendimento da atividade do ponto de vista da informação. Ao analisar a percepção dos referidos secretários quanto aos pilares foco deste estudo, necessidades e competências, esperou-se, ainda, a construção de um conhecimento válido que gere benefícios e possibilidades de capacitação para o Departamento de Comissões e para os servidores que ocupam ou possam vir a ocupar o cargo de secretário executivo.

Marginalmente aos objetivos inicialmente propostos, os resultados ainda demonstraram que nenhuma das oito variáveis (idade, sexo, tempo de serviço na Câmara, escolaridade, tempo de serviço no DECOM, tempo no cargo atual, experiência prévia como secretário de comissão permanente além da atual e experiência prévia como secretário de comissão temporária) utilizadas para caracterizar a amostra influenciaram qualquer um dos seis padrões estabelecidos. Esses resultados (obtidos por meio da MANCOVA) permitem pressupor a existência de um padrão de relação com as competências em informação e com as necessidades informacionais por parte dos secretários executivos independentemente de idade, sexo, escolaridade e experiências prévias.

Ressalta-se que este trabalho não teve a pretensão de apresentar análises conclusivas sobre a questão. Como um estudo exploratório-descritivo, objetivou, a partir de uma cuidadosa pesquisa, coleta e análise, expor dados iniciais sobre alguns aspectos informacionais do Poder Legislativo e contribuir com outras pesquisas que possam aprofundar o tema.

Por fim, espera-se, a partir deste estudo, estimular outras pesquisas que possam ampliar e aprofundar as discussões sobre os aspectos informacionais no âmbito do Poder Legislativo, preenchendo as lacunas e um enorme campo de pesquisa a ser explorado, especialmente no tocante aos atores públicos não eleitos.

Assim, a partir da verificação de confiabilidade dos resultados obtidos, é possível excluir ou modificar aquelas variáveis que notadamente não estavam em consonância com as demais e, dessa forma, dar maior relevância e robustez a futuras pesquisas sobre as competências em informação de servidores do Poder Legislativo.

Um campo tão amplo e ainda pouco explorado como este abre uma gama de possibilidades para estudos futuros. Dentre as possibilidades, destacam-se pesquisas com servidores de outras casas legislativas (Senado Federal, assembleias legislativas e câmaras municipais) e ocupantes de outros cargos de relevada importância em suas estruturas. Sugere-se ainda a utilização da técnica dos incidentes críticos (TIC), que chegou a ser aventada nesta pesquisa, em pesquisas futuras. Isso porque, utilizando-se a TIC as evidências partiriam da perspectiva do respondente e seriam coletadas nas suas próprias palavras, sem preconceito ou determinação prévia sobre o que poderia ou não ser considerado essencial para o respondente.

Os resultados desses estudos permitiriam análises comparativas das percepções desses servidores quanto às competências e necessidades informacionais, da utilização dos padrões estabelecidos na literatura em outros ambientes, bem como da influência das variáveis demográficas nos resultados obtidos. Além do mais, com o advento de outros estudos, seria possível se trabalhar na construção de um padrão de competências informacionais elaborado especificamente para o ambiente laboral de agentes envolvidos com o processo seletivo, evitando-se assim a utilização de padrões desenvolvidos para o ambiente educacional.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, N. C. A Contribuição teórica de Kelley Cristine Gonçalves Dias Gasque para o discurso da competência informacional no Brasil. **Ci. Inf. Rev.**, Maceió, v. 4, n. 1, p. 17-27, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/2860>. Acesso em: 2 jun. 2018.
- ARDUINI, S. S. A. **Competência em informação no local de trabalho: mapeando caminhos por meio da literatura**. 2013. 138f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-07032014145616/publico/SILVANADASILVAANTONIOARDUINI.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.
- AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Information literacy competency for higher education**. Chicago: ALA, 2000. Disponível em: <https://alair.ala.org/handle/11213/7668>. Acesso em: 13 maio 2018.
- AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Presidential committee on information literacy: final report**. Washington: ALA, 1989. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/presidential>. Acesso em: 13 maio 2018.
- ASSOCIATION OF COLLEGE & RESEARCH LIBRARIES. **Political Science Research Competency Guidelines**. Law & Political Science Section: ACRL, 2008. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/sites/ala.org.acrl/files/content/standards/PoliSciGuide.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2018.
- BARRETO, A. A. Mudança estrutural no fluxo do conhecimento: a comunicação eletrônica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 122-127, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v27n2/barreto.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2018.
- BATISTA, C. **ICTs and good governance: the contribution of information and communication technologies to local governance in Latin America**. Brasília: UNB/Unesco, jan. 2003. Disponível em: <https://www.eldis.org/document/A60554>. Acesso em: 10 maio 2018.
- BEAL, A. **Gestão estratégica da informação: como transformar a informação e a tecnologia da informação em fatores de crescimento e de alto desempenho nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2004.
- BERTUCCI, M. G. A. E. L. S. A pequena e média empresa e a gestão da informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 13, n. 2, p. 65-87, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/91>. Acesso em: 29 abr. 2018.
- BLAND, J. M.; ALTMAN, D. G. Statistics notes: Cronbach's alpha. **British Medical Journal**, v.314, n.7080, p. 572, 1997. Disponível em: <https://www.bmj.com/content/314/7080/572>. Acesso em: 17 abr. 2019.


BORGES, M. E. N. A informação como recurso gerencial das organizações na sociedade do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n.2, p. 28-43, 1995. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/584>. Acesso em: 29 maio 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Ato da Mesa nº 45, de 17 de outubro de 1996**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1996. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/int/atomes/1996/atodamesa-45-17-outubro-1996-320942-publicacaooriginal-1-cd-mesa.html>. Acesso em: 20 ago. 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Ato da Mesa nº 126, de 19 de dezembro de 2013**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/int/atomes/2013/atodamesa-126-19-dezembro-2013-777757-norma-cd-mesa.html>. Acesso em: 28 ago. 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **DW Recursos Humanos**, Sistema Sigesp. 2018a. Disponível em: [file:///D:/Meus%20Documentos/Downloads/Quadro_Funcional_-_Decom_\(Resumido_e_Detalhado\).pdf](file:///D:/Meus%20Documentos/Downloads/Quadro_Funcional_-_Decom_(Resumido_e_Detalhado).pdf). (Acesso restrito). Acesso em: 04 set. 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Relatórios Gerenciais do Departamento de Comissões**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2018b. Disponível em: <https://camaranet.camara.leg.br/web/decom/relatorios-gerenciais>. Acesso em: 04 set. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado  5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas constitucionais nºs 1/1992 a 96/2017, pelo Decreto legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas constitucionais de revisão nºs 1 a 6/1994. 52. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017. (Série textos básicos; n. 139). Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/15261/constituicao_federal_52ed.pdf?sequence=149. Acesso em: 1 maio 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 2 set. 2018.

BRASIL. **Regimento Interno da Câmara dos Deputados**. Brasília: Edições Câmara, 2017a.

BRUCE, C. S. Workplace experience of information literacy. **International journal of Information management**, v. 19, n. 1, p. 33-48, 1999. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0268401298000450>. Acesso em: 20 fev. 2019.



BRUSCO, D. E. **Histórico das Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados 1823-2004**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2006. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/6724>. Acesso em: 20 julho. 2018.

BUNDY, A. **Australian and New Zealand Information Literacy Framework: principles, standards and practice**. Adelaide: ANZIIL, 2004.

CALAZANS, A. T. S. Conceitos e uso da informação organizacional e informação estratégica. **Transinformação**, Campinas, v. 18, n. 1, p. 63-70, jan./abr. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-37862006000100006&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 15 jun. 2018.

CALVA GONZÁLEZ, J.J. **Las necesidades de información: fundamentos teóricos y métodos**. México: UNAM, 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/31757931_Las_necesidades_de_la_informacion_fundamentos_teoricos_y_metodos_JJ_Calva_Gonzalez. Acesso em: 22 jan. 2019.

CAMPELLO, B. Competência informacional e formação do bibliotecário. **Perspect. Ciênc. Inf.**, Belo Horizonte, v.10, n.2, p. 178-193, jul./dez. 2005. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/10/pdf_15c8a166f7_0012102.pdf. Acesso em: 29 jan. 2019.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CASTELLS, M.; CARDOSO, G. **A sociedade em rede: do conhecimento à ação política**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2005. Disponível em: <https://egov.ufsc.br/portal/conteudo/sociedade-em-rede-do-conhecimento-%C3%A0-ac%C3%A7%C3%A3o-pol%C3%ADtica>. Acesso em: 10 abr. 2018.

CHOO, C. W. **A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significados, construir conhecimento e tomar decisões**. Trad. Eliana Rocha. 2. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006. 425 p.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em Administração**. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

CRONBACH, L. J. Coefficient alpha and the internal structure of tests. **Psychometrika**, v.16, p. 297-334, 1951. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/BF02310555>. Acesso em: 16 out. 2019.

DAVENPORT, T. H.; ECCLES, R. G.; PRUSAK, L. Information Politics. **Sloan Management Review**, Knoxville, v.34, n.1, p.53-65, 1992. Disponível em: <https://go.gale.com/ps/anonymous?id=GALE%7CA13884328&sid=googleScholar&v=2.1&it=r&linkaccess=abs&issn=0019848X&p=AONE&sw=w>. Acesso em: 14 out. 2019.

DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L. Blow up the corporate library. In: **Auster e Choo. Managing Information for the competitive edge**. New York: Neal-Schuman, 1996. p. 347-360.



DERR, R. L. A conceptual analysis of information need. **Information Processing and Management**, v. 19, n. 5, p. 273-278, 1983. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0306457383900018>. Acesso em: 11 set. 2018.

DINIZ, S. **As propostas de legislação trabalhista e sindical e o processo legislativo no pós-constituente: 1989/1993**. 95f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1998. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279507>. Acesso em: 5 fev. 2019.

DOYLE, C.S. **Information literacy in an information society: a concept for the information age**. Syracuse: ERIC, 1994. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=ED372763>. Acesso em: 18 set. 2018.

DUDZIAK, E. A. Competência informacional: análise evolucionária das tendências da pesquisa e produtividade científica em âmbito mundial. **Inf. Inf.** Londrina, v.15, n.2, p. 1-22, jul./dez. 2010. Disponível: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/7045>. Acesso em: 9 ago. 2019.

DUDZIAK, E. A. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p 23-35, jan./abr. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652003000100003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 13 maio 2018.

DUDZIAK, E. A. Os faróis da sociedade de informação: uma análise crítica sobre a situação da competência em informação no Brasil. **Informação & Sociedade-estudos**, João Pessoa, v.18, n.2, p.41-53, 2008. Disponível em: https://bdpi.usp.br/bitstream/handle/BDPI/16882/art_DUDZIAK_BEACONS_OF_INFORMATION_SOCIETY_a_critical_analysis_2008.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 13 maio. 2019.

DUTRA, Y. “Lobbies” e grupos de pressão como agentes de informação para o Poder Legislativo. **Revista da Informação Legislativa**, Brasília, v. 27, n. 107, p. 245-248, jul./set.1990. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/175803>. Acesso em: 27 mai. 2018.

ENSSLIN, L.; VIANNA, W. B. O Design na pesquisa quali-quantitativa em Engenharia de Produção – Questões Epistemológicas. **Revista Científica Eletrônica de Engenharia de Produção**, Balneário Camboriú, v. 8, n. 1, mar. 2008. Disponível em: <https://producaoonline.org.br/rpo/article/viewFile/28/25>. Acesso em 28 maio 2018.

FERREIRA, S. M. S. P. Novos Paradigmas e novos usuários de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 2, 1995. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/03/pdf_46d3b1aad8_0008802.pdf. Acesso em: 01 maio 2018.

FIGUEIREDO, N. M. Aspectos especiais de estudos de usuários. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 12, n.2, p. 43-57, jul-dez. 1983. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/184>. Acesso em: 19 ago 2018.

FIGUEIREDO, N. M. **Avaliação de coleções e estudo de usuários**. Brasília: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1979. 96 p. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/341065402/Avaliacao-de-Colecoes-e-Estudo-de-Usuarios-Nice-Figueiredo>. Acesso em: 25 jun 2018.

FLORIANI, V. M. **Análise do fluxo informacional como subsídio ao processo de tomada de decisões em um órgão municipal de turismo**. 2007. 200 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

FOSTER, S. Information literacy: some misgivings. **American Libraries**, v. 24, n. 4, p. 344-346, 1993.

GASQUE, K. C. G. D. Arcabouço conceitual do letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 39, n. 3, p.83-92, set./dez. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652010000300007&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 19 maio. 2018.



_____. Competência em Informação: conceitos, características e desafios. **Novas Práticas em Informação e Conhecimento**, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 5-9, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/atoz/article/viewFile/41315/25246>. Acesso em: 14 set. 2018.

_____. **Letramento Informacional**: pesquisa, reflexão e aprendizagem. Brasília: Faculdade de Ciência da Informação / Universidade de Brasília, 2012. 175 p. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13025/1/LIVRO_Letramento_Informacional.pdf. Acesso em: 24 nov. 2018.

GASQUE, K. C. G. D.; TESCAROLO, R. Desafios para implementar o letramento informacional na educação básica. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 41-56, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v26n1/03.pdf>. Acesso em: 11 set. 2018.

GEORGE, D.; MALLERY, P. **SPSS for Windows step by step**: A simple guide and reference. 11.0 update. 4. ed. Boston: Allyn & Bacon, 2003.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisas**. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: http://www.urca.br/itec/images/pdfs/modulo%20v%20%20como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 2 set. 2018.

GREEF, A. C.; FREITAS, M. C. D. Fluxo enxuto de informação: um novo conceito. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.17, n.1, p.37-55, jan./mar. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v17n1/a03v17n1.pdf>. Acesso em: 8 out. 2018.

GUMIEIRO, K. A. **Um estudo sobre as necessidades e o comportamento informacional dos Consultores Legislativos da Câmara dos Deputados**. 2013. 86 p. Monografia (Especialização em Arquitetura e Organização da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasília, 2013. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/14301>. Acesso em: 10 dez. 2018.

HAIR, J. F. *et al.* **Análise multivariada de dados**. Tradução Adonai Schlup Sant'Anna. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HORA, H. R. M.; MONTEIRO, G. T. R.; ARICA, J. Confiabilidade em Questionários para Qualidade: Um estudo com o Coeficiente Alfa de Cronbach. **Produto & Produção**, Porto Alegre, v.11, n.2, p.85-103, 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ProdutoProducao/article/view/9321/8252>. Acesso em: 11 jul. 2019.

KAYE, D. Sources of information, formal and informal. **Management Decision**, v. 33, n. 5, p.13–15, 1995. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/EUM0000000003898/full/html>. Acesso em: 24 jan. 2019.

KUNSCH, M. M. K. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. 5. ed., rev. atual. e ampl. São Paulo: Summus, 2003.

LEONE, T. J. F. **Disseminação da informação no Poder Legislativo: Câmara Municipal de Salvador**. 2006. 173p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

LINS, G. S; LEITE, F. C. L. Comportamento informacional como aporte teórico para consolidação conceitual de competência informacional no contexto da comunicação científica. *In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS - SNBU*, 15. 2008, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: CRUESP, 2008. p. 1-14. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/12146/1/EVENTO_ComportamentoInformacionalAporteTeorico.pdf. Acesso em: 22 nov. 2018.

LLOYD, Annemaree. Information literacy: Different contexts, different concepts, different truths? **Journal of librarianship and information science**, v. 37, n. 2, pp. 82-88. 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/249750438_Information_literacy_Different_contexts_differerent_concepts_different_truths. Acesso em: 27 fev. 2019.

MARÔCO, J. **Análise estatística com o PASW Statistics (ex-SPSS)**. 5.ed. Pêro Pinheiro: ReportNumber, 2011.

MATTOS, M. C. **As informações que dão suporte ao processo decisório e a influência dos grupos que a processam**. 1998. 141 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Biblioteconomia. Disponível em: http://max.pro.br/_arquivos/dissertacao.pdf. Acesso em: 25 abr. 2019.

MCCRANK, L. J. Information literacy: a bogus bandwagon? **Library Journal**, v. 116, n. 8, p. 38-42, May.1991.

MCGARRY, K. **O contexto dinâmico da informação**. Brasília, Briquet de Lemos, 1999.

MCGEE, J. V.; PRUSAK, L. **Gerenciamento estratégico da informação**: aumente a competitividade e a eficiência de sua empresa utilizando a informação como uma ferramenta estratégica. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

MELO, A. V. C.; ARAÚJO, E. A. Competência informacional e gestão do conhecimento: uma relação necessária no contexto da sociedade da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 185-201, maio/ago. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362007000200012. Acesso em: 19 set. 2018.

MÉNY, Y.; KNAPP, A. **Government and Politics in Western Europe Britain, France, Italy, Germany**. 2. ed. Oxford: University Press, 1993.

MILLER, R.; PELIZZO, R.; STAPENHURST, R. **Parliamentary libraries, institutes and offices**: the sources of parliamentary information. Washington D.C.: World Bank Institute, 2004. 16 p. Disponível em: http://siteresources.worldbank.org/WBI/Resources/Parliamentary_Institutes-final.pdf. Acesso em: 16 jun. 2018.

MIRANDA, R. C. R.; CINNANTI, C. J. J.; TOSTES, L. E. S. Processo Legislativo Comparado: fonte de inteligência e aprendizagem organizacional. **RIL Brasília**, Brasília, ano 52, n. 207, p. 159-186, jul./set. 2015. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/52/207/ril_v52_n207_p159. Acesso em: 8 ago. 2019.

MIRANDA, R. C. R. *et al.* Informação legislativa: aspectos multiformes. *In*: MIRANDA, R. C. R.; SOUZA, J. R. C. (org.) **O processo legislativo, o orçamento público e a casa legislativa**. Brasília: Edições Câmara. 410p. p. 325-453. 2013 (Série relatos de pesquisa, n. 3).

MIRANDA, S. Como as necessidades de informação podem se relacionar com as competências informacionais. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 99-114, set./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n3/v35n3a10>. Acesso em: 6 jul. 2018.

MIRANDA, S. Identificando competências informacionais. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 112-122, maio/ago. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652004000200012&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 06 jul. 2018.

MIRANDA, S. **Identificação de necessidades de informação e sua relação com competências informacionais**: o caso da Supervisão Indireta de Instituições Financeiras no Brasil. 2007. 297 f. Tese (Doutorado em Ciências da Informação) – Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em:

http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2903/1/2007_SilvaniaVieiradeMiranda.pdf. Acesso em: 23 out. 2018.

NASCIMENTO, M. J.; WESCHENFELD, S. Necessidade de informação de vereadores de Florianópolis: estudo de usuário. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 12, n. 1, p. 252-289, 2002. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000001572/14a55012b3b84a4a4201114eace941cf/>. Acesso em: 22 maio. 2019.

PEREIRA, C.; MUELLER, B. Uma teoria da preponderância do Poder Executivo: o sistema de comissões no Legislativo brasileiro. **Rev. Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 43, p 45-67, jun. 2000.

PEREIRA, F. C. M. Modelo Integrativo sobre comportamento informacional em processos decisórios. **Rev. Adm. FACES Journal**, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 27-49, jul./set. 2016. Disponível em: <http://www.fumec.br/revistas/facesp/article/view/3139/2121>. Acesso em 17 jul. 2019.

PEREIRA, M. L. A Sociedade em Rede em seu conceito, sua dinâmica e suas perspectivas para a Comunicação Organizacional. *In*: NOVELLI, A.L; MOURA, C.P; CURVELLO, J.J.A. (org.). **Teorias e Métodos de Pesquisa em Comunicação Organizacional e Relações Públicas: entre a tradição e a inovação**. Porto Alegre: Edipucrs, 2013. p. 17-37.

PINTO, G.A. CHAVEZ, J. R. A. O Uso do Coeficiente Alfa de Cronbach nos resultados de um questionário para a Avaliação dos serviços no setor de Transporte urbano por ônibus. *In*: XXXII **Encontro Nacional de Engenharia de Produção**, Bento Gonçalves. 2012.

PRATA, N. V. Informação, democracia e poder legislativo: a dimensão informacional do processo de participação política dos cidadãos. **Cad. Esc. Legisl.**, Belo Horizonte, v. 11, n. 17, p. 29-58, jul./dez. 2009.

REICHENSTEIN, O. **The value of information**. 31 aug. 2009. Disponível em: <http://ia.net/blog/the-value-of-information>. Acesso em: 16 jun. 2018.

REZENDE, D. A.; ABREU, A. F. **Tecnologia da informação: aplicada a sistemas de informação empresariais**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

REZENDE, F. C. Razões emergentes para a validade dos estudos de caso em Ciência Política comparada. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 6, p. 297-337, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000200012. Acesso em: 20 nov. 2018.

ROCHA, M. P. C. Desenvolvimento de Referencial Teórico Para um Sistema de Informações Gerenciais (SIG) para Parlamentares e Assessores na Câmara Legislativa do Distrito Federal: em busca de um modelo conceitual. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 80-88, set./dez. 2003.

RODRIGUES, W. C. **Metodologia Científica**. Paracambi: FAETEC/IST. 2007. 20 p. (Série didática). Disponível em: http://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Rodrigues_metodologia_cientifica.pdf. Acesso em: 10 out. 2019.

ROWLEY, J. What is knowledge management? **Library Management**, v. 20, n. 8, p.416-419, 1999.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodología de la investigación**. México: McGraw-Hill, 1991. Disponível em: https://www.esup.edu.pe/descargas/dep_investigacion/Metodologia%20de%20la%20investigacion%20C3%B3n%205ta%20Edici%C3%B3n.pdf. Acesso em: 10 jun. 2018.

SANTOS, J. V. T. A construção da viagem inversa: ensaio sobre a investigação nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 3, n. 3, jan.-jul. 1991.

SANTOS, F. P. **O legislativo em busca de informação**: um estudo da estrutura de assessoria da Câmara dos Deputados. Brasília; Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2014. (Texto para discussão, n. 1958). Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3127/1/TD_1958.pdf. Acesso em: 12 dez. 2018.

THE SOCIETY OF COLLEGE, NATIONAL AND UNIVERSITY LIBRARIES. **Information skills in higher education**: a SCONUL position paper. London: SCONUL; Advisory Committee on Information Literacy, 1999. Disponível em:

https://www.sconul.ac.uk/sites/default/files/documents/Seven_pillars2.pdf. Acesso em: 10 nov. 2018.

THE SOCIETY OF COLLEGE, NATIONAL AND UNIVERSITY LIBRARIES. **The Sconul Seven Pillars of Information Literacy**: Core model. London: SCONUL; Working Group on Information Literacy, 2011. Disponível em:

<https://www.sconul.ac.uk/sites/default/files/documents/coremodel.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2019.

SILVA, E. C. R. VITORINO, E. V. A Gestão da Informação sob a abordagem da Ecologia: possibilidades à competência em informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 242-266, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/55547>. Acesso em: 20 ago. 2019.

SILVA, S. D. J.; COSTA, F. J. Mensuração e escalas de verificação: uma análise comparativa das escalas de Likert e Phrase Completion. **PMKT–Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia**, São Paulo, v. 15, p. 1-16, 2014. Disponível em: <http://sistema.semead.com.br/17semead/resultado/trabalhosPDF/1012.pdf>. Acesso em: 20 set. 2018.

SILVEIRA, M. M.; ODDONE, N. Necessidades e comportamento informacional: conceituação e modelos. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 36, n. 2, maio/ago. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652007000200012. Acesso em: 30 jun. 2019.



STREINER, D. L. Being inconsistent about consistency: when coefficient alpha does and doesn't matter. **Journal of Personality Assessment**, v. 80, p. 217-222, 2003. Disponível em: https://www.rotman-baycrest.on.ca/files/publicationmodule/@random45f5724eba2f8/JPersAssess03_80_217_222.pdf. Acesso em: 16 out. 2019.

TIRADO, A. U. La Alfabetización Informacional en la Universidad. Descripción y Categorización según los Niveles de Integración de ALFIN. Caso Universidad de Antioquia. **Revista Internamericana de Bibliotecología**, Medellín, v.33, n.1, p.31-83, 2010. Disponível em: <https://aprendeenlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/RIB/article/view/6280>. Acesso em: 1 jul. 2018.

TROCHIM, W. M. **The Research Methods Knowledge Base**. 2. ed. New York: Web Center for Social Research Methods, 2003. Disponível em: <http://www.socialresearchmethods.net/kb/>. Acesso em: 5 jul. 2019.

VALENTIM, M. L. P. Gestão da Informação e Gestão do Conhecimento em ambientes organizacionais: conceitos e compreensões. **Tendências da Pesquisa Braileira em Ciência da Informação**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 1-16, 2008. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/01/pdf_ea77bd91aa_0007779.pdf. Acesso em: 19 set. 2018.

VITAL, L. P.; FLORIANI, V. M.; VARVAKIS, G. Gerenciamento do fluxo de informação como suporte ao processo de tomada de decisão. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 15, n. 1, p. 85 - 103, jul./jun. 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/5335>. Acesso em: 29 maio. 2019.

WILSON, T. D. Recent trends in user studies research and qualitative methods. **Information Research**, v. 5, n. 3, mar. 2000. Disponível em: <http://www.informationr.net/ir/5-3/paper76.html>. Acesso em: 17 abr. 2018.

WINZEN, T. Technical or Political? An exploration of the work of official in the Committees of the European Parliament. **The Journal of Legislative Studies**, v.17, n. 1, p. 27-44, Mar. 2011. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13572334.2011.545177>. Acesso em: 20 fev. 2018.

ZARIFIAN, P. **O modelo da competência**: trajetória histórica, desafios atuais e propostas. Trad. Eric R. R. Heneault. São Paulo: Senac, 2003. 192p.

APÊNDICES

A) Questionário – Competência em informação dos Secretários Executivos das Comissões Permanentes do Departamento de Comissões



CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM PODER LEGISLATIVO

Prezado Secretário,

Iniciando a coleta de dados que visa subsidiar meu trabalho do mestrado profissional em realização no Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados sobre “Necessidades e Competências Informacionais percebidas pelos Secretários Executivos das Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados”, gostaria de solicitar gentilmente que respondesse o questionário anexo.

O instrumento é composto por 8 questões iniciais sobre dados pessoais e 50 questões (divididas em seis blocos) que versam sobre o tema “informação no âmbito da Comissão”, dispostas em escala Likert. A escala de Likert, nas palavras de Silva e Costa (2014), consiste em tomar um construto e desenvolver um conjunto de afirmações relacionadas à sua definição, para as quais os respondentes emitirão seu grau de concordância. A pesquisa busca analisar as necessidades e as competências informacionais dos Secretários Executivos das Comissões Permanentes.

Como procedimento usual de sigilo de pesquisa, afirmo que nenhuma opinião específica será identificada. As opiniões serão compiladas e codificadas para traçar um panorama que possibilite uma maior compressão do tema no âmbito da Câmara dos Deputados.

Desde já agradeço pela sua valiosa colaboração e espero poder contar com você também em um segundo momento da pesquisa, o qual será composto por uma breve entrevista estruturada.

Miller Borges Castanheira de Carvalho

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA					
Dados Demográficos					
Idade (em anos)	<input type="checkbox"/> Até 30 anos <input type="checkbox"/> 31 a 40 anos <input type="checkbox"/> 41 a 50 anos <input type="checkbox"/> 51 a 60 anos <input type="checkbox"/> + de 60 anos	Sexo	<input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino		
Tempo de serviço na Câmara dos Deputados (em anos)		Escolaridade	<input type="checkbox"/> Nível Médio <input type="checkbox"/> Nível superior <input type="checkbox"/> Especialização ou similar <input type="checkbox"/> Mestrado <input type="checkbox"/> Doutorado		
Tempo de serviço no Departamento de Comissões (em anos)		Tempo no cargo atual - Secretário Executivo (em meses)			
Já teve experiência como Secretário de Comissão Permanente além da atual	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Já teve experiência como Secretário de Comissão Temporária	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
Atividades Exercidas					
Assinale o seu grau de concordância com as seguintes informações:			Escala de Likert (1932)		
			Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo
Bloco I – Reconhece a necessidade de informação e determina a natureza e extensão da informação					
1. É desejável que eu tenha conhecimento dos normativos técnicos internos da Casa	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
2. É desejável que eu tenha conhecimento da Legislação Brasileira de uma forma geral	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
3. Na maioria das vezes consigo prever as consequências de falhas informacionais	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
4. Adquirir informações sobre o conteúdo dos pareceres apresentados na Comissão é importante	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente

5. As informações de viés político são fundamentais	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
6. As informações de viés técnico são fundamentais	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
7. Ter conhecimento sobre a agenda do Presidente da Comissão na Câmara é importante	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
8. Receber informações sobre os pedidos de pauta e relatoria é fundamental	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
9. Ter conhecimento das negociações políticas sobre os cargos da Comissão é importante	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
10. Ter conhecimento sobre as proposições em pauta na Comissão é importante	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
11. Ter conhecimento de notícias sobre a Comissão vinculadas na mídia é relevante	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
12. Ter conhecimento sobre as deliberações do Plenário da Câmara é importante	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
Bloco II – Encontra informações necessárias de forma eficaz e eficiente					
13. Um bom intercâmbio de informações com as outras Comissões facilita meu trabalho	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
14. Sistemas de informação que atendam às demandas da Comissão (SILEG/EDOC) são ótimas fontes de informação	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
15. Um bom intercâmbio de informações com outros órgãos da Casa (Consultoria Legislativa, SGM, etc) facilita meu trabalho	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
16. A internet é uma fonte de informação relevante	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
17. O CEDI e/ou a biblioteca física da Câmara dos Deputados são grandes fontes de informação relevante	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente

18. A televisão e o jornal são grandes fontes de informação relevante	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
19. A troca informal de informação com outros secretários de comissões permanentes facilita meu trabalho	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
20. A troca informal de informações com os secretários das comissões temporárias facilita meu trabalho	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
21. O diretor da Coordenação de Comissões Permanentes e a Diretora do Departamento de Comissões são fontes importantes de informação	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
22. A comunicação informal com terceiros (cidadãos, jornalistas, grupos de apoio, etc) é grande fonte de informação	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
Bloco III – Avalia criticamente as informações e o processo de busca de informações					
23. Posso fontes de informação confiáveis, sejam elas internas ou externas	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
24. Constantemente enfrento problemas devido a falhas informacionais	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
25. Tenho consciência de que a Comissão é ao mesmo tempo grande consumidora e produtora de informação	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
26. Acredito que a troca de informações com o presidente da Comissão flui de forma positiva	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
27. O ambiente informacional da Comissão é muito complexo	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
28. O fluxo informacional durante as reuniões deliberativas da Comissão é adequado	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
29. Os recursos informacionais que disponho são suficientes para realização das minhas atribuições	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
30. A troca de informações com os servidores da Comissão flui de forma positiva	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente

31. Ter informação rápida e precisa é fundamental para atender as demandas do Presidente da Comissão	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
32. Ter um bom conhecimento das ferramentas tecnológicas disponíveis é essencial	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
Bloco IV – Gerencia informação coletadas ou geradas					
33. Posso gerir com qualidade as informações produzidas e geradas na Comissão	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
34. Acredito que o fluxo informacional da comissão funciona de forma satisfatória	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
35. Em geral conheço bem todas as proposições que são pautadas na Comissão	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
36. Tenho facilidade em gerir as informações que considero importantes para a Comissão, inclusive as sigilosas	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
37. Tenho facilidade em gerir as informações políticas presentes no dia a dia da Comissão	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
38. Sou hábil na reprodução e/ou transmissão precisa das informações geradas no âmbito da Comissão para terceiros (jornalistas, cidadãos, grupos de apoio)	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
Bloco V – Aplica informações anteriores e novas para construir conceitos ou criar entendimentos					
39. Mantenho um caderno de anotações, onde registro fatos, dados e insights que me auxiliam na tomada de decisões	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
40. Meu conhecimento sobre tecnologia de informação é alto o suficiente para buscar praticamente toda informação necessária	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
41. Uso minha capacidade intuitiva para construção de insights e novos entendimentos	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
42. Procuro me manter atualizado com conhecimentos e informações que sejam relevantes no âmbito da Comissão	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
43. Um grande desafio é transformar informação disponível em informação útil	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente

44. Sou proativo na criação e disseminação de conhecimento	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
Bloco VI – Usa informação com compreensão e reconhece questões culturais, éticas, econômicas e legais que envolvem o uso de informações					
45. Tenho capacidade de fornecer informação com qualidade e tempestividade	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
46. Adoto uma postura crítica na construção do conhecimento	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
47. Tenho capacidade de me expressar de forma clara e objetiva	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
48. Tenho habilidade para ouvir, processar e compreender o contexto das informações que recebo	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
49. Argumento com coerência usando feedbacks de forma adequada	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
50. Tenho ciência dos limites éticos e legais sobre a disseminação das informações produzidas no âmbito da Comissão	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente

B- Tempo dos Secretários no cargo e quantidade de Secretários na última Legislatura

COMISSÃO	Tempo do atual Secretário no cargo, em meses, considerando apenas a atual Legislatura	Quantidade de Secretários na Legislatura (2015/2018) *
Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento rural	30	2
Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	4	4
Constituição e Justiça e de Cidadania	3	3
Cultura	15	2
Defesa do Consumidor	42	1
Defesa dos Direitos da Mulher	25	1
Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência	1	4
Defesa dos Direitos das Pessoas Idosa	18	3
Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços	42	1
Desenvolvimento Urbano	15	4
Direitos Humanos e Minorias	4	2
Educação	40	2
Esporte	40	2
Finanças e Tributação	3	4
Fiscalização Financeira e Controle	3	3
Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia	26	3
Legislação Participativa	3	4
Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	25	2
Minas e Energia	39	2
Relações Exteriores e de Defesa Nacional	42	1
Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado	29	2
Seguridade Social e Família	42	1
Trabalho, de Administração e Serviço Público	15	2
Turismo	15	3
Viação e Transportes	19	2
Média	21,6	2,4

Tabela – Tempo dos atuais Secretários Executivos nos cargos e quantidade de secretários considerando apenas a Legislatura 2015/2018 (até julho de 2018).

*Desconsiderando-se aqueles que assumiram o cargo apenas como substitutos ou para exercício temporário.

Fonte: Elaboração própria.